



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISPENSANDO O FEIOSO: A CONSTRUÇÃO DA HIGIENE  
ESTÉTICA EM CAMPINA GRANDE (1930-1960)**

**SILVERA VIEIRA DE ARAÚJO**

**CAMPINA GRANDE-PB  
ABRIL -2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**DISPENSANDO O FEIOSO: A CONSTRUÇÃO DA HIGIENE ESTÉTICA EM CAMPINA GRANDE (1930-1960)**

Silvera Vieira de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração, História, Sociedade e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

**CAMPINA GRANDE-PB  
ABRIL -2010**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG**

A663d

2010 Araújo, Silvera Vieira de.

Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960) / Silvera Vieira de Araújo. — Campina Grande, 2010.

138 f. : il. col.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira.

1. Higiene Urbana. 2. Campina Grande. 3. Estética. I. Título.

CDU – 628.4.02(043)

# **DISPENSANDO O FEIOSO: A CONSTRUÇÃO DA HIGIENE ESTÉTICA EM CAMPINA GRANDE (1930-1960)**

Silvera Vieira de Araújo

Avaliado em \_\_\_\_\_ com conceito \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira-PPGH/UFCG  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo- UEPB  
(Examinador -externo)

---

Profª. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento-PPGH/UFCG  
(Examinadora-interna)

---

Prof. Dr. José Otávio Aguiar -PPGH/UFCG  
(Suplente)

---

Profª. Dra. Regina Behar-PPGH/UFPB  
(Suplente)

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à Maria da Conceição, minha querida mãe e a Fabiano, pelo carinho e dedicação.

## **Agradecimentos**

Contamos com a colaboração de algumas instituições, às quais agradecemos na pessoa de seus dirigentes e funcionários: Associação Comercial de Campina Grande, Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, Biblioteca da UEPB, Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande e Procuradoria Geral do Município de Campina Grande.

Aos professores do Mestrado em História da UFCG e à coordenação desse programa nas pessoas dos professores Iranilson Buriti de Oliveira, Alarcon Agra do Ó e Juciene Ricarte que nos auxiliaram nas nossas atividades acadêmicas. A Arnaldo, secretário do mestrado que tanto nos ajuda no dia-dia.

Aos colegas: Giulliane, Luciana, Eleonora e Roberto, pelo incentivo constante, discussões e troca de ideais, esclarecendo algumas dúvidas e propondo algumas alternativas de trabalho, de maneira que, constitui-se uma importante colaboração para a produção deste trabalho.

Ao professor Iranilson Buriti, meu orientador, que me incentivou a ingressar no mestrado quando cursava a disciplina “Medicalização social, identidades e controle do corpo” como aluna especial e que, no período de pesquisa e redação do trabalho, orientou-me pacientemente, corrigindo, cobrando e apontando os caminhos teóricos, conceituais e metodológicos, que foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

A Capes, pela bolsa de estudo nos doze últimos meses desta pesquisa.

A Deus, pela graça da vida e da perseverança nos momentos de dificuldades e desilusões, e pela força de vontade, que me fez lutar para concretizar este objetivo.

À minha família, e em especial à minha querida mãe, distante no sertão do Vale do Piancó, que lutou no seu dia a dia para que eu pudesse estudar e realizar esse sonho

A Fabiano, amor da minha vida, pelo apoio emocional e material e pela compreensão no momento em que foi necessário ficar distante em razão da pesquisa.

## Índice de fotos

Foto 01: Estátua do presidente Juscelino Kubitschek: Praça da Bandeira-Campina Grande-Paraíba.-----	44
Foto 02: Praça Clementino Procópio, 1940: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.-----	57
Foto 03: Largo da Matriz, 1935: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande----- -----	59
Foto 04: Rua Maciel Pinheiro, 1938: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.----- -----	60
Foto 05: Rua Maciel Pinheiro, 1940: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande----- -----	60
Foto 06: O Grande Hotel, 1942: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.----- -----	62
Foto 07: A presença da vaca na Rua Cardoso Vieira: Diário da Borborema, n. 315, 30 de Outubro de 1958.-----	84
Foto 08: A mendicância em Campina Grande: Diário da Borborema, n. 1, 2 de Outubro de 1957.-----	105
Foto 09: A “Rainha Joana”: Cristino Pimentel em livro “Pedacos da história de Campina Grande”, 1958.-----	106
Foto 10: Um retrato de Campina Grande: Diário da Borborema, n. 318, 4 de Novembro de 1958.-----	123
Foto 11: Delinquência infantil: Diário da Borborema, n. 158, 16 de Abril de 1958. ----- -----	124



## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar historicamente a construção da higiene estética em Campina Grande, entre os anos de 1930 a 1960, atentando para as mudanças provocadas na sociedade campinense frente ao discurso higienista e estético que, alicerçado pelo discurso de modernização urbana, interferiu no cotidiano dos campinenses. Destacamos ao longo do texto que o projeto de higienização e embelezamento da cidade foi fundamentado no desejo de modernizar os hábitos da população, considerados arcaicos e arraigados na tradição rural. Este projeto disciplinar tinha como objetivo tornar o homem adaptado à vida na cidade grande e moderna. Neste sentido, analisamos a implantação de projetos de sanitização do espaço urbano através da construção do sistema de saneamento e abastecimento d'água de Campina Grande, em 1939 e 1958 e a construção da rede de esgoto da cidade. Ressaltamos também o processo de reforma urbana nessa cidade, efetivado na administração do prefeito Vergniaud Wanderley, enquanto parte de um projeto modernizador, alicerçado nos ideais de estética urbana e da reformulação do Código de Posturas do município, no início da década de 1950, para adaptar os hábitos da população à vida na cidade reformada. De acordo com este projeto disciplinar com vistas à higienização e ao embelezamento do centro urbano, destacamos o processo de higienização social, através da eliminação dos sujeitos considerados desviantes, pelo aspecto anti-higiênico, “feioso”, “imoral” e “delinquente”, como eram vistos e representados; mendigos, prostitutas e “menores delinquentes” eram os sujeitos incluídos nesta categoria de “anormal”. Teoricamente estabelecemos um diálogo com Michel Foucault (1978) e seu conceito de disciplina, para analisar os procedimentos de disciplinarização do uso do espaço urbano e com o conceito de burla de Michel Certeau (1994) para problematizar a resistência da população a esses dispositivos disciplinares. Os discursos e práticas que objetivaram a construção da higiene estética em Campina Grande contribuíram para modificar o viver na cidade, interferindo nas formas de usar o espaço urbano, seja este público ou privado, uma vez que essas mudanças provocaram paulatinamente a ruptura com os antigos valores e costumes tradicionais, com o pressuposto de construir uma cidade moderna, higiênica e bela.

**Palavras-chaves:** Campina Grande, higiene e estética.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the historical construction of aesthetic hygiene in Campina Grande, between the years 1930 to 1960, focusing on the changes caused in campinense society front of the discourse hygienist and aesthetic, to be basead on the discourse of urban modernization, interfered in the daily of campinenses. We emphasize throughout the text that the project of cleaning and beautifying the city was founded on the desire to modernize the habits of the population, considered archaic and rooted in rural tradition. This project aimed to discipline the man become adapted to life in the city big and modern. In this sense, we analyze the implementation of projects sanitation of urban space through the construction of system of sanitation and water supply d `Campina Grande, in 1939 and 1958, and construction of the sewage system of the city. We emphasize also the process of urban reform in this city, effective administration of Mayor Vergniaud Wanderley, as part of a modernization project, founded on the ideals of urban aesthetics and the reformulation of the postures of the city in early 1950 to adapt the habits of the population living in the city reformed. In accordance with this project disciplines to cleaning and beautification of the urban center, we point the process of social cleansing, through elimination of subjects classified as deviant, by the look unsanitary, "ugly", "immoral" and "delinquent" as were seen and represented, beggars, prostitutes and "minor delinquent" were the subjects included in this category of "abnormal".Theoretically engaged in dialogue with Michel Foucault (1978) and his concept of discipline, to review the procedures for disciplining the use of urban space and the concept of fraud by Michel de Certeau (1994) to discuss the population's resistance to these disciplinary mechanisms The discourses and practices that aimed to build hygiene aesthetics in Campina Grande contributed to the change live in the city, intervening in ways of using urban space, this is public or private, since these changes have led to a gradual break with the old values and customs, with the presupposed of building a modern, hygienic and beautiful.

**Keywords:** Campina Grande, hygiene and aesthetics.

## Sumário

Introdução-----	10
Capítulo 1: “Dia e noite sem água e sem luz”: saneando a cidade-----	25
1.1-Campina Grande: contexto histórico do início do século XX -----	25
1.2- “Encrencado e deficiente”: a rede de esgoto e o saneamento d`água em Campina Grande -----	27
1.3-Higienizando a cidade: controle sanitário da feira -----	46
1.4- Civilizando a morte, higienizando a cidade: controle sanitário dos cemitérios-----	51
Capítulo 2: A construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960): remodelando a <i>urbs</i> -----	55
2.1- Reforma e estética urbana: embelezando a <i>urbs</i> em nome do progresso-----	55
2.2- Código de posturas para “oitenta mil almas”: civilizando os costumes, higienizando os hábitos-----	75
2.3- “De quem é a culpa: queixas e reclamações”, burlando o Código de Posturas-----	82
Capítulo 3: Higiene Social e a exclusão da “má-vizinhança”: prostitutas, mendigos e menores “delinquentes” -----	87
3.1-“Anormalidade” interdita: discursos científicos na construção do “anormal”-----	87
3.2- Dispensando a “má-vizinhança”: higiene social e a expulsão das mulheres “sortidas” das áreas centrais da cidade-----	90
3.3-“Um espetáculo Horrível”: ações e discursos da classe comerciária para a exclusão dos mendigos da área central da cidade-----	96
3.4- Descrições de fealdade: discursos e ações do poder público municipal na exclusão do mendigo das ruas centrais da cidade-----	110
3.5- Casa da Criança Dr. João Moura, Casa do Menino e o Lar do Garoto: projeto educativo para o combate à mendicância e à delinquência-----	119
Considerações finais-----	127
Referências bibliográficas-----	132
Fontes-----	138

## Introdução

Escrever sobre Campina Grande entre os anos de 1930 a 1960 foi um desejo que surgiu quando cursava, como aluna especial, a disciplina “Medicalização social, identidades e controle do corpo”. Essa disciplina, pertencente à grade curricular do Programa de Pós-graduação em História, Cultura e Sociedade, da Universidade Federal de Campina Grande, fora ministrada pelo Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira. Diante das discussões sobre os projetos de higienização das cidades, me senti instigada a problematizar essas questões, tendo como objeto de estudo a higienização de cidade de Campina Grande.

Quando comecei a desenvolver as pesquisas para o meu projeto de mestrado, percebi que Campina Grande, durante o período de 1930 a 1960, desfrutou de um rápido crescimento econômico relacionado ao comércio do algodão, que convergiu para o seu crescimento populacional, principalmente, a partir do final da década de 20. Esse aspecto de cidade marcada pelo desenvolvimento serviu de justificativa para a implementação de medidas higienistas e estéticas no ambiente urbano, sobretudo em sua área central.

Além disso, no momento histórico supracitado, evidenciou-se no cenário nacional a ênfase na modernização do Brasil, introduzida nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, nos quais a política de industrialização e modernização do país manifestava-se mediante o investimento público em obras de infra-estrutura, tais como: saneamento, educação, energia e rodovias. Assim, várias cidades brasileiras passaram por grandes transformações em suas estruturas materiais, com a aquisição de sistema de abastecimento e saneamento d’água, rede de esgoto, ampliação da rede elétrica e das linhas telefônicas e melhoramento das ruas.

Em nossa tentativa de problematizar a importância da adoção das práticas higiênicas e estéticas em Campina Grande, questionamos: qual a relação entre o projeto estético higienista e o desejo de modernização da cidade? Que intuítos nortearam a construção de uma cidade moderna? A cidade moderna que se almeja construir fez parte de um discurso que está estreitamente ligado ao conceito de progresso e modernização, caracterizando-se pelo desejo de distanciamento em relação a tudo que diz respeito ao passado, ao mundo rural e aos hábitos considerados tradicionais. Sobre a problemática da cidade moderna, Antônio Paulo Rezende esclarece-nos:

Os caminhos da cidade moderna não passaram apenas pelas trilhas da industrialização. Não houve essa relação de necessidade absoluta. A modernidade tem suas ligações intrínsecas com a modernização. O espaço físico da modernização, sua concretização ao acelerar a modernidade alarga os sentimentos ditos progressistas. Na verdade, é a ideia de progresso que

enfeitiça os homens que vêm na cidade o seu lugar privilegiado (REZENDE, 1992, p.28).

O conceito de moderno que utilizamos para caracterizar a cidade de Campina Grande justifica-se pelo fato desta ter incorporado, em sua materialidade, elementos significativos da modernidade, advindos dos desdobramentos da II Revolução Industrial, dentre eles: automóvel, telefone, sistema de esgotos, sistema de abastecimento da água, sistema de iluminação pública, entre outros.<sup>1</sup> Sobre a caracterização das cidades do Norte e Nordeste do Brasil, e especificamente de Campina Grande, como moderna, Aranha destaca que:

Essas conquistas materiais se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, significando com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista que esta cidade passa a ser moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado (ARANHA, 2003, p.80).

A presença dos símbolos de modernidade e os discursos de modernidade que circularam no ambiente urbano nos fazem questionar: o que significa ser moderno? Por que nos definimos como moderno ou qualificamos algo como moderno? Segundo Iranilson Buriti de Oliveira, “ser moderno envolve uma série de compreensões, de dilemas, de confrontos com o dito tradicional, desde a possível perda das raízes culturais e do passado histórico, até a aceitação de que é indispensável superar o atraso histórico” (OLIVEIRA, 2002, p.22). O conceito de moderno adquire uma dimensão seletiva, a opção pelo “novo” e a rejeição do “antigo” constitui a marca fundamental deste conceito que:

O sujeito dito moderno é construído num contexto de louvação à modernidade, vista e dita como o desejo de emancipação do obscurantismo, dos preconceitos, tecendo uma rede maior de liberdade, de individualização cada vez mais crescente. Era entendida, ainda, como um território envolvido pela valorização do capital e do progresso, pela busca incessante do novo e pelo impulso de esquecer o passado, de sociabilizar-se com as normas atuais rompendo com as antigas, criando aversão a quase tudo que estivesse relacionado com o rural, o atrasado, o anti-higiênico e o anti-científico. Elaborado a partir da lógica da identidade, o discurso moderno criará figuras do outro, calcado na sua negatividade: o tradicional como o inimigo mortal do (ser) atual (OLIVEIRA, 2002, p.23).

---

<sup>1</sup> Aranha (2003) analisa em “Seduções do moderno na Paraíba do Norte” a cidade moderna a partir da incorporação dos elementos simbólicos de modernidade, entre os quais destaca: os equipamentos de uso coletivo (sistema de transportes e comunicações) e equipamentos de higiene e/ou conforto (sistema de água encanada, rede de esgoto e iluminação pública).

No cenário da modernidade, o sujeito que se define como moderno elabora sua própria marca identitária, baseada nos valores da beleza, do novo, da higiene, da saúde, do capital e do progresso. A valorização do discurso moderno no âmbito da cidade estimula-nos a problematizar o conceito de modernidade e modernização, os quais mantêm uma relação de dependência e de reciprocidade, pois “a modernidade necessita do processo de modernização, da requisição de mudanças na economia, de maiores avanços tecnológicos alimentados pelas produções capitalistas” (OLIVEIRA, 2002, p.24). A modernidade é marcada “pelo predomínio da ciência e da razão prática, burocratização, organização racional do trabalho, Ordem e Progresso, onde o Estado atua como instituição importante na gestão do processo” (REZENDE, 1997, p. 23). A cidade, enquanto palco da modernidade produz sensibilidades, valores, projetos e tempos modernos, que a definem como índice simbólico do moderno. Sobre o conceito de modernização, Geoffrey Roberts explica que:

Sinônimo de desenvolvimento, melhoramento. Pode ser definido como processo de mudanças sociais que envolvem o progresso econômico, racionalidade na formação política partidária, desenvolvimento tecnológico, alterações nos padrões sociais como urbanização, mobilidades social e geográfica, formação de agrupamentos secundários, progresso educacional..., possibilitando o reordenamento de valores e de instituições tradicionais, no sentido de instaurar sistemas econômicos e instituições políticas modernas (ROBERTS, 1973, p.19).

Percebe-se que o conceito de modernização é amplo e está concatenado às esferas sociais, políticas, econômicas e culturais. A problemática da cidade moderna é inicialmente enfatizada pelo sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) que “esboça a essência da moderna metrópole européia, pensando-a sobre o pano de fundo de Berlim na passagem do século XIX para o século XX” (FREITAG, 2006, p.21)<sup>2</sup>. Para o autor, “as questões psicológicas são condições subjetivas, que dizem respeito ao sujeito. A cidade grande estimula enormemente o incremento da valorização, que anda de mãos dadas com a intensificação da vida nervosa” (WAIZBORT, 2006, p.317)<sup>3</sup>. Nesse sentido, Simmel, afirma que “a cidade grande cria condições psicológicas para a intensificação da vida nervosa e a vida mental dos indivíduos que habitam a cidade” (FREITAG, 2006, p.21).

---

<sup>2</sup> Freitag (2006) faz uma análise da produção de alguns autores como Zimmel, Benjamim, Max Weber relacionada à cidade, no que se refere aos conceitos e às imagens construídos por esses autores sobre a cidade na modernidade.

<sup>3</sup> Waizbort (2006) dedica-se à análise da produção de Zimmel sobre a cidade moderna com base nos conceitos que Simmel utilizou para caracterizá-la.

O capital é um elemento que caracteriza a cidade grande, pois as cidades grandes são o lugar da economia monetária. Além disso, “a pontualidade, a velocidade, o cálculo, a racionalidade, perpassam o cotidiano das grandes cidades, demarcando a característica da economia capitalista” (WAIZBORT, 2006, p.317). Para Simmel, “a multidão é a garantia da liberdade de ir e vir, pois o indivíduo parece incógnito” (WAIZBORT, 2006, p.319). A multidão seria outra característica da cidade grande, que demarca a impessoalidade e o anonimato. São corpos que vão e que vem, que andam. São corpos que vêm, mas nem sempre são vistos. Essas seriam algumas das características básicas da cidade moderna e grande enfatizada por Simmel e que, de certa forma tem inspirado os historiadores em suas maneiras de representá-la.

Walter Benjamim (1892-1940) também contribui para a elaboração de imagens sobre a cidade moderna, assim, “recorreu a literatura para traçar um quadro das transformações ocorridas em Paris na segunda metade do século XIX” (RAMINELLI, 1997, p.195)<sup>4</sup>. Assim, utilizando-se do flâneur de Charles Baudelaire, o autor assume “a condição de viajante da modernidade e resolve contar-nos o que viu em suas andanças, transformando-se em narrador” (FREITAG, 2006, p.33). O flâneur<sup>5</sup> seria, ao mesmo tempo, um observador e produtor de sentidos sobre a cidade.

Entre as temáticas trabalhadas por Benjamim, destaca-se o impacto provocado pela mercantilização da força de trabalho. A velocidade com que são transmitidas as notícias nos jornais e telégrafos. A reforma urbana realizada por Haussmann em Paris, tendo uma cidade agitada pela construção e reconstrução do próprio capitalismo. A mercantilização do ser humano através da prostituição. A multidão que esconde facínoras, criminosos e também as práticas de controle dos habitantes da cidade grande (RAMINELLI, 1997).

Benjamim destaca alguns índices de modernidade apresentados pelas cidades grandes, dentre estes, a iluminação artificial, capaz de mudar os hábitos e criar oportunidades de circulação e consumo, o que fica evidente quando analisa as passagens de Paris. Nas passagens, “o observador lembra-se da indústria têxtil, das lojas que exibiam luxuosas vestimentas, das estradas de ferro, da revolução industrial, dos avanços tecnológicos, da

---

<sup>4</sup> Raminelli (1997) faz uma revisão historiográfica de alguns autores que se dedicaram à temática urbana, entre eles, Walter Benjamim que trabalha com a literatura para construir alguns conceitos sobre a cidade moderna. É importante ressaltar que Benjamim tem como cenário a cidade de Paris.

<sup>5</sup> De acordo com Benjamin (1991) o flâneur seria o poeta Charles Baudelaire, que, em seus poemas escritos no momento pós-reforma urbana de Paris, registra então transformações ocorridas na cidade. Benjamim recorre aos poemas de Baudelaire para analisar a cidade moderna.

escola politécnica, da velocidade dos trens, do consumo desenfreado, dos mendigos e pedintes que poluem as passagens da miséria da classe operária” (RAMINELLI, 1997, p.98).

A cidade, para Benjamim, é vista sob vários ângulos; de um todo pelo luxo das lojas, de outro pela miséria e prostituição, que demarca as desigualdades do capitalismo e da modernidade. Os estudos realizados pelo pesquisador sobre a cidade são relevantes para os historiadores da temática urbana, porque expõem múltiplas formas de abordagem da cidade, com vários temas de estudo, e principalmente, por problematizar os usos que os homens comuns fazem da cidade. Esses usos nem sempre condizem com o princípio de ordem pelo qual fora planejada. Ver a cidade não apenas pela ótica do poder que a organiza, mas, sobretudo, olhar para os hábitos cotidianos dos homens da cidade, que exprimem os verdadeiros sentidos e imagens da cidade.

Marshall Berman, em “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade,” mostra-nos como o aspecto físico das cidades, em constante transformação e renovação, constitui índice simbólico da modernidade:

A primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas industriais, prolíficas cidades que crescerem do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media* (grifo do autor), que se comunicam em escala cada vez maior (BERMAN, 1986, p.18)

A sensibilidade moderna é marcada pela beleza e grandiosidade, também pela capacidade de criação e renovação da estrutura material das grandes cidades. Recorrendo ao ensaio de Baudelaire,<sup>6</sup> “O pintor da vida moderna” (1859-60), Marshall Berman contextualiza a relação entre vida moderna e aspecto estético da cidade, uma vez que “a vida moderna surge como um grande *show* de moda, um sistema de aparições deslumbrantes, brilhantes fachadas, espetaculares da decoração e estilo” (BERMAN, 1986, p.133). A cidade espetáculo é construída e reconstruída cotidianamente para ser usada e admirada. A cidade investe-se da propaganda para no contexto da cultura moderna hipnotizar seus observadores, através das imagens projetadas pelo seu aspecto estético. A estética urbana seria o ponto de partida para a modernização da cidade tradicional é o que conceitua Berman ao situar o *boulevard* parisiense. Sobre o aspecto simbólico dos boulevares, Berman esclarece-nos que:

---

<sup>6</sup> Baudelaire, poeta Francês que registrou em seus poemas as transformações ocorridas na reforma urbana de Paris, durante a administração do Prefeito Haussmann.



Os bulevares de Napoleão e Haussmann criaram novas bases- econômicas, sociais, estéticas. Grandes e majestosas perspectivas foram desenhadas, com monumentos erigidos no extremo dos bulevares, de modo que cada passeio conduzisse a um clímax dramático. Todas essas características ajudaram a transformar Paris em um espetáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos (BERMAN, 1986, p.147).

O planejamento das grandes cidades no início do século XX, em sua maioria, foi orientado pelos princípios de mobilidade, fluidez do trânsito e beleza, que ajudaram a construir a cidade-espetáculo e também norteou um novo tipo de organização espacial, marcada essencialmente pela segmentação. Assim, percebemos que “a velha rua moderna, com sua volátil mistura de pessoas e tráfego, negócios e residências, ricos e pobres, foi eliminada, cedendo lugar a compartimentos separados” (BERMAN, 1986, p. 162). Esse tipo de organização espacial da cidade é marcado pela separação dos espaços, segundo a sua função, por exemplo, as vias para os carros, as calçadas para os pedestres; o centro comercial, para a comercialização de produtos e bairros residenciais, para a habitação da população. Essa organização espacial segmentada constitui uma herança da renovação urbana de Paris, realizada na administração do prefeito Haussmann e que repercutiu em vários projetos de reforma urbana, realizados em grandes cidades.

Em nível nacional, a cidade do Rio de Janeiro inspirou-se na reforma de Paris, para implementar as mudanças na sua estrutura material no início do século XX. Segundo Nicolau Sevcenko, em “História da vida privada no Brasil, v. 3,” a reforma foi realizada em três dimensões: “modernização do porto, confiada ao engenheiro Lauro Muller; saneamento da cidade, organizado pelo médico sanitariano Oswaldo Cruz e a reforma urbana, empreendida pelo engenheiro urbano Pereira Passos” (SEVCENKO, 1998, p. 22 e 23). No plano da estética urbana, a inauguração da Avenida Central em 1904 simbolizou a regeneração do espaço urbano e a construção da cidade espetáculo, marcada pelo princípio da beleza, inspirada nos estilos de decoração franceses:

Seu marco foi a inauguração da Avenida Central, atual Avenida Branco, eixo do novo projeto urbanístico da cidade, contemplada com um concurso de fachadas que a cercou de um décor arquitetônico art nouveau, em mármore e cristal, combinando com os elegantes lampiões da moderna iluminação elétrica e as luzes das vitrines das lojas (SEVCENKO, 1998, p. 27).

Símbolo máximo da regeneração urbana, a Avenida Central foi inspirada nos bulevares parisienses, projetados no governo do barão Haussmann. A avenida, símbolo de modernidade, projetou na cidade do Rio de Janeiro uma atmosfera estética baseada nos valores e padrões da arquitetura francesa, simulando um estilo de vida que na época correspondia aos anseios de vida moderna. Sobre a atmosfera afrancesada da Avenida, Nicolau Sevcenko comenta:

Não só os produtos à venda nas vitrines de cristal eram de via regra franceses, assim também eram as roupas e os modos dos consumidores. O caráter suntuoso da Avenida era acentuado pelas fachadas em arquitetura eclética, oferecendo um cenário para o desfile ostentativo da nova sociedade e instigando a animação do consumo conspícuo (SEVCENKO, 1998, p. 545).

A mudança na estrutura material da cidade repercutiu nos hábitos de consumo e nas maneiras de usar o espaço urbano, pois nesse novo cenário, não raro foram os movimentos de consumo, de paquera, de trabalho, de roubo, de desfile de moda. A repercussão da reforma urbana na sociedade e na cultura demonstra que a sensibilidade moderna seduz e hipnotiza os sujeitos, que se veem envolvidos pelas novidades da vida moderna: fachadas de cristal, vitrines, luz elétrica, carros. Mais que espectadores de um espetáculo fantástico, veem-se consumidos pelas chamas da modernidade.

Além do princípio da estética, o ideal de higiene também serviu de base para a implementação de vários projetos de reforma urbana nas grandes cidades brasileiras que, inspirados na regeneração urbana de Paris e do Rio de Janeiro. Cidades como Fortaleza, Recife, Santos, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba, remodelaram sua malha urbana ao final do século XIX e ao longo do século XX, principalmente a região central. Sob o viés da higiene, autores como Margareth Rago e Sidney Chalhoub analisaram o processo de remodelação nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, enfatizando as lutas sociais e os conflitos resultantes desse projeto urbanista.

Margareth Rago, em “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930) faz uma análise do cotidiano do operário paulista em seus momentos de trabalho, lazer e descanso utilizando-se do conceito de experiência de Thompson<sup>7</sup>. As práticas de higiene manifestavam-se em São Paulo e no Rio de Janeiro no início do século XX a partir de uma percepção da diferença entre espaço público (higienização da cidade) e espaço privado (higienização das casas). Nesse sentido, temos a higienização da cidade “com a abertura de

---

<sup>7</sup> Sobre o conceito de experiência Thompson, considera que, “a experiência de classe pode ser demonstrada nas relações humanas que se expressam em termos culturais: tradições, sistemas de valores, idéias e tradições que são vivenciadas cotidianamente pelos trabalhadores” (THOMPSON, 1987, p.9,10).

avenidas e alamedas, com a construção de chafarizes e demais serviços públicos com o calçamento de ruas, instalação de iluminação a gás, criação de novos bairros que passam a ostentar casarões suntuosos” (RAGO, 1985, p.164). A higiene do espaço privado manifesta-se na medida em que “os inspetores apontam a higiene das habitações populares como o meio mais eficaz para erradicar a raiz do problema e recuperar a saúde dos desfavorecidos. Com o intuito de “desaglomerar os pobres, descongestionar o espaço doméstico do trabalhador, arejar, iluminar os compartimentos e eliminar miasmas e germes” (RAGO, 1985, p.166-167).

O projeto higienizador implantado no Brasil, no século XIX, baseava-se em uma racionalidade científica importada da Europa, na qual se verifica a intenção de adaptar essa teoria ou teorias à realidade nacional. O objetivo é construir uma nação próspera e civilizada, ou seja, tornar a população saudável para aumentar a produtividade, ocasionando o progresso e a civilização. Além disso, as medidas de higienização tinham o objetivo de “trabalhar pela elevação da moralidade popular e pela melhoria física da raça (eugenia)” (RAGO, 1985, p.196).

Sidney Chalhoub, em “Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial,” analisa as relações entre cidade, higiene e pobreza no âmbito da historiografia da social<sup>8</sup>. Assim, o autor elucida a demolição do cortiço Cabeça de Porco como elemento significativo de todo um projeto higienizador da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX. A destruição do desse cortiço demonstra a intenção das autoridades de eliminar as “classes pobres” que eram associadas às “classes perigosas”<sup>9</sup>. A exclusão dos pobres do centro da cidade do Rio de Janeiro devia-se, “por um lado, ao próprio perigo social representado pelos pobres que aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX. Por outro lado, através da metáfora da doença contagiosa, as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais” (CHALHOUB, 1996, p.29).

Chalhoub destaca que a eliminação dos cortiços na cidade do Rio de Janeiro só foi possível devido ao crescente poder de sedução da “ideologia” da higiene sobre alguns setores da sociedade da época<sup>10</sup>. Após a proclamação da República, a inspetoria de higiene parecia o

---

<sup>8</sup> Chalhoub é influenciado pela historiografia social inglesa, que tem em E. P Thompson seu maior expoente. É interessante destacar que, Thompson trabalha com a noção de experiência enquanto vivências cotidianas da classe operária. Essa análise do cotidiano da classe operária não remete apenas as questões estruturais do modo de produção econômica, mas principalmente dos aspectos culturais que se manifestam no cotidiano da classe trabalhadora. Ver: Thompson (1987, p.10,11,12).

<sup>9</sup> Na página 22, o autor analisa a associação que políticos, cientistas e higienistas faziam entre classes pobres e classes perigosas, ou seja, consideravam os pobres como classe suscetível ao crime, mas também propício a doenças, que poderiam ser contagiosas.

<sup>10</sup> Na página 45, o autor mostra-nos que, na monarquia, a difusão da ideologia da higiene é limitada por certos mecanismos institucionais, o que foi revertido na República.

quarto poder. A obra de Sidney Chalhoub mostra como os organizadores do espaço urbano, leia-se arquitetos, engenheiros, urbanistas, poder público, adotaram práticas de intervenção na malha urbana do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX. Com intuito de sanitizar e embelezar a cidade, para que atingisse fisionomia moderna, fazia-se necessário eliminar os seus elementos feiosos e infectuosos. Assim, a demolição do cortiço Cabeça de Porco significou uma medida de combate ao que se considerava um antro de sujeira e monstruosidade.

Em Campina Grande, a reforma urbana foi implantada na administração do prefeito Vergniaud Wanderley, no final da década de 1930 e início da década de 1940. Diante desse processo de transformação urbana, questionamos: qual o objetivo desta reforma? Como Vergniaud Wanderley articulava o desejo de construção da higiene estética com a reforma urbana e o projeto civilizatório? Nesse contexto, “mudar as condições sanitárias de uma cidade ou aformosá-la significava também deliberadamente interferir e erradicar os maus hábitos e costumes dos moradores dá-lhe uma nova fisionomia e plasticidade” (SOUZA, 2003, p.140).

Rede de esgoto, sistema de abastecimento d’água e reforma urbana, no entender dos homens de letras de Campina Grande, representavam a concretização dos ideais de progresso, desenvolvimento e civilização. Diante dessas inovações tecnológicas inseridas no espaço urbano, é nosso intuito problematizar as mudanças de atitudes e comportamentos por parte da população, que segundo o discurso dos jornalistas, políticos e comerciantes, deveria abandonar hábitos e posturas tradicionais em prol de um refinamento comportamental que estivesse de acordo com os modos de vida numa *urbs* moderna. Nesse contexto, questionamos: como o Código de Posturas do município, reformulado no início da década de 50, representou esse ideal de modernização dos hábitos dos campinenses em consonância com os valores do higienismo e da civilidade?

É nosso intuito problematizar: como os moradores da cidade receberam as medidas normativas impostas pela municipalidade? E por que muitas destas posturas municipais mostraram-se ineficientes? Para o estudo desta questão, dialogamos com Michel de Certeau e seu conceito de burla, o qual define como sendo “mil maneiras de fazer, constituem mil práticas pelos quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1994, p. 92). Dessa forma, analisaremos os modos como os campinenses ressignificaram essas medidas normativas.

A construção de uma cidade moderna fazia parte de um ideal higiênico e estético que abarcava não apenas o aspecto físico da cidade, mas principalmente os seus habitantes, que, numa *urbs* moderna, deveriam ser:

Uma cidade modelar em que não cabia o tortuoso, nem o estreito, nem o baixo, nem o deselegante, exigia, impunha uma outra corporeidade. Na cidade cosmopolita, suas práticas não cabiam, e para que seus corpos tortuosos e deselegantes não maculassem o divino corpo da República, deveriam ser simplesmente excluídos (VAGO, 2002, p. 32 e 34).

Na cidade moderna, os procedimentos de exclusão daqueles que escapam ao padrão normativo estabelecido pela sociedade configuram-se como estratégias de disciplinarização dos corpos e comportamentos das pessoas nos espaços público e privado. No que se refere ao projeto de controle dos corpos, Michel Foucault explica que seu objetivo:

... não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens de poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente (FOUCAULT, 1978, p.16).

Alcir Lenharo, recorrendo à análise de Michel Foucault sobre as estratégias de disciplinarização dos corpos, fornece-nos uma definição esclarecedora sobre as medidas adotadas pelo Estado moderno a fim de disciplinar os corpos:

O corpo está na ordem do dia e sobre ele se voltam às atenções do médico, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a igreja, a escola, os hospitais. De repente, toma-se consciência de que repensar a sociedade para transformá-la passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano (LENHARO, 1986, p. 75).

Ao problematizarmos as estratégias de disciplinarização do corpo, da mente e das emoções para tornar o homem dócil e adaptado à vida na cidade moderna, adotadas pelo Estado, utilizamos como suporte teórico os conceitos de disciplina e de disciplinarização adotados por Michel Foucault, que considera:

As múltiplas e sofisticadas formas de exclusão social e cultural pelas quais estão inseridos os inúmeros mecanismos construídos historicamente, das tecnologias disciplinares, das estratégias discursivas invisíveis e moleculares do poder no campo discursivo (FOUCAULT, 1978, p.26).

Na cidade de Campina Grande, observamos que, diante do projeto disciplinador, nem todos os personagens da cidade enquadravam-se neste quadro normativo. De acordo com o discurso da elite, expresso em jornais da época, personagens como a prostituta, o mendigo e o “menor delinquente” constituíam categorias difusas e marginais, sobre as quais recaíam discursos e ações excludentes, que visavam a sua eliminação, como a única alternativa para a higienização social da cidade. As ações e os discursos que tendiam a excluir o “outro” da sociedade legitimavam-se a partir de um suporte científico, como a eugenia, que, segundo Pietra Diwan, caracteriza-se pela defesa do ideal de beleza, saúde e moralidade:

As descrições da fealdade são parte da aposta eugenista na intervenção direta no corpo do indivíduo, intencionando criar o corpo do novo homem e o corpo da coletividade- ideia de que cada um responsável por si e pela saúde da coletividade, o que se traduz nas práticas de que visam identificar o indivíduo feio como sinônimo de inapto ao trabalho, anormal, monstruoso, doente, degenerado e incivilizado (DIWAN, 2007, p.139).

O discurso eugenista, assim como as teorias científicas defendidas pelo Darwinismo Social<sup>11</sup> e pela Antropologia Criminal<sup>12</sup>, serviu de base científica para legitimar a elaboração do termo anormal, usado para designar os sujeitos não compatíveis com os padrões de normalidade burguesa. A prostituta, o mendigo e o “menor delinquente” constituíam a outra face da normalidade, uma vez que não se enquadravam em alguns valores ditos “modernos”, dentre os quais: moralidade, trabalho, saúde, beleza, civilidade. Para determinados setores da sociedade campinense, como médicos, comerciantes, políticos, jornalistas e cronistas, excluir tais sujeitos significava higienizar e embelezar a cidade, que passava por mudanças na sua fisionomia.

A ampliação do conceito de fonte histórica, ocorrida desde a Primeira Geração dos Annales, tornou-se possível devido à utilização de fontes variadas no âmbito da pesquisa

---

<sup>11</sup> O Darwinismo Social, baseado na ideia da seleção natural, afirma que a evolução da sociedade estaria assegurada pela eliminação dos caracteres defeituosos, inferiores e mais fracos através das gerações. Enfatiza, então, que “na luta, na concorrência e na seleção, os caminhos para solucionar os problemas sociais deveriam visar, acima de tudo, ao triunfo do indivíduo superior para depois, aperfeiçoá-lo em busca do super-homem” (DIWAN, 2007, p.31).

<sup>12</sup> No contexto da Antropologia Criminal, destacam-se as descrições e deduções do italiano Lombroso que se relacionavam com “a evolução das espécies, hereditariedade, comportamento moral, anatomia, craniometria, loucura, grau de civilização, fealdade e cor da pele” (SILVA, 2003, p.29).

histórica, como leis, decretos, projetos de leis, atas de sessões, jornais, fotografias. Essas formas de apreciação do passado devem ser entendidas como produtos discursivos engendrados pelo lugar institucional, social, momento histórico e percepção de mundo de quem as produzem. Assim, devemos “questionar as fontes, entendê-las como filtros do passado que nos permitem perceber alguns vestígios do tempo que se passou” (PESAVENTO, 2003, p.72). Crônicas; textos de jornal e revista; leis; decretos; projetos de leis e atas de sessões constituem o universo discursivo produzido por cronistas, jornalistas, comerciantes e políticos que projetaram uma cidade moderna através de seus discursos. É possível perceber nesses discursos as subjetividades, as intencionalidades e as perspectivas de mundo de seus produtores. Leituras e falas interessadas expressavam ideais de modernidade, higiene e beleza que nem sempre correspondiam à realidade da cidade, pois esta ainda convivia com a falta de água potável, rede de esgoto, coleta regular de lixo. Discurso que, baseado em um processo seletivo, divulga certas imagens da cidade e silencia em relação a outras. Essa intencionalidade do discurso demonstra sua “ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p, 10).

Dessa forma, procuramos construir o nosso objeto de pesquisa por meio de narrativa verossimilhante, ou seja, como algo que é construído pelo discurso das fontes utilizadas como tendo uma aproximação com a realidade e não usando estas como se fossem o retrato fiel do passado. A ideia não é esperar que as fontes nos digam algo sobre o passado, mas questioná-las pelo que enunciam, mas principalmente pelo que omitem, para problematizar os elementos externos que repercutem numa produção interessada. No trabalho de composição da narrativa histórica, deparamos-nos com alguns desafios, que é interpretar não o que está explícito, mas o que se esconde por trás de falas interessadas; ir além dos documentos; procurar nesse universo fragmentado traços e pistas que possibilitem atribuir significados aos indícios dessa realidade, para problematizar o passado com as inquietações do presente.

Castoriadis expressa que, no processo de elaboração do conhecimento histórico, questões que estão relacionadas ao comportamento humano devem ser analisadas pelo historiador, para que este não fique preso ao determinismo, uma vez que: “o determinismo é a metodologia por excelência da preguiça. Quando se possui a “lei” geral deste acontecimento particular não há necessidade alguma de se pensar sobre ele” (CASTORIADIS, 1987, p. 238). Nessa perspectiva, à medida que concebemos a história como construção, não há como pensar metodologicamente uma postura determinista para a interpretação das fontes, que são representações do real, havendo a necessidade do historiador criticá-las no trabalho de elaboração de sua narrativa.

O historiador Carlo Ginzburg, no ensaio denominado “Sinais: raízes de um paradigma indiciário,” retoma o conceito de paradigma indiciário, associando-o ao conceito de semiótica médica, definindo-a como: “a disciplina que permite diagnosticar as doenças incessíveis à observação direta na base dos sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos dos leigos” (GINZBURG, 1989, p. 151). A partir de métodos de investigação suscitados por textos escritos pelo médico e novelista Conan Doyle (criador do celebre detetive Sherlock Holmes); pelo médico e crítico de arte Giovanni Morelli e pelo médico e psicanalista Freud, temos o que se pode denominar de “pistas talvez infinitesimais que permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)” (GINZBURG, 1989, p. 150). A proposta metodológica de Ginzburg baseia-se na ideia de que através desses métodos de investigação proposto por Freud, Morelli e Doyle seja possível a construção de um método interpretativo no qual o historiador se apóia nas pistas, indícios e signos para problematizar o seu objeto de estudo.

Ao utilizarmos a fotografia como fonte, temos o objetivo de fazer uma abordagem comparativa entre o antes e o depois da reforma urbana realizada na administração do prefeito Verniaud Vanderley, para problematizar as modificações ocorridas na estrutura material, bem como discutir sobre as possíveis mudanças nas formas de percepção e uso da cidade. O trabalho de análise das fotografias baseia-se numa postura metodológica de investigação dos indícios que, porventura, esta possa nos oferecer. Problematizar a imagem faz parte do ofício do historiador, mas afinal o que pode ser dito ou não através das imagens?

A pertinência do uso da fotografia como fonte de investigação histórica se coloca porque a “fotografia não expressaria nem neutralidade nem tampouco a produção realista e objetiva das coisas do mundo, mas, é ela própria o resultado de condicionantes históricos interessados em construir uma realidade idealizada para atender a demandas bem objetivas de grupos no poder” (CABRAL FILHO, 2007, p.14). A importância da fotografia na leitura sobre a cidade modificada remete à percepção de que “a transformação da cidade em metrópole se opera nos termos de rápidas mutações. A fotografia aparece como a única capaz de seguir o ritmo dessas transformações. Ela é uma testemunha privilegiada para conservar a memória de tudo que, sucessivamente, dá novo rosto a cidade” (MODENARD, 1999, p.110-111). A fotografia permite problematizar essas mudanças na materialidade da cidade, e sendo não apenas uma imagem ilustrativa, mas uma fonte capaz de nos oferecer vários sentidos sobre a cidade.



Atualmente, novas abordagens têm sido incorporadas ao domínio da história. Isso ocorreu devido à “emergência da história cultural francesa e da história social inglesa que enfatizam a multiplicidade de objetos da investigação histórica a exemplo das festas, mitos, doenças, sensibilidades, aspectos do cotidiano etc” (PINSK, 2005, p. 133). Assim, a interdisciplinaridade tem sido muito presente nas produções historiográficas, o que torna relevante a produção desta narrativa histórica, por construir-se a partir do diálogo com outros campos do saber como: medicina, higienismo, sanitarismo, urbanismo, serviço social.

Assim, problematizar temáticas como a higiene estética em Campina Grande significa lançar mais um olhar sobre a cidade na modernidade e se relaciona com a emergência de uma nova forma de questionar a história, introduzida pela Escola dos Annales, que inaugurou a história-problema. Nesse sentido, temos “uma narrativa que toma como objeto de estudo, temas considerados marginais como a bruxaria, higienismo, sanitarismo, medo, morte, doença etc, o que se dá principalmente com a Terceira Geração dos Annales” (BITTENCOURT, 2005, p.19). As mudanças conceituais, teóricas e metodológicas trazidas atualmente pela Nova História Cultural permitem a ampliação do conceito de fontes e dos objetos de investigação histórica. Esse novo olhar sobre as fontes e objetos torna pertinente uma abordagem histórica da construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960).

Pretendemos narrar uma história possível dos discursos e das ações que nomearam a higiene e a estética urbana como caminho para a concretização do ideal de modernidade e civilidade, e como essas ações e discursos foram apropriados e enunciados por diferentes setores da sociedade campinense, como comerciantes e políticos, com o intuito de construir uma cidade moderna, próspera e civilizada.

Com este objetivo, no primeiro capítulo, intitulado “Dia e noite sem água e sem luz: saneando a cidade”, iremos problematizar os aspectos simbólicos da construção da Adutora Vaca Brava e da Adutora Boqueirão enquanto parte de um projeto higienizador da cidade, que visava romper com os temores advindos das epidemias e restabelecer a saúde do povo e principalmente acelerar o desenvolvimento. Além disso, consideramos o simbolismo da sede como elemento que norteou a construção do sistema de abastecimento. Em um segundo momento deste capítulo, discutiremos a tentativa de normalização da vida da população por parte do poder público com vista à higienização da cidade, através de uma série de normas que visavam regular o uso da feira e do cemitério. Veremos que a implantação do sistema de abastecimento d'água, da rede de esgotos e a introdução de normas para o uso da feira e do cemitério constituíram procedimentos de disciplinarização que repercutiram no viver em sociedade e em casa.

No segundo capítulo, intitulado “A construção da higiene e estética de Campina Grande (1930-1960): remodelando a *urbs*”, serão problematizadas ações de remodelação urbana realizadas na administração do prefeito Verginaud Wanderley e nas administrações posteriores, dentre estas, podemos citar: Plínio Lemos e Elpídio de Almeida. As reformas urbanas legitimaram-se enquanto parte de um discurso que visava à construção de uma cidade moderna, higiênica e bela para atender às exigências do capitalismo. No Segundo momento, analisaremos como, diante desta transformação da estrutura material da cidade tentou-se modernizar os comportamentos da população, procurando combater os hábitos tidos como atrasados e rurais, através de uma série de medidas normativas que regulavam a vida da população no espaço público e privado.

No terceiro capítulo, intitulado “Higiene Social e a exclusão da ‘má-vizinhança’: prostitutas, mendigos e “menores delinqüentes,” analisaremos ações e discursos dos comerciantes e políticos, numa tentativa de compreender os ideais de higiene social destes grupos, que lançavam mão da exclusão de prostitutas, mendigos e “menores delinqüentes” do espaço urbano para higienizar, embelezar e moralizar a cidade.

## Capítulo 1

### “Dia e noite sem água e sem luz”: saneando a cidade

#### 1.1 - Campina Grande<sup>13</sup>: contexto histórico do início do século XX

Caminho do Açude Novo

(...)

Caminho do Açude Novo !...

O sítio de “seu” Dom

Que um velhinho tomava conta

E que ficava danado de raiva quando os meninos iam furtar goiabas e cajás.

A gameleira malassonbrada e a casinha de taipa velha

[ Marriquinha Serrão..

O sítio de “seu” Chico Venâncio

E o de “seu” Zé Venâncio

Se transformaram na Rua do Progresso,

Destruída

Para dar lugar a Avenida Floriano Peixoto

E a residência de “seu” “92” ...

Ah ! Campina da minha infância!

Como era agradável a tua brisa

Boa, bem boa a tua gente,

Bons os teus homens,

Honrados os teus comerciantes

Inocentes os teus brinquedos

Bonita, poética e rica a tua festa da Conceição,

Que hoje não vale nada

Porque

Não tem balão nem fogos de artifícios

Com painéis mostrando Nossa Senhora,

Só tem jogatina e conquistadores

Com automóveis “Rabo de Peixe”...

Campina da minha infância

Como eras boa

E como me encantaras !....

( Cristino Pimentel).<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Campina Grande foi elevada à categoria de cidade em 11 de Outubro de 1864. No momento de sua emancipação, a cidade possuía duas igrejas católicas- a Matriz e a do Rosário- dois açudes públicos, uma cadeia, um cemitério, duas casas de mercado, a câmara e cerca de trezentas casas como destaca, Câmara (1998).

<sup>14</sup> Pimentel (1952, p.32).

A saudade da Campina de sua infância é destaca pelo poeta<sup>15</sup>, que expressa na poesia o “viver feliz” na cidade, no momento em que os traços rurais marcavam o seu espaço e as transformações na sua estrutura material ainda não tinham sido efetivadas. Essas descrições sobre a cidade tomam como referência “certos lugares, descrições de bairros, ou de transformações em determinadas áreas, que são constantes nos relatos de memorialistas e de textos literatos que fazem da materialidade dos núcleos urbanos um suporte de memória” (BRESCIANNI, 2005, p. 238). As transformações do traçado urbano em Campina Grande relacionam-se com o crescimento do comércio do algodão, convergindo para o aumento populacional da cidade, principalmente a partir do final da década de 20. Sobre a Campina Grande da década de 1920, o comerciante Pedro D’Aragão nos fornece algumas informações:

Campina Grande na década de 1920 já era uma cidade notável, com um desenvolvimento admirável no mercado de algodão. Tinha um comércio intenso em todos os ramos de atividade, que abastecia a zona do cariri, sertão e brejo. A meu ver, a grandeza de Campina Grande ocorre justamente de sua posição privilegiada. Posição geográfica situada bem no centro das quatro zonas: sertão, agreste, cariri e brejo<sup>16</sup>.

Nesse ambiente de desenvolvimento comercial, a cidade “apresentava sensível modificação na sua arquitetura, na qual tornou-se evidente a presença de hotéis, lojas e sobrados azulejados ornamentados, com fachadas altas, janelas e portas altas decoradas com vidros e detalhes” (NASCIMENTO, 1997, p.69). Epaminondas Câmara, ao reportar-se a este período, destaca que:

O comércio consolidou-se com o advento do automóvel. Os caminhões substituíram não somente a carroça de boi, mas também as tropas de burros, que centenas, entravam diariamente na cidade. Desenvolveu-se o mercado por atacado que, aos poucos, foi se localizando na Rua da Areia. A indústria local também tomou incremento com o fabrico de camas de ferro, malas, sabão, móveis, facas de pontas, redes, etc. E com as usinas hidráulicas de prensamento de algodão (CÂMARA, 1998, p.122).

Automóveis e fábricas constituíam, neste cenário, os novos símbolos da modernidade, que, diante da presença das tropas de burros e das formas artesanais de produção apresentavam-se como “novo”. Nesse ambiente cheio de novidades, a sensibilidade moderna inferiu em novas

---

<sup>15</sup> Em Pimentel (1958) pode-se encontrar a referência ao ano do seu nascimento, segundo consta que é do ano de 1897. Isso nos leva a pontuar que o período de sua infância em Campina Grande compreende os anos de 1904 a 1909.

<sup>16</sup> Pedro D’ Aragão em entrevista concedida a Ronaldo Dinoá, ver: Dinoá (1994, p.85).

maneiras de usar e ver a cidade, de sentir o território urbano. Diante das modificações do espaço urbano e do desenvolvimento econômico, Campina Grande tornou-se atraente aos forasteiros vislumbrados pelas possibilidades oferecidas em seu centro comercial. Recebendo novos moradores, a cidade tinha seus becos, ruas e vilas multiplicadas, tornando a vida dos moradores movimentada e cheia de novidades.

Esta cidade, que se modernizava, nos períodos de estiagem, tinha um acréscimo populacional com a chegada dos retirantes que fugiam da seca<sup>17</sup>. Isso se explica por ser “Campina Grande mais próxima do sertão do que a capital, e também por possuir um clima ameno e dois açudes que abasteciam a cidade” (ALMEIDA, 1962, p. 163-164). No entanto, muitos retirantes não tinham condições de retornar ao sertão quando a estiagem passava. Assim, passavam a morar em casebres pobres, ou até mesmo nas ruas. E, em grande quantidade, os mendigos acabavam por “manchar” a imagem da cidade, que, a partir da década de 20, estava em expansão comercial. Discursivamente, as elites campinenses exaltavam o crescimento econômico e a chegada dos símbolos de modernidade na cidade, no entanto, no contexto da cidade “real,” era visível que nem todos eram atingidos pelos melhoramentos urbanos ou podiam usufruir das novidades oferecidas pelo mundo moderno.

## **1.2- “Encrencado e deficiente”: a rede de esgoto e o saneamento d’água em Campina Grande**

A limpeza da cidade era um mecanismo possível, para que, em vez de um procedimento cirúrgico para a cura de suas partes doentes, fossem adotadas medidas de prevenção à proliferação dos agentes causadores de doença, como bactérias e micróbios. Nesse contexto, a limpeza da cidade era indispensável à manutenção da saúde pública, mas também simbolizava o progresso. O jornal *O Século*, de 1929, chamava a atenção do poder público municipal para a responsabilidade com a higiene da cidade:

Começamos por chamar a atenção do Sr. Diretor da hygiene para os monturos, esgotos, sarjetas e riachos pereneus de águas pútridas que estão disseminadas pela *urbs*. A hygiene municipal em colaboração com a secção de obras públicas, também do município, ao que agora sabemos entregue a um técnico competente e trabalhador, podem corrigir nossos gravíssimos

---

<sup>17</sup> Queiroz (1990) representação na literatura do drama vivenciado pelos sertanejos nos períodos de estiagem e sua fuga para as grandes cidades, o êxodo rural.

defeitos, de rudimentar urbanismo, com pouco dispêndio e só uma dosessinha (sic) de maior de inteligência e boa vontade<sup>18</sup>.

Segundo o articulista do jornal, além da questão de saúde pública, a existência de monturos, águas pútridas e esgotos pelas ruas da cidade, pareciam evidenciar a falta de organização dos órgãos de planejamento urbano e a deficiência dos setores responsáveis pela limpeza pública, o que denota uma preocupação do jornal em desqualificar a administração municipal da época. Na continuação da matéria, o redator explicou os motivos que tornavam urgente a sua higienização:

A higiene municipal dá os seus planos de extinção dos zumbys de lixo e riachinhos de água preta e fedorenta e as obras efetuam com o pessoal da pá e da carroça derivando, com a proibição dos depósitos de porcaria em plena rua e com a abertura de esgotos para as águas dos riachinhos das uzinas e das fábricas, a possibilidade de uma futura epidemia que não avisará quando estiver pra vir...não confiemos muito na prodigalidade do decantado privilégio das nossas amenas condições climatológicas por que a febre amarela, a bubônica, a gripe, etc., andam a fora, procurando um só lugarzinho sem higiene para se abancarem.<sup>19</sup>

Conforme o discurso apresentado pelo jornal, a higiene da cidade fez-se necessária devido ao perigo de epidemias. Segundo o jornal, era importante a retirada do lixo e da lama para que os mosquitos causadores da febre amarela não se proliferassem nos ambientes insalubres. Além disso, o jornal citou a necessidade de “leis municipais” que proibissem o hábito de jogar lixo e outros detritos em plena rua por parte da população. As leis municipais, neste caso, tinham como objetivo normatizar o comportamento da população segundo os preceitos do higienismo.

Em outra matéria publicada no jornal *Brasil Novo*, podemos observar o aspecto de sujeira de Campina Grande, quando se enfatizava os problemas causados pelas chuvas, no que se refere à questão da higiene, e, principalmente, fazia uma crítica à forma como era feita a limpeza das ruas. Vejamos o trecho a seguir:

Os encarregados do serviço do lixo desta cidade estão certamente exorbitando das ordens pelo Dr. Severino Cruz. Nem pode ser de outro modo, pois o que estão fazendo é de pasmar a quem tem um pouco da noção que seja higiene. Ora, com as chuvas muitas ruas estão cheias de valetas profundas.

<sup>18</sup> Já há ninhos na prefeitura...Accordemos a hygiene. **O Século**. Campina Grande, n.25, 23 jan. 1929.

<sup>19</sup> Já há ninhos na prefeitura...Accordemos a hygiene. **O Século**. Campina Grande, n.25, 23 jan. 1929.

Pois, os encarregados do lixo conduzem suas carroças cheias e depositam nas valetas toda a sorte de detritos. Com as águas sujas o lixo depositado entra em decomposição produzindo uma fedentina horrível. Não há santo de pedra que não leve o lenço ao nariz, podemos citar para quem duvide a rua do oriente. Demais, essas águas correm para o açude velho com toda sorte de podridões.<sup>20</sup>

A falta d'água e a sujeira existente no meio das ruas favorecia as doenças, tornando mais difícil o viver na cidade. Os tristes episódios relativos às mortes causadas pelas epidemias que assolaram a cidade estavam vivos na lembrança dos campinenses e tornavam mais dramático o cotidiano na *urbs*, diante da ameaça constante da “morte”. Nesse sentido, a implantação do sistema de abastecimento d'água e da rede de esgoto seria um tipo de salvo conduto contra as possíveis tragédias. Considerações feitas no jornal *O Rebate*, no ano de 1932, fornecem-nos informações sobre esse drama: “não temos águas correntes, e o lixo depositado nas cercanias da cidade é conduzido pelas águas da chuva para os açudes que a população se utiliza. As estrumeiras na opinião dos entendidos são os mais perigosos”<sup>21</sup>. O movimento de higienização da cidade pode ser compreendido também pela implantação da rede de esgotos, como relatou o jornal *Voz da Borborema*:

Como é do domínio público, a diretoria do saneamento iniciou, em data de ontem, os serviços de escavação e colocação dos canos de esgotos nesta cidade. Ao que sabemos, o diretor do saneamento, Dr. José Fernal, oficiou ao Sr. Prefeito Demóstenes Barbosa, participando –lhe o começo desse tão importante acontecimento que enaltece o governo benemérito do Dr. Argemiro de Figueiredo. A boa marcha de tudo que se há feito, desde a linha adutora, caixas d'água, rede de abastecimento, Barragem, até o entendimento e colocação dos canos para esgoto, revelam desde já, a execução do plano de saneamento a que se obrigou o governo do Estado, em favor de nossa cidade.<sup>22</sup>

Caixas d'água, canos, barragem faziam parte de conjunto de técnicas e recursos da época, que, utilizados em conjunto, iriam compor a obra tão almejada pelos campinenses, a rede de esgotos, a qual, embora constituísse o sonho de todos, somente alguns tiveram o prazer de concretizá-lo, pois a maioria da população não foi atendida pelo sistema de abastecimento d'água. Dessa forma, o abastecimento e o saneamento d'água constituíram-se, para grande parte das elites, a oportunidade de desfrutar de um elemento de higienização da

<sup>20</sup> Com vistas à hygiene municipal. **Brasil Novo**. Campina Grande, n.18, p. 3, 9 Set. 1931.

<sup>21</sup> *O Rebate*, Outubro de 1932. Fac-símile do jornal que pode encontrado em Silvestre (1993, p.206).

<sup>22</sup> A comissão de saneamento deu inicio ontem, ao serviço de esgoto na cidade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 14, 1 set. 1939.

cidade, na medida que esta obra contribuiu para amenizar o chamado “medo da morte”<sup>23</sup> como deixou bem claro o jornal *Voz da Borborema*:

Era angustioso assistir ao martírio de um povo laborioso e progressista na época da estiagem, sofrendo as mais duras vicissitudes à falta d'água. Por um lado, a população numerosa, habitando e trabalhando em uma cidade suja, sem condições satisfatórias de higiene, expunha a própria vida a todos os surtos endêmicos e epidêmicos. Daí, o facto, do alarmante abtuário que ali se registra todos os annos.

Há poucos meses, tivemos de enviar uma commissão de médicos e enfermeiras para debelar naquella cidade sertaneja um violento surto de Typho e para-Typho. E, a commissão retornará alarmadas com as condições sanitárias verificadas, tendo localizado ainda um número espantoso de focos de Anofelinos, no centro e nos arredores da cidade. A água ruim e a ausência de saneamento respondiam por essa desgraça.

As obras que alli vimos realizando significam numa palavra a salvação de uma terra e de um povo. Campina teria de aniquilar-se sem esses serviços<sup>24</sup>.

Assim, em nome de uma vida saudável, essa obra de saneamento constitui-se “A maior realização de um governo: a solução de um problema de Campina Grande- Água e Esgotos”<sup>25</sup>. Nessa matéria, pode-se perceber a extensão dos significados atribuídos a esta ação por aqueles “que comungavam dos princípios de modernização, progresso e civilização ancorada nos mais sólidos princípios de racionalidade científica” (CABRAL FILHO, 2007, p.110). Conforme o discurso do jornal, a obra tinha o aspecto redentor para a população campinense, devido às constantes epidemias e às dificuldades do acesso à água. Sendo, então, um discurso interessado, que tinha por finalidade utilizar a vontade do “povo” como base de sustentação política de uma obra. Para o engenheiro sanitário Francisco Saturnino Rodrigues de Brito,<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Delumeau (1989) e Ariés (2003) fazem uma discussão sobre o medo de epidemias e consequentemente da morte no âmbito da história ocidental.

<sup>24</sup> Administração realizadora: obras públicas. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 25, 9 out. 1937.

<sup>25</sup> A maior realização de um governo: a solução de um problema de Campina Grande- Água e Esgotos. **Voz da Borborema**. Campina Grande, 25 Jan. 1938.

<sup>26</sup> Engenheiro civil e o mais notável sanitarista brasileiro nascido na cidade de Campos dos Goitacases, RJ, que teve também ativa participação na vida política do país. Idealizou, projetou, construiu ou assessorou inúmeros sistemas urbanos de abastecimento e de esgotamentos em cidades e capitais brasileiras. Integrou a comissão que construiu a cidade de Belo Horizonte, MG, primeira cidade brasileira projetada com toda a infraestrutura para ser a capital do estado. Republicano e positivista, interrompeu sua carreira profissional para se alistar no batalhão **Benjamin Constant**, que lutou pela proclamação da república. Dirigiu os estudos de melhoramentos de Vitória, ES (1896), e integrou a comissão de saneamento do estado de São Paulo (1897), quando organizou os projetos de saneamento de Campinas, Ribeirão Preto, Limeira, Sorocaba e Amparo. Elaborou os projetos de saneamento das cidades de Petrópolis, Paraíba do Sul, Itaocara e Campos, todas no Estado do Rio (1898-1901). Também figuram entre suas principais realizações um projeto pioneiro de esgotos para Santos, SP, com estações elevatórias elétricas e automática das águas de esgoto, o saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, e a retificação do rio Tietê, em São Paulo. Escreveu vários livros e artigos técnicos entre os quais destacaram-se **Apontamentos de geometria analítica** (1882), **Teoria lógica da assimilação** (1887), **Saneamento de Santos** (1898) e **Esgotos das cidades** (1901). Inventor do *tanque fluxível*, em São Paulo (1900), seus estudos, trabalhos e sistemas construídos ou reformados pelo mesmo fizeram com que a adoção do sistema



que atuou nos projetos de abastecimento d'água e saneamento das cidades do Recife, Pelotas, Santos e Porto Alegre no final do século XIX e início do século XX , “toda a despesa feita com a higiene é, em realidade, uma medida de economia para o indivíduo ou para a cidade, mas custoso que a moléstia só a morte” (BRITO, 1943, p.25). Segundo o autor, foi com “a regeneração sanitária das cidades, embora algumas delas sejam obras mal concebidas e mal executadas, que São Paulo debelou a febre amarela e afastou o maior obstáculo a seu desenvolvimento. Não foi matando mosquitos” (BRITO, 1943, p.19). Desse modo, a higiene da cidade é o meio possível para a eliminação ou prevenção dos surtos epidêmicos e contribui para o crescimento econômico das cidades, pois evita os gastos com doenças e os indivíduos saudáveis têm maior disposição para o trabalho. Como destacou Francisco Saturnino Rodrigues de Brito:

Já se cuida das cidades como se cuida dos indivíduos; os princípios fundamentais são o mesmos ~ os higiênicos; a sua aplicação deve começar desde a aldeia para o organismo “cidade” , como deve começar desde a infância para o organismo “ homem”(BRITO, 1943, p.20).

Assim, temos a percepção de higiene que abarca “todas” as fases da vida humana, bem como todos os espaços e objetos que rodeiam a vida do ser humano. A cidade é formada por um conjunto de indivíduos e para que esta seja sanitarizada é preciso que os seus indivíduos também o sejam. Essa higiene perpassa o cuidado com o lixo, com a água que se utiliza, com os objetos e espaços que usufruímos. Para a execução do projeto de higienização e saneamento de uma cidade, Saturnino de Brito destacou alguns melhoramentos urbanos, dentre os quais podemos citar:

- a) traçado da cidade, saneamento e aformoseamento;
- b) edifícios públicos e particulares;
- c) iluminação pública;
- d) força e tração elétrica;
- e) estradas municipais e intermunicipais;
- f) navegação interior, canais;
- g) exploração de quedas d'água;
- h) saneamento rural, proteção das águas;
- i) proteção e exploração das matas;
- j) obras contras as secas e as inundações.

Diversos outros serviços municipais, como, pontes e calçamentos. Tratamento do lixo, assistência pública, escolas, jardins e parques, campos

de educação física, etc. estão compreendidos sob os títulos acima ou podem ser distintamente considerados um programa geral de melhoramentos (BRITO, 1944, p.161).

Este programa,<sup>27</sup> apresentado pelo engenheiro em 1918, no Congresso dos prefeitos de Pernambuco, chamava a atenção para a importância da higienização da cidade. Essas ações de higienização seriam de responsabilidade do governo do Estado, em conjunto com o município “sempre que a natureza e as condições de serviço exigirem a unidade de concepção de plano, a harmonia no conjunto, a perfeição na execução e a isenção de ânimo na administração, a qual se conservará afastada das influências eleitorais da localidade”(BRITO, 1944, p.162). Esse programa passou a ser detalhado em 39 tópicos, nos quais o autor analisou algumas questões, dentre as quais: alargamento de ruas e becos, pavimentação de ruas, construção de avenidas, edificação de casas salubres, criação de parques e jardins, distribuição e tratamento d'água, processos de purificação dos despejos dos esgotos, etc.<sup>28</sup> Para o engenheiro sanitário, “a febre tifóide, a moléstia das cidades não saneadas se manifeste com maior ou menor frequência, predominando nos centros populosos e na estação calmosa” (BRITO, 1943, p.20). Dessa forma:

O melhor é proceder racionalmente: prever e sanear, mesmo por que o mal proveniente da falta de saneamento não se limita às epidemias, ele vai minando os alicerces da saúde e abatendo os organismos menos resistentes, mas o público se impressiona em menor grau com a insidiosa devastação quotidiana, parecendo-lhe que apenas se apaga a morte o tributo normal, habitual, irreduzível...O público das cidades insalubres despreocupado embora sempre cobertos de crepe, só se emociona aos golpes brutais da epidemia (BRITO, 1943, p.24).

Saturnino de Brito explicava que a racionalidade técnica é o meio possível para a concretização do projeto de sanitização da cidade, evitando desta maneira os dramas cotidianos resultantes das epidemias, que tornam a morte habitual. A sanitização do espaço urbano era representada através da implementação de melhoramentos urbanos que incidiam sobre vários setores da cidade, dentre estes destacam-se as casas, as ruas, os cursos d'água, como observamos:

---

<sup>27</sup> Este programa geral dos melhoramentos urbanos faz parte das notas escritas pelo engenheiro para o Congresso dos Prefeitos de Pernambuco realizado em 1918. Essas notas foram reunidas e constituem o terceiro capítulo do livro “Urbanismo: traçado sanitário das cidades: estudos diversos” obra publicada em 1944, pela Imprensa Nacional.

<sup>28</sup> Estes tópicos explicativos do plano geral dos melhoramentos urbanos estão presentes no terceiro capítulo livro “Urbanismo: traçado sanitário das cidades, estudos diversos” obra publicada em 1944, pela Imprensa Nacional. (p.161 á 170).

Estes programas incidirão sobre as ruas e becos que devem ser alargados, os quarteirões a sanear, as regras a seguir para a divisão dos terrenos em lotes e para a edificação de casas salubres, a área a reservar para jardins e parques, os locais pitorescos e proteger contra as devastações e construções que os prejudiquem, as obras a fazer nas ruas e cursos d'água para facilitar o escoamento das águas das chuvas; os mananciais a reservar para o suprimento de água potável, evitando que se contamine, ou sejam desprotegidos pela devastação das matas; os principais prolongamento das ruas existentes e as ruas abrir, especialmente as que devem seguir os thalvegis e os cursos existentes, os quais os coletores principais do escoamento das águas, o traçado de avenidas nas margens dos cursos de modo a impedir que os quintais cheguem até e os moradores façam das águas servidas nocivas (BRITO, 1944, p.164-165).

Nesse sentido, o projeto higienizador da cidade deveria estar atento a algumas particularidades: “redes de água e esgotos, cursos d'água, pluviais, situações dos reservatórios para a distribuição d'água, localização dos cemitérios, locais para o destino final dos despejos dos esgotos” (BRITO, 1944, p.146.)

Na tentativa de sanitizar Campina Grande, foram feitos alguns melhoramentos urbanos, entre estes podemos citar, os sistemas de abastecimento d'água, pois a população campinense se utilizava da água das cisternas do Açude Novo para seu consumo diário até o ano de 1927. Por volta do ano de 1924, o governador do Estado, João Suassuna, resolveu construir o primeiro sistema de abastecimento de água utilizando os açudes Puxinanã e Grotá Funda. No Anuário de Campina Grande de 1925, encontram-se informações referentes à construção do Açude Puxinanã:

A construção do Açude de Puxinanã, futuro abastecimento d'água de Campina Grande, será um dos mais belos feitos da vigente administração, pelo elevado alcance de vista de quem o determinou, levando muito em conta o futuro grandioso, que por isto está reservado a mais importante cidade de toda esta vasta região nordestina.<sup>29</sup>

De acordo com Regina Coelli Nascimento (1997), “este serviço não foi direcionado à grande maioria da população, mas principalmente, aos comerciantes e industriais, enquanto a população pobre continuava utilizando água dos açudes” (NASCIMENTO, 1997, p.51). Esse sistema não contava com as técnicas de purificação d'água, devido à escassez de recursos financeiros. O projeto Puxinanã-Grotá, inaugurado em 1927, em pouco tempo, já não era

---

<sup>29</sup> **Anuário de Campina Grande de 1925.** Gráfica do Jornal do Comércio-Recife-1925, p.99. Citado por Nascimento (1997, p. 51).

suficiente para atender uma população que crescia rapidamente<sup>30</sup>. Dessa forma, o Interventor da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, resolveu construir um novo sistema de abastecimento d'água, denominado Vaca Brava. Sobre o caráter simbólico de Vaca Brava, Cabral Filho comenta que este:

Surge cingido pelos louros da vitória uma vez que, discursivamente, se impõe como um projeto salvador, capaz de livrar Campina Grande não apenas do martírio da sede, mas também de fazer desaparecer dela todos os perigos trazidos pelas ameaças de epidemias que tantas vidas haviam ceifado. Este projeto não seria apenas abastecimento de água, seria também esgotamento sanitário, usina de depuração e aproveitamento de esgotos e ainda seria capaz de proporcionar embelezamento para a região, isto é, uma obra capaz de proporcionar equilíbrio físico e social. Trata-se, pois, de um projeto amplo, essencialmente modernizante, espetacular, enfim (CABRAL FILHO, 2007, p.131).

No dia 9 de Março de 1939, data da inauguração da adutora, o jornal *Voz da Borborema* editou várias matérias especiais sobre a Barragem Vaca Brava sempre exaltando o acontecimento como um marco para o crescimento econômico e para a modernização da cidade, mas principalmente louvando a ação do interventor Argemiro de Figueiredo. Entre os discursos das matérias, podemos citar:

Si, em sua fecunda administração o Dr. Argemiro de Figueiredo não tivesse feito cousa alguma, somente o serviço de saneamento de Campina Grande seria o bastante para levar o seu nome a posterioridade..." ou "Abastecimento de água e saneamento de Campina Grande: A grande aspiração de um povo, A maior realização de um Governo"<sup>31</sup>

Esse discurso tende a valorizar a atuação do então Interventor do Estado Argemiro de Figueiredo<sup>32</sup>, que teria contratado a firma Saturnino de Brito<sup>33</sup> para a construção da adutora.

---

<sup>30</sup> Estas informações estão presentes CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens**; uma experiência modernizante em Campina Grande. (1930-1950). Tese de Doutorado, João Pessoa, UFPB, 2007. p.98, 99, 101 e 102. O autor analisa as fotografias sobre a construção barragem Vaca Brava presentes nos jornais da época para problematizar essa experiência modernizante de Campina Grande.

<sup>31</sup> Abastecimento de água e saneamento de Campina Grande: A grande aspiração de um povo, A maior realização de um Governo". **A Voz da Borborema**, Campina Grande, 9 mar. 1939. Nesta edição, o jornal relata com riqueza de detalhes todo o conjunto VACA BRAVA, desde o processo de abastecimento de água até o processo de purificação dos esgotos. E notável que, ao longo das matérias, há uma glorificação do idealizador do sistema o então interventor e campinense Argemiro de Figueiredo, que celebrou um contrato com a firma Saturnino Brito, do Rio de Janeiro.

<sup>32</sup> Sobre esta informação conferir **Evolução**, Campina Grande, p. 6, 5 a 11 nov. 1959. Em nota sobre o falecimento do Dr. Acácio de Figueiredo, o jornal faz um resumo biográfico deste, e comenta era um dos fundadores e diretores do *Voz da Borborema*.

<sup>33</sup> Filho de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito(1864-1929), Francisco Saturnino Rodrigues de Brito Filho(1889-1977) formou-se em Engenharia Civil e de Minas pela escola de Minas de Ouro Preto-MG. No entanto, dedicou-se principalmente à engenharia hidráulica e sanitária. Planejou e executou o saneamento da

Esse desejo de glorificar a pessoa do então Interventor da Paraíba justifica-se pelo interesse político e familiar, uma vez que o dono do jornal *Voz da Borborema* era Acácio Figueiredo, irmão do governador, que se utilizou do meio de comunicação, para fazer propaganda política, prática esta institucionalizada no plano federal pelo governo Vargas, através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Como grande herói, que salva o seu povo da sede, Argemiro de Figueiredo desfila nas páginas do jornal, como o salvador da pátria que se comporta como detentor de uma missão divina que é tirar seu povo do sofrimento. Para enaltecer ainda mais a obra do então governador, nada mais normal que significar a adutora como desejo de todos os campinenses, pela possibilidade de acesso à água potável e pela eliminação do problema dos esgotos, ao realizar o tratamento destes. Para a elite campinense, a obra representava:

A concretização das aspirações de uma população sedenta que há muito ansiava por um sistema de abastecimento de água compatível com as crescentes necessidades de Campina Grande, cuja provisão de água, até então, era realizada por aqueles que podiam pagar, pelos tradicionais aguadeiros que utilizavam cargas de animais para transportar, desde mananciais públicos ou privados, o precioso líquido (CABRAL FILHO, 2007, p.97).

Severino Cabral Filho, em “A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1920-1950),” mostra-nos através de imagens como o Sistema Vaca Brava simbolizou uma experiência modernizante em Campina Grande no momento em que a cidade era considerada pelos homens de letra e pela elite política e econômica, no final da década de 30, como a Liverpool brasileira, por ter sido a segunda maior exportadora de algodão do mundo. Isso porque, diante uma sensibilidade moderna, a presença dos aguadeiros, responsáveis pela provisão de água aos que podiam pagar pelo serviço, “perturbava àqueles que compartilhavam desses ideais de modernização, civilização e progresso, eram dezenas de animais de cargas que desfilavam pelo centro, sujando as ruas com os detritos deixados pelos animais e enfeando a cidade” (CABRAL FILHO, 2007, p. 107).

O sistema de Abastecimento d'água Vaca Brava representou para as elites campinenses uma experiência modernizante, por possibilitar o fim da presença dos aguadeiros nas ruas, e assim, livrar a cidade de cenas não compatíveis com as novas demandas do mundo moderno.

Além disso, era duvidosa a salubridade de uma água transportada de maneira anti-higiênica. O discurso que permeou a luta pela construção do Sistema Vaca legitimou-se pela defesa do ideal de sanitização, estética e modernização de uma cidade que se destacava pela exportação do algodão e se tornava, aos poucos, uma das maiores e importantes cidades do interior do nordeste. Para os comerciantes de Campina Grande, o problema da falta d'água era um obstáculo ao desenvolvimento da cidade e afetava diretamente as práticas comerciais, sendo urgente a solução para esse problema:

Discute-se o problema da água em Campina Grande, problema de vital interesse para esta associação, como para cada um dos associados em particular. Diante disso, pediu a colaboração interventiva desta casa, frente aos poderes estaduais e municipais no sentido de encontrar o valor daquelle sério problema, para o progresso de nossa terra<sup>34</sup>.

Esse problema era motivo de debates entre os comerciantes desde os anos 1920, porque a instalação do sistema d'água e o tratamento de esgotos só se tornaram uma realidade em 1939<sup>35</sup> com a Barragem Vaca Brava. No entanto, a água não chegou aos bairros mais pobres. Basta considerar que a cidade possuía mais de 8 mil residências no período<sup>36</sup> e, no entanto, apenas “30 dentre elas passaram a contar com o serviço de água e esgoto. Ademais a construção de chafarizes em vários pontos da cidade (em número de 55) indica que muitos eram obrigados a se deslocar de suas casas até os pontos de distribuição do precioso líquido” (ARANHA, 2000, p.188).

Como a Barragem Vaca Brava<sup>37</sup> abastecia um número reduzido de casas, as pessoas que moravam em bairros periféricos eram abastecidas por chafarizes, o que significa que nem toda a população campinense fora beneficiada com esse sistema de abastecimento, embora essa obra tivesse sido aclamada na época de sua construção, como a redenção de Campina Grande. No contexto da cidade real, o grande sonho de uma população sedenta parecia estar distante de ser concretizado.

Para os comerciantes, o acesso à água era indispensável para o desenvolvimento do comércio, e também para a incipiente atividade industrial ligada ao setor têxtil, devido ao intenso comércio do algodão. O sistema de abastecimento d'água e a rede de esgoto representavam o desejo de higienização. Dessa forma, adquiria uma simbologia de prática

---

<sup>34</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata de 03 de Abril de 1933, p.23.

<sup>35</sup> Sobre a instalação de água e esgotos, em Campina Grande, ver: Câmara (1998, p.130).

<sup>36</sup> Câmara (1998, p.130).

<sup>37</sup> Sobre o sistema Vaca Brava, ver: Saneamento. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n.16, 9 mar. 1938.

modernizante, que a cidade necessitava naquele momento, como bem comenta Cristino Pimentel:

Campina Grande que se desenvolve no chapadão da Borborema, cujo progresso admira a todos que trilham suas ruas, calçadas, com essa água e saneada, crescerá. Ganhará melhor civilização. Aperfeiçoará seu sistema de comércio. Polirá o seu com o aumento do núcleo da gente fina que aqui vive.<sup>38</sup>

Assim, “o uso da água encanada na cidade advêm da imagem de purificação que lhe fora atribuída há século, aquelas vantagens da higiene para a saúde e para a civilização dos costumes” (SANT`ANNA, 1999, p. 297). Os comerciantes, ao reivindicarem o sistema de abastecimento e saneamento da água, estavam apelando para a sanitarização da cidade, mas também estavam visualizando seus próprios interesses, uma vez que a água contribuía para o desenvolvimento das relações comerciais. Por isso, a notícia da celebração do contrato do governo do estado com uma empresa para a construção da adutora Vaca Brava é considerada uma importante realização para o município, e motivo de grande felicidade para os membros da Associação Comercial de Campina Grande<sup>39</sup>, como se verifica na ata da reunião realizada no dia 31 de Junho de 1936:

O senhor presidente mandou que o primeiro secretário procedesse a leitura do expediente que constou do seguinte: telegrama do Sr. Dr. Raul de Góes, secretário do governo, comunicando a assinatura do contrato para a execução dos serviços d`água e esgotos nesta cidade, idem do Sr. Dr. Pereira Diniz felicitando pelo mesmo motivo do abastecimento d`água, ofício do prefeito Dr. Vergniaud Wanderley, acusando nosso telegrama de congratulação afirmando a assinatura do contrato maior da realização em benefício desta grande terra.<sup>40</sup>

No dia 7 de Março de 1939, dois dias antes da inauguração do Sistema Vaca Brava, os membros da Associação Comercial discutiam em reunião a possibilidade de homenagear Argemiro de Figueiredo, personalidade, que, segundo os discursos dos comerciantes, seria o responsável pela obra, que possibilitou o acesso à água não só para os comerciantes, mas para a toda a sociedade campinense que sofria com a sua escassez. Sobre isto, evidencia-se:

<sup>38</sup> Crônica de Cristino Pimentel, citada por Souza (2003, p.297).

<sup>39</sup> A fundação da Associação Comercial de Campina Grande ocorreu no ano de 1926, sendo uma iniciativa dos comerciantes ligados ao setor algodoeiro. Essas informações podem ser encontradas nos livros das atas sessões ordinárias e extraordinárias da entidade.

<sup>40</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata de 31 de Junho de 1936, p.88.

Por proposta do Sr. Arnaldo Albuquerque foi designada uma comissão de todos os presentes, para na mesma ocasião, procurarem um entendimento com o Dr. Hortêncio Ribeiro, encarregado do protocolo que Campina Grande presta ao seu ilustre Interventor Federal no Estado e digno filho da terra, Dr. Argemiro Figueiredo no próximo dia 9, sua data vitalícia no sentido de reforçar seu pedido pessoal para que seja fornecida gratuitamente água a pobreza.<sup>41</sup>

No discurso dos comerciantes, observamos o desejo de reverenciar a figura do “bem-feitor” de Campina Grande “Argemiro de Figueiredo,” o que nos faz questionar as intencionalidades deste ato, tendo em vista, que a figura a ser homenageada era, na época, o então interventor do Estado, nomeado por Getúlio Vargas no contexto do Estado Novo e que o interventor poderia favorecer os comerciantes através de medidas de redução de impostos ou medidas protecionistas. Assim, ofuscada pelo discurso caritativo de “fornecer água gratuita à pobreza” poderia se esconder os interesses econômicos dos comerciantes<sup>42</sup>.

Onze anos depois da inauguração do sistema Vaca Brava, a Associação Comercial já se mobilizava para a construção da adutora do Boqueirão, o que demonstra que aquele sistema não era suficiente para atender à população que crescia demasiadamente, e principalmente, torna duvidosa a capacidade da Barragem Vaca. Assim, observamos o seguinte:

Foi deliberado e aprovado a redação de um memorial para ser entregue ao Prof. Pereira Lyra, contendo um apelo desta Associação Comercial junto ao Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da República, no sentido de ser continuado os estudos do Açude Boqueirão para necessária realização da obra<sup>43</sup>.

No início da década de 1950, o jornal *O Momento* destacou o problema da falta d'água quando expôs, em sua edição de 15 de Outubro de 1950, que “a repartição de saneamento precisa tomar urgentemente providências sobre a falta d'água que já vem se verificando nesta cidade, principalmente entre às 12 horas e 14 horas e entre 17 e 19 horas.”<sup>44</sup> Em 1953, o *Jornal de Campina* analisou o problema da escassez d'água enquanto resultado da má administração dos governantes que sucederam Argemiro Figueiredo. Assim, observamos:

Campina Grande dia e noite sem água e sem luz.  
Voltemos porém ao caso d'água Campina Grande possuía em 1939 o mais perfeito serviço de saneamento do país. Atualmente possui o mais

<sup>41</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata de 7 de Março de 1939.

<sup>42</sup> Em muitas das Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial pode se verificar a solicitação de redução de impostos ao governo estadual e municipal pelos membros da entidade.

<sup>43</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata de 28 de Junho de 1948, p.166.

<sup>44</sup> Isto acontece em Campina Grande. **O Momento**. Campina Grande, n.5, p.2, 15 out. 1950.



encrencado e deficiente. De bom passou em tão pouco tempo para pior, isso, resultado exclusivo de uma má orientação dos governadores que sucederam Dr. Argemiro Figueiredo. Nenhum, durante esse período, procurou fazer qualquer coisa que salvasse o nosso saneamento<sup>45</sup>.

“Encrencado” e “deficiente” foram os termos utilizados para definir o sistema de abastecimento e saneamento d’água de Campina Grande no início da década de 1950. Independente da posição política do jornal, que tendia a valorizar o feito de Argemiro de Figueiredo em detrimento dos governantes que o sucederam, a falta d’água na cidade, pouco tempo depois da construção da Adutora Vaca Brava, era um problema que afetava o cotidiano das pessoas e prejudicava as atividades industriais e comerciais. “Solução perigosa,” eis o título de uma reportagem exibida pelo *Jornal de Campina*, no qual afirmava que:

O povo pobre não tendo para quem apelar, pois ninguém acredita mais nas providências do governo, começa a se abastecer nas poluídas águas dos açudes dos barreiros e açudes. Essa água sem tratamento está contaminada. Ela faltamente transmitirá a febre tifóide, as desenterias bacilares, schistosomoses e um mundo de infecções perigosas. As criancinhas pobres irão morrer as dúzias se não houver uma medida séria por parte da saúde.<sup>46</sup>

De acordo com o discurso do articulista do jornal, a “solução perigosa” para os pobres seria o consumo de água suja de açudes e barreiros. E para as elites qual era a solução? Sobre isso, há um silenciamento, que nos leva a pensar que o problema da falta d’água ainda não afetava de forma intensa o cotidiano dos habitantes mais afortunados, o que se explica pelo fato de a elite ter sido beneficiada diretamente com água potável em casa ou pela capacidade financeira, que possibilitava adquirir água salubre. Considera-se, também, que o problema da água em Campina Grande foi debatido nos meios de comunicação como um problema de saúde pública e representava a percepção de que “os modernos conceitos de transmissão e de doença ganharam legitimidade através da observação racional consubstanciada em experimentos laboratoriais e clínicos” (CABRAL FILHO, 2007, p.115). Nesse sentido, há o temor de que os micróbios, que são agentes invisíveis presentes nas águas utilizadas pela população pobre, pudessem transmitir diversos tipos de doença. Conforme, expressa Fransérgio Follis:

<sup>45</sup> Campina Grande dia e noite sem água e sem luz. *Jornal de Campina*. 1 nov. 1953.

<sup>46</sup> O problema da água de Campina Grande. *Jornal de Campina*. 15 nov. 1953.

O grande temor às epidemias e a ideia de modernizar a cidade significavam também higienizar o seu espaço de modo a deixá-lo imune às terríveis doenças epidêmicas que punham em crise a cidade e fizeram que o poder público municipal intensificasse a sua ação higienizadora no meio urbano (FOLLIS, 2004, p.67).

Em discussão sobre o problema da falta d'água na cidade, os comerciantes, reunidos em assembleia, demonstraram preocupação em solucioná-lo. Entre os recursos utilizados pela entidade, para resolver o problema da falta d'água, configuram-se os ofícios, contendo pedidos e reclamações. Assim, em reunião do dia 16 de Dezembro de 1951, foi determinado que “em face à falta d'água, ficou acertado, então, que se procuraria saber exatamente como era a situação, para se poder fazer qualquer representação ao Sr. Governador do Estado”<sup>47</sup>.

Os “Ofícios” da Associação Comercial sobre a questão do abastecimento d'água colocavam-se como pedidos e sugestões, demonstrando a preocupação da entidade em interferir em órgãos específicos, como a “Repartição de Saneamento da cidade”, para defender os interesses dos comerciantes que faziam parte da entidade, como se observa no trecho da ata da reunião realizada no dia 24 de Julho de 1952:

Foi deliberado que a finalidade da presente reunião era tratar do problema de abastecimento d'água à cidade, sobretudo, tendo em vista uma circular da Repartição do saneamento local, na qual era estabelecido o prazo de 10 dias para entrar em execução medidas autorizadas pelo secretário da agricultura, tais como o corte do fornecimento aos postos de automóveis, industriais e construções

O Dr. Silva sugeriu o seguinte:

1º solicitar estatísticas dos industriais e respectivos consumos.

2º Sugerir a limitação da taxa d'água mesmo para as residências, em vez de corte para determinados consumidores.

3º Saber que medidas o governo do Estado está tomando no que diz respeito ao problema em foco.

Foi acatado o ponto de vista do Dr. Silva e ao mesmo tempo, nomeada uma comissão para entender-se com o governador do Estado no intuito de oferecer sugestão equitativa do problema de abastecimento d'água a população local. Integrantes da comissão: João Rique, Luis Soares, Dr. Silva, Severino Cabral<sup>48</sup>.

Diante da escassez d'água na cidade, a repartição de saneamento deliberou o corte no fornecimento aos postos de automóveis, indústrias e construções. No entanto, os comerciantes consideraram mais interessante a limitação do consumo de água nas residências do que o

<sup>47</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata n. 2/1952 de 16 de Dezembro de 1951,

<sup>48</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata. N.13/1952, de 24 de Julho de 1952, p.26.

corte do fornecimento para estes setores. Dessa forma, procuraram atuar através do envio de “comissão de ilustres campinenses” para falar com o Presidente da República sobre o problema e solicitar possíveis soluções, como se observa na ata da reunião do dia 17 de Abril de 1956, quando “os Srs. Alvino Pimentel, Lopes de Andrade, Nestor do Couto e Milton Cabral<sup>49</sup> informam que foram recebidos pelo Presidente da República a quem expuseram a situação de abastecimento d’água de Campina Grande”.<sup>50</sup>

Outra forma de demonstrar o apoio da entidade à causa do abastecimento d’água podia ser percebida através das homenagens feitas pela Associação Comercial àqueles que participaram dessa luta. Isso pode ser visualizado quando a entidade propôs uma homenagem à “Comissão Campinense” que teria viajado ao Rio de Janeiro para solicitar providências. Observemos:

Reuniram-se-se diretores e associados desta entidade, em Assembleia Geral Extraordinária, com o fim de prestar uma homenagem à Comissão Campinense que foi ao Rio de Janeiro solicitar providências para solucionar o problema de abastecimento d’água dessa cidade. Abrindo a sessão, o Sr. Presidente Newton Rique, depois de se referir ao êxito dos embaixadores campinenses, solicitou uma salva de palmas para os componentes da comissão no que foi atendido no plenário.<sup>51</sup>

A questão do saneamento e abastecimento d’água em Campina Grande foi bastante discutida entre os membros da Associação Comercial. Solucionar esse problema era indispensável para o progresso da cidade, uma vez que iria contribuir para a higienização e estética urbana.

François Béguin fez uma análise de duas grandes pesquisas realizadas pela administração pública inglesa entre 1840 e 1850. “Essas pesquisas referem-se mais à doença e a delinquência, à água, ao ar, à luz e aos esgotos e através das formas físicas através das quais os fluidos e as práticas poderão ser canalizados e regulados”. Para o autor, os esforços da administração pública envolvem a intervenção no ambiente do pobre, sendo uma forma de racionalizar esse espaço por meio de instrumentos científicos, tendo a implantação de programas de higiene e salubridade, que se cristalizam através de “órgãos de maquinaria urbana: os esgotos e o aparelho de distribuição de água” (BÉGUIN, 1991, p. 40).

<sup>49</sup> Estes senhores srs *Alvino Pimentel, Lopes de Andrade, Nestor do Couto e, Milton Cabral* eram comerciantes e membros da Associação Comercial, ver Atas da Associação Comercial, ( 16/2/1938 e 24/5/1975).

<sup>50</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata n. 34/56 de 17 de Abril de 1956, P.66.

<sup>51</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata de 30 de Abril de 1956, p.47-48.

A ciência e a técnica juntas iriam atuar em cidades e bairros, a fim de reconhecer as causas da insalubridade, fazendo emergir novos saberes e instrumentos de intervenção no espaço, para curar o que seriam as partes doentes da cidade. Assim, a casa deveria ser o foco de ações por parte de médicos, higienistas e engenheiros que “introduzem novos aparelhos para fazer a casa funcionar”<sup>52</sup>, pois a partir da casa, é que se teria a salubridade da rua, e por extensão, da cidade. O que implica uma série de ações que objetivam: “drenar a água estagnada responsável pela umidade das casas, distribuir água pura a domicílio e organizar a evacuação das águas servidas, tornar mais eficazes os métodos de limpeza de ruas e coleta de lixo, garantir uma circulação tão livre o quanto possível do ar e da luz.”(BÉGUIN, 1991, p,40).

Para François Béguin, “o moderno sistema sanitário se tornou viável graças aos cálculos feitos sobre a velocidade da água nas canalizações, a forma e as dimensões dos dutos; os procedimentos e filtragem e distribuição de água” (BÉGUIN, 1991, p.42). O sistema de rede de esgoto e distribuição de água potável seria uma verdadeira revolução no que se refere aos procedimentos possíveis para se prevenir a insalubridade. Esse sistema seria um dispositivo que proporciona conforto e salubridade ao indivíduo em seu cotidiano. Dessa forma, para o autor, “habitamos formas técnicas no interior das quais mecanismos canalizam fluxos e mantêm nossa saúde. O habitável não tem mais formas naturais e sim limites técnicos, econômicos e políticos” (BÉGUIN, 1991, p.42-43).

Segundo Allan Corbin, “a limpeza da casa (cômodos e objetos) torna-se uma obsessão dos higienistas do final do século XVIII. Já no século XIX, o grande mecanismo de higienização das casas e da cidade como um todo é o sistema de rede de esgoto e abastecimento e saneamento de água” (CORBIN, 1987, p.221). Trata-se de um sistema que demarca a consolidação da teoria microbiana<sup>53</sup> que torna a água, a pele, os objetos, a roupa sob suspeita diante dos inimigos invisíveis (bactérias e germes). Inspirado em Michel Foucault no que se refere aos mecanismos sutis de controle impostos pela sociedade burguesa<sup>54</sup>, Allan Corbin enfatiza que a rede de esgoto e o sistema de abastecimento e saneamento da água seriam mecanismos sutis de controle, porque a água potável, que chega às casas através das torneiras, e a rede de esgoto evacua os excrementos sem que se tenha o contato com estes, representando um mecanismo de disciplina da população, que, no seu cotidiano, procurava

---

<sup>52</sup> Béguin (1991) “introduzem novos aparelhos para fazer a casa funcionar” expressão utilizada pelo autor para se referir aos aparelhos que fazem a casa funcionar em termos de conforto e higiene, destacando os aparelhos sanitários e as redes de tubulação d’água.

<sup>53</sup> Sobre a consolidação da teoria microbiana ver: Reis (1991); Vigarello (1996).

<sup>54</sup> Sobre estes mecanismos sutis de controle, aos quais Foucault chama de micropoderes que estariam presentes nas relações sexuais, familiares, e no cotidiano das pessoas. Ver: Foucault (1978).

adaptar-se ao uso desses novos equipamentos. Esses procedimentos de disciplina não seriam direcionados apenas para os mais pobres, mas para todo um conjunto da população que tivesse acesso a esses equipamentos de higiene e conforto<sup>55</sup>.

A solução do problema da falta d'água, segundo o discurso dos comerciantes veio, com a instalação do sistema de abastecimento e saneamento do Boqueirão, inaugurado no ano de 1958<sup>56</sup>. Esse evento foi marcado pelo desejo da Associação Comercial de homenagear aqueles que contribuíram para a concretização desse ideal. Conforme observamos:

Passou o presidente, a explicar aos presentes os motivos da reunião, que era a ereção de uma estátua, em praça pública do presidente Juscelino Kubitschek, justa homenagem do povo campinense ao seu maior bem feitor, por ter dotado esta cidade de um perfeito sistema de abastecimento d'água através da construção da adutora do Boqueirão de Cabaceiras, prestes a ser inaugurada. Traçou um quadro histórico sobre Campina Grande a partir de 1909, falando de sua indústria e do seu comércio, apresentando um quadro recordativo da cidade, sua evolução, seu progresso. Referiu-se ao sistema de abastecimento da cidade enaltecendo as personalidades, de Argemiro de Figueiredo e José Américo, concluindo por dizer que a homenagem que se pretende prestar ao presidente era das mais justas e oportunas, sendo muita honra para a Associação comercial liderar esse movimento<sup>57</sup>.

A estátua em homenagem a Juscelino Kubitschek<sup>58</sup> foi erguida na Praça da Bandeira e simboliza o reconhecimento da entidade ao presidente, por ele ter contribuído para o progresso da cidade. Se em 1939, por ocasião da inauguração da adutora Vaca Brava, o sujeito elevado à categoria de “herói” foi o então Interventor Federal no Estado Argemiro de Figueiredo, em 1958, no momento da inauguração da Adutora do Boqueirão, esse estatuto “heróico” foi transferido para o então presidente Juscelino Kubitschek,<sup>59</sup> que, segundo o discurso da época, teria proporcionado aos habitantes da cidade o conforto de receber em suas casas, o precioso líquido.

<sup>55</sup> Conferir tal discussão em Corbin (1987). Quando o autor considera a rede de esgotos e sistema de abastecimento como mecanismo sutil de controle da vida cotidiana da população.

<sup>56</sup> *O Diário da Borborema*, exhibe várias reportagens no ano de 1958 sobre a construção da adutora ver: Adutora do Boqueirão. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 221, p.2, 5 jul. 1958; Inauguração da Adutora em Agosto. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 227, p.2, 12 jul. 1958.

<sup>57</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata N. 52/1958; p.79-80, 5 de Abril de 1958.

<sup>58</sup> Sobre a estátua em homenagem ao presidente JK ver: Em Campina grande á estátua do presidente. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 230, p.2, 16 jul. 1958.  
Ano I, n. 230, 16 de Julho de 1958.

<sup>59</sup> Em Campina Grande a estátua do presidente. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 230, p.2, 16 jul. 1958. Nesta matéria, o jornal relata as homenagens feitas a Juscelino Kubitschek pelos campinenses, dentre as quais a estátua de bronze, o título de cidadão benemérito da cidade concedido pela Câmara Municipal.

Foto 01:



Estátua do presidente Juscelino Kubitschek

Para os articulistas do jornal do *Diário da Borborema* e os comerciantes, que se utilizavam deste veículo de comunicação para divulgar seus interesses políticos e econômicos, a inauguração da adutora do Boqueirão adquiriu um sentido histórico, sendo atribuído a esta obra, o *status* de “redentora”, por solucionar o problema da falta d’água. Além disso, a partir daquela data, a população teria acesso à água potável. A água seria o motor do progresso da cidade, que naquele período já se configurava como a cidade mais importante do interior nordestino.

No plano discursivo, a adutora Boqueirão simbolizou a concretização do ideal de higiene, de estética e de modernização. Contudo, essa cidade desejada parecia não ser compatível com a cidade real, onde era possível perceber os dramas vivenciados pela população dos bairros mais periféricos diante da escassez do precioso líquido. Como bem nos mostra o *Diário da Borborema* em sua coluna “De quem é a culpa: queixas e reclamações”:

#### O Tambor quer chafariz

A exemplo do que ocorre em muitos bairros de Campina Grande, como Jardim Lauritzen, Volta do Zé Leal, para citar apenas alguns, também a população do bairro do Tambor anda às voltas com a falta d’água. O problema para aquelas bandas é mais sério, de vez que, enquanto os outros bairros contam resolver a situação com a normalização da adutora do Boqueirão, o Tambor nem com essa perspectiva sente-se tranquilo, por que não dispõe de nenhum chafariz<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> De quem a culpa: Queixas e reclamações, o tambor quer chafariz. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 354, 18 dez. 1958.

O mesmo jornal, que poucos dias antes anunciou que o problema da falta d'água tinha sido resolvido com a adutora Boqueirão, logo adentrou no plano da cidade real, onde constatou-se que nem toda a população fora beneficiada com o referido. Para este setor da população “matar a sede,” continuou sendo uma meta a ser alcançada. Isso demonstra que, na cidade habitada, “vivem os praticantes ordinários da cidade. Esses praticantes jogam com os espaços que não se vêem, têm dele um conhecimento cego como no corpo-a-corpo amoroso” (CERTEAU, 1994, p.174). Estes habitantes comuns do espaço urbano se utilizam-se de “procedimentos multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo de onde se exerce”(CERTEAU, 1994, p.175). Essa análise de Michel de Certeau em “A invenção do Cotidiano” é relevante por nos instigar a problematizar os usos que os habitantes comuns fazem do espaço, e, principalmente, nos faz pensar nas práticas de resistências que estes sujeitos elaboram para sobreviver no ambiente que se pretende disciplinar. Para Certeau, tem-se uma idealização da cidade:

A cidade instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de uma tríplice operação produção de um espaço próprio: organização racional deve recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeria; estabelecer um não tempo, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições; criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade (CERTEAU, 1994, p.172-173).

Esta cidade idealizada seria, na verdade, o espaço urbano planejado pelos urbanistas, geógrafos, políticos que, dotados de um aparato técnico e científico, utilizam-se de um conjunto de estratégias para racionalizar o espaço. Como nos lembra Certeau, “a cidade se torna o tema dos legendários políticos, mas não é um campo de operações programadas e controladas. Sob seus discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade (CERTEAU, 1994, p. 174). Distante da cidade ideal, os habitantes do bairro Tambor logo deixaram transparecer suas queixas e reclamações, demonstrando que o sistema Boqueirão não beneficiou a todos os cidadãos campinenses, como se proclamava na imprensa.

Discursivamente, o *Diário da Borborema* enalteceu a grandiosidade da obra Boqueirão, no entanto, podemos observar, em algumas matérias do referido jornal, que o sistema não era tão perfeito como se apresentava, pois pouco tempo depois da inauguração publicou o *Diário da Borborema*: “Campina Grande não resolveu, ainda, o seu problema de água e de luz: o

drama de ontem e de hoje, o povo sedento e cidade escura”<sup>61</sup> ou simplesmente se constatou “um mês depois de inaugurada, entrou em completo colapso a adutora Boqueirão”<sup>62</sup>. Nesse contexto, podemos evidenciar a contradição de um discurso, que ora legitima de forma demagógica a obra, ora expõe as fragilidades do sistema Boqueirão.

Embora a adutora Boqueirão não tenha sido de imediato uma realidade para todos os campinenses e nem tenha sido a obra tão perfeita, como se apresentava, devemos considerar que este projeto de abastecimento e saneamento relacionava-se com o momento histórico do Brasil, no qual se tinha um plano de metas<sup>63</sup>, como estratégia política do governo Juscelino Kubitschek. Esse plano visava tirar do país as marcas do passado tradicional e agrário, para construir as imagens de um país moderno e industrial, pois no plano de metas<sup>64</sup> situava-se o desenvolvimento industrial através de obras de infra-estrutura como rodovias, saneamento, aumento da capacidade energética do país, incentivo à educação. O lema de Juscelino Kubitschek era “cinquenta anos de progresso em cinco de governo” e a base para o progresso foi à expansão da produção industrial”(SKIDMORE, 1982, p.204).

No discurso das elites, os sistemas Vaca Brava e Boqueirão simbolizaram a tentativa de higienizar e modernizar Campina Grande, no entanto, a cidade “desejada” mostrava-se distante da “real”, onde predominavam os dramas cotidianos da população pobre pelo acesso à água e à higiene. Além disso, todo o aparato técnico e científico utilizado na construção desses sistemas mostraram-se frágeis e insuficientes para atender aos clamores do povo sedento.

### 1.3-Higienizando a cidade: controle sanitário da feira

Certos hábitos, como a coleta regular de lixo, a rede de abastecimento d`água, o sistema de esgoto, a retirada dos elementos pútridos das ruas e das fontes d`água, etc., representam a tentativa de higienizar a cidade. Essas medidas implicam em um mecanismo de poder que “produz domínios de objetos e rituais de verdade. E, tem como alvo o corpo humano, mas não para supliciá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (MACHADO, 1978, p.XVI).

<sup>61</sup> Campina Grande não resolveu, ainda, o seu problema de água e de luz. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 238, p.2, 29 nov. 1958.

<sup>62</sup> Um mês depois de inaugurada entrou em completo colapso a adutora Boqueirão. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 2, p.2, 3 dez.. 1958.

<sup>63</sup> Sobre política modernizante de JK, e sua relação com o plano de metas, ver: Skidmore (1982).

<sup>64</sup> Sobre o plano de metas, Skidmore (1982, p.207) considera que este plano priorizava o crescimento da indústria de base, de modo que, setores como a agricultura e a educação não eram enfatizados pelo mesmo, apenas estavam incluídos nominalmente.



Para Roberto Machado, “o poder não se interessa em expulsar os homens da vida social e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações. O objetivo é tornar homens dóceis politicamente” (MACHADO, 1978, p.XVI). A disciplina “é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de utilidade e docilidade” (MACHADO, 1978, p.XVII). O autor mostra, através do conceito de micropoderes, que não é o Estado o órgão central e único de poder, mas que “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada e ninguém escapa, a que não existe exterior possível, fronteiras ou limites” (MACHADO, 1978, p.XIV). Dessa forma, a adoção de medidas de higiene no meio urbano funciona como índice de normatização do comportamento da população, segundo os preceitos do higienismo, embora se deva destacar que nem todos se comportam de acordo com este princípio de ordem. Em relação à feira, podemos observar essa tentativa de sanitização das ruas centrais da cidade, quando o poder público municipal tentou exercer o controle dos seus espaços.

Regina Coelli Nascimento, em “Disciplina e espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX” (1997), ressalta as mudanças provocadas na sociedade campinense frente ao discurso modernizador, “mostrando que o estatuto de modernidade favoreceu para disciplinar as relações pessoais, comerciais e sociais na cidade, à medida que interferiu no cotidiano da população” (NASCIMENTO, 1997, p.6). Para a historiadora, houve interferência do Estado no modo de vida da população campinense nas primeiras décadas do século XX, que resultou numa ruptura paulatina com os valores e costumes tradicionais. A interferência do poder público no cotidiano do homem campinense ocorreu também no ambiente da feira, espaço marcado predominantemente pelas trocas comerciais.

Conforme expressa Regina Coelli Nascimento, na feira de Campina Grande, “de início, predominava o comércio de produtos agrícolas, posteriormente, com o desenvolvimento da pecuária, passaram a ser realizadas duas feiras, uma de gado na quinta-feira e outras de gêneros alimentícios no sábado” (NASCIMENTO, 1997, p.19). A feira projetou a cidade em nível regional, sendo um encontro entre tropeiros e boiadeiros<sup>65</sup>, que se deslocavam do interior para o litoral. Nesse contexto, “com a ascensão da economia algodoeira, as funções da

---

<sup>65</sup> Tropeiros eram os condutores de tropas de animais com mercadorias e os boiadeiros eram os que comercializavam gado para o corte.

feira foram ampliadas e dinamizadas, transformando a cidade no maior centro de abastecimento das demais feiras do interior da Paraíba” (NASCIMENTO, 1997, p.19).

Os boiadeiros, que vinham do sertão em caravana, ofereciam um espetáculo à população local, com suas roupas e apetrechos. Segundo o depoimento do cronista Cristino Pimentel, “o barulho feito por estes caravaneiros ao chegarem à cidade chamava a atenção da população, o ruído dos relhos e adereços colocados nas roupas de couro: guizos e emblemas, com pequenos pedaços de espelhos, reluziam chamando a atenção de todos” (PIMENTEL, 1957, p.66).

A partir do momento em que as caravanas de boiadeiros passaram a interferir na organização do espaço, a administração municipal resolveu abrir, na década de 20, novos caminhos para a sua passagem, retirando-os das ruas centrais, como a Rua da Feira<sup>66</sup>. Conforme expressa Regina Coelli Nascimento:

Ao afastar as boiadas do centro comercial o poder público buscava higienizar as principais vias de acesso, uma vez que as boiadas em seu trajeto deixavam as ruas sujas causando mal-estar nos moradores, nesse momento os novos padrões de higiene não combinavam com o antigo costume. O antigo espetáculo das boiadas conduzidas pelos enigmáticos tropeiros não causavam mais o encanto, de outrora, outros ângulos eram observados e privilegiados, como a higiene, o silêncio das ruas, o movimento dos carros e pessoas “(NASCIMENTO, 1997, p.23).

A feira de gado foi transferida para as áreas periféricas da cidade, enquanto a feira de produtos alimentícios continuava a ser realizada aos sábados, ocupando ruas centrais como a Maciel Pinheiro, Rua das Gameleiras e Praça Epitácio Pessoa. Nesse espaço, “os feirantes dividiam, a sua maneira, a grande feira em pequenas feiras de frutas, verduras, peixes, carne, calçados, doces, galinhas, flores, fumo, raízes e artesanato” (NASCIMENTO, 1997, p.24). A feira representava um espetáculo sinistro de sujeira e mau cheiro, que incomodava a elite campinense adepta aos valores da estética e do higienismo, como atesta o jornal *Brasil Novo*:

A nossa feira de fructas nos dias de inverno. Localizada na rua principal da *urbs* deixa ao seu término, as calçadas completamente manchada e impregnadas de cascas, de tal sorte que as simples varreduras dos encarregados da limpeza pública não conseguem remover a sujeira deixada. Com as chuvas, as cascas ligadas entram em decomposição e junta tal quantidade de mosquitos e fazem tal lama desprender um cheiro desagradável que nos dá a impressão de uma pocilga<sup>67</sup>.

<sup>66</sup> Considera-se, que “o prefeito Ernani Lauritzem mandou, em 1920, que se abrisse um caminho por fora da cidade para desviar as boiadas que vinham do Curimataú. Medida adotada novamente em 1924” (NASCIMENTO, 1997, p.19). A rua da feira seria a atual Maciel Pinheiro.

<sup>67</sup> Ver **Brasil Novo**. Campina Grande, n.7, 21 fev. 1931.

A sujeira deixada pela feira, principalmente nos dias de chuva, proporcionava um cenário de imundície que incomodava “os visitantes que aqui transitam levam dela horrível impressão”<sup>68</sup>. Retirar as sujeiras das ruas centrais significava melhorar o aspecto estético e higiênico e legitimava a construção de um espaço moderno e civilizado, que resultava em uma imagem positiva da cidade, diante dos visitantes, que poderiam realizar investimentos econômicos.

A construção do Mercado Central em 1941<sup>69</sup>, numa localidade próxima à Rua Vila Nova da Rainha, constituiu, na época, uma medida de higienização e embelezamento do centro da cidade, pois permitiu a transferência da feira para esta localidade, deixando de sujar as calçadas das ruas centrais. A construção do mercado público municipal representou “a idealização de um meio urbano salubre” (FOLLIS, 2004, p.76) e um investimento da verba pública em obras voltadas para a sanitização do espaço, através de um controle mais intenso dos comerciantes ambulantes, estando estes reunidos em um único espaço público, sujeitos às normas de higiene estabelecidas pelas posturas municipais. O parecer ao Projeto de Lei n. 8 de 5 de Dezembro de 1947<sup>70</sup> que autorizou a construção de mercados públicos nos distritos, nos fornece um indício das intenções do poder municipal no que se refere à construção de mercados públicos:

A construção de mercados públicos é uma necessidade para a qual se voltam as atenções dos poderes municipais que vêm na sua concretização um imperativo de saúde do povo que não poderá ser relegado ao segundo plano. Em consequência, o projeto em apreço merece toda a atenção da Câmara Municipal a quem recomendamos a sua aprovação.  
S. S. da Câmara Municipal de Campina Grande, 5 de Dezembro de 1947.

De acordo com esse discurso de defesa da “saúde do povo”, a legislação municipal do ano de 1953 reformulou o código de posturas do município, que datava do ano de 1927. Nesse código, a feira constitui um espaço a ser legislado pelo poder público municipal, quando o Título VII, que trata das feiras do município, pretendia impor uma fiscalização e um controle sanitário das feiras, como se identifica no art. 80, “antes de iniciada a feira, os fiscais

<sup>68</sup> Imundície. **A Batalha**. Campina Grande, n. 22, p. 2, 14 mar. 1935.

<sup>69</sup> A construção do mercado central em 1941, numa área que fica por trás da Rua Vila Nova da Rainha, onde hoje localiza-se a feira central da cidade. A feira central localizava-se na atual Rua Maciel Pinheiro antes da construção do mercado.

<sup>70</sup> Projeto de Lei n. 8 de 5 de Dezembro de 1947, consta no livro de leis, decretos e projetos de Lei de 1947. Disponível nos arquivos da Câmara Municipal de Campina Grande.

sanitários verificarão os produtos expostos, inutilizando os que forem julgados impróprios para o consumo.”<sup>71</sup>.

De acordo com o referido código em seu art.89, “todas as mercadorias e gêneros alimentícios que estiverem sujeitos à decomposição ou deterioração pela ação do sol ou da chuva deverão ser recolhidos às casas de mercado e na falta, serão colocados debaixo de toldos.”<sup>72</sup> As normas estabelecidas pelo código pretendiam disciplinar os feirantes quanto aos padrões de higiene dos produtos que eles comercializavam.

A preocupação com a limpeza das ruas utilizadas pelos feirantes fez-se presente no Código de Posturas, que designou em seu art. 90 que, “terminada a feira, cada concorrente retirará a sua instalação e produtos a fim de ser procedida a limpeza do local que foi ocupado.”<sup>73</sup> O feirante poderia sofrer algumas sanções, caso não cumprisse as determinações do código. O art. 100, por exemplo, determinava que:

As mercadorias úmidas não deverão ser postas em contato com as matérias permeáveis, nem depositadas ou conservadas em vasos de cobre, zinco, chumbo ou ferro galvanizados, sob multa de Cr\$ 50,00 e a obrigação de remover a mercadoria e substituir as vasilhas<sup>74</sup>.

“Para completo asseio e limpeza do recinto dos mercados, a fiscalização da prefeitura poderá utilizar todos os meios destinados a este fim”<sup>75</sup>. O controle sanitário da feira representava o desejo de ordenamento e controle do comércio ambulante, dentro das normas de higiene e segurança pública. Diante desse quadro normativo, o aspecto da limpeza era sempre enfatizado, conforme observamos no art. 102:

Os locatários de cômodos nos mercados que deixarem de observar o mais rigoroso asseio, não os trazendo em perfeito estado de limpeza ou que não cumprirem as determinações sanitárias ou as intimações do fiscal, serão multados em Cr\$ 50,00 na reincidência Cr\$ 100,00 e se ainda infringirem o depósito neste artigo serão desalojados<sup>76</sup>.

---

<sup>71</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII- das feiras municipais Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>72</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII- das feiras municipais. Art. 89. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>73</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII- das feiras municipais. Art. 90. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>74</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII- das feiras municipais. Art. 100 Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>75</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII- das feiras municipais. Art. 101 Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>76</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII- das feiras municipais. Art. 102, Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

“Sujeira na feira de verduras”. Eis, a queixa de uma senhora campinense, publicada pelo *Diário da Borborema* em sua coluna “Queixas e reclamações: de quem a culpa? Que, em tom denunciativo, narra: “uma feirante dirigiu-se a nossa redação, reclamando contra a imundície que impera na feira de verduras do nosso Mercado Central, pois não minha senhora essa queixa procede. Aliás, a cidade toda está precisando de uma limpeza”<sup>77</sup>. Essa situação de sujeira enfatizada pela feirante demonstra que as normas estabelecidas pelo Código de Posturas não estavam sendo cumpridas e que, entre a cidade ideal e a cidade real, havia o uso do espaço pelos sujeitos comuns, que sempre teimavam em não cumprir o regulamento municipal. Como enfatiza Michel de Certeau, “as práticas plurais que um sistema urbano deveriam administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítimada” (CERTEAU, 1994, p.175). Nesse sentido, o Código de Posturas significou uma idealização, restrita ao plano discursivo, pois no ambiente cotidiano da cidade real, os feirantes sempre burlavam esse conjunto de normas.

O ideal de higiene legitimava o controle dos feirantes, mas também servia para encher os cofres públicos, pois em nome do asseio do espaço, muitos feirantes, que não cumpriam as normas estabelecidas pelo código, eram multados. Assim, “para manter a ordem e a disciplina social, o Estado moderno utiliza-se da lei enquanto código das relações comerciais e sociais, controlando o comportamento em sua vida pública” (NASCIMENTO, 1997, p.33).

#### **1.4- Civilizando a morte, higienizando a cidade: controle sanitário dos cemitérios**

João José Reis demonstra como o movimento de secularização dos cemitérios e a transferência destes para regiões mais distantes do centro da cidade cumpriam uma medida de higienização do espaço urbano de acordo com os princípios da teoria miasmática. Assim, “a localização ideal dos cemitérios seria fora da cidade, em terrenos altos e arejados, longe de fonte d’água, onde os ventos não soprem sobre a cidade” (REIS, 1991, p.260).

Dessa forma, em Campina Grande, verificou-se o movimento de transferência do cemitério do centro da cidade para uma região mais afastada e num terreno alto, através do Decreto Municipal n. 4 de 1 de Abril de 1931, que pôs em hasta pública o “Cemitério Velho”,

---

<sup>77</sup> “Queixas e reclamações: de quem a culpa? Sujeira na feira de verduras”. *Diário da Borborema*. 30 de Dezembro de 1958.

nas Boninas<sup>78</sup>. Isso se tornou norma de higiene, à medida que “os cemitérios localizados dentro da cidade eram vistos como prejudiciais a saúde dos vivos” (REIS, 1991, p.260).

A casa dos mortos constitui outro espaço a ser legislado pelos vivos. Essa tentativa de controle dos cemitérios ilustra a percepção médica de que “a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública”. Para os administradores da cidade, “uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em espaços extramuros” (REIS, 1991, p. 247). Recorrendo à teoria médica, João José Reis destaca que, “além de murados, os cemitérios deviam ser cercados por árvores que purificassem o ar ambiente” (REIS, 1991, p.260). A presença da vegetação serviria para:

Adornar sobriamente a morada dos mortos. Alguns reformadores especificavam o plantio de ciprestes, outros sugeriam jardins floridos. Os vegetais aumentam a impressão melancólica que nasce ao aspecto dos túmulos e purificam o ar que se respira ao pé deles e nas vizinhanças (REIS, 1991, p. 260).

Dessa forma, em Campina Grande, houve a investida do cronista Cristino Pimentel, em crônica intitulada “Coisas da cidade”, publicada pelo jornal *Voz da Borborema*, a favor da higienização e arborização do cemitério:

Eis a matéria imprópria para um bronco em matéria de filosófica. Mas, como quem escreve acha sempre um motivo de justeza para o dito, é natureza que as voltas dadas, certas ou erradas no caminho tomado, fiquem bem distintas ao alcançar o ponto da meta. É o que desejo fazer. Trata-se dos melhoramentos que o governo da cidade está introduzindo no nosso cemitério. Coisa bem aplaudida, mas que merece, um ligeiro reparo, a meu ver, dada a economia que está sendo feita no serviço. Por exemplo, as linhas que vão servir de meio da ala principal, S.S mandou construir de alvenaria e cimento, quanto poderia construir usar pedra de melhor qualidade que dá melhor segurança e aformoseamento. A arborização também merece reparo. Se fosse dado a SS., aceitar uma sugestão, sem agravo, nem magoa, também sem vaidade, eu aconselharia que mandasse por duas linhas de palmeiras, uma em cada lado da ala, em vez de uma só no centro, como está sendo posta, e substituindo os aveloses que são nocivos e afeiam, por um estaqueamento de cimento com cabos isolantes. Ficaria mais bonito, com mais imponência e mais elegância, e mais fácil para a entrada dos carros fúnebres, que por certo ficará facultada.

---

<sup>78</sup> Ver: Câmara (1998, p.116). O terreno onde era localizado o cemitério foi vendido, e foi construído o outro Cemitério no atual bairro do Monte Santo que na época era uma região afastada do centro da cidade.

Hoje, os processos de arborização são simples, é verdade, mas nas praças públicas. Nos cemitérios adota-se o que possa distingui-los pela imponência, pelo menos foi o que vi nos cemitérios do Rio e de Belo Horizonte, onde a morada dos mortos são cuidados com carinho e trato. Numa terra onde os arquitetos primam pelo erro e que não possui especialista em aformoseamento e construções, deve-se obedecer ao método prático que encha melhor a vista, ou seguir os adotados pelos centros onde exista o gosto pelas coisas do conforto<sup>79</sup>.

O cronista, deslumbrado pela beleza e imponência dos cemitérios dos grandes centros urbanos, desejava que aqueles melhoramentos também fossem adotados nos “campos santos” de Campina Grande. Com o intuito de remodelar “a casa dos mortos”, o cronista investe-se do discurso da arquitetura, para instruir os responsáveis pelos melhoramentos urbanos quanto aos procedimentos de arborização a serem implantados. A arborização sinaliza a intenção de proporcionar elegância, imponência e conforto ao espaço do morto, mas também o desejo de higienizar o ambiente por meio da purificação do ar.

Em Campina Grande, o poder público municipal encarregou-se de velar “pela boa ordem e higiene dos cemitérios”<sup>80</sup>, é o que afirma o Código de Posturas do Município de 1953, em que o princípio da ordem e da higiene prevalecia como um objetivo a ser atingido, para melhorar o aspecto higiênico da cidade. Nesse código, podemos encontrar referências ao chamado “medo do morto”, ou seja, a preocupação em manter-se isolado do morto, diante do temor da contaminação cadavérica. Assim, de acordo com o art. 27, não era permitido:

- a) a condução de cadáveres, mesmo de crianças em ataúde aberto.
- b) a entrada no perímetro urbano de redes com cadáveres
  - 1º o encarregado do cadáver fará deter a rede, em qualquer ponto suburbano, providenciando a aquisição do ataúde.
  - 2º tratando-se de pessoas indigentes deve o encarregado dirigir-se a prefeitura, que fornecerá o ataúde para o devido transporte do indigente.

O “medo do morto” confundia-se com o “medo da morte”, ou seja, da morte provocada pela contaminação dos miasmas do cadáver. Esse temor justificou a imposição destas normas de higiene que visavam coibir os hábitos tradicionais de cortejos fúnebres considerados anti-higiênicos e perigosos à saúde dos vivos, baseadas em teoria médica, que condenava “a condução em redes, muitos mortos de moléstias contagiosas, além de oferecer o espetáculo de

<sup>79</sup> PIMENTEL, Cristino. Coisas da cidade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, 20 ago. 1938.

<sup>80</sup> <sup>80</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Secção III- dos cemitérios . Art. 35, Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

horror, ocasiona a infecção do ar”. Para os médicos, o distanciamento em relação ao morto justificava-se pelo perigo da contaminação. Por isso, “pediam o fim do funeral-espetáculo e o ocultamento do morto em caixões fechados” (REIS, 1991, p. 263).

O Decreto n. 11, de 1 de Fevereiro de 1958<sup>81</sup>, que tratou do regimento dos cemitérios públicos, em seu art. 2º, afirmava que “os cemitérios públicos municipais integram a organização da Diretoria de Obras Públicas, que o supervisionará e fiscalizará com observância das determinações dos serviços de saúde e segurança pública competente.” A observância às normas de higiene, para o poder público municipal, era uma questão de segurança pública, refletindo uma percepção médica com a contaminação cadavérica. De acordo com o art. 4º da Secção II, “ao administrador compete superintender os serviços de asseio, limpeza e conservação.<sup>82</sup>” A morada dos mortos passava a ser vigiada e fiscalizada por um representante do poder público municipal, responsável pelo controle sanitário do espaço.

O art. 9º do Decreto n. 11 enfatizou que “a prefeitura poderá como medida preventiva designar um local especial para o sepultamento de cadáveres de pessoas vítimas de moléstias infecto-contagiosas.” O isolamento do morto vitimado de doenças infecto-contagiosas revelava o temor da contaminação e a crença de que o morto poderia deixar “um rastro de exalações pútridas perniciosas, e provocando a “epidemias por contágio cadavérico” (REIS, 1991, p. 258 e 263).

Civilizar a morte, higienizar os cemitérios. Eis o discurso que orientou a emergência de normas higiênicas em relação ao cortejo fúnebre e ao espaço do morto. Civilizar e higienizar a morte significava proteger a população dos perigosos representados pelos miasmas exalados pelos mortos e garantir a saúde pública. Mas também, representou a tentativa de disciplinar os corpos, que nem sempre é claro, se comportavam da forma desejada pelos agentes de planejamento da cidade.

A sanitização do espaço urbano de Campina Grande foi construída através de práticas e discursos que representam a higiene no cotidiano das pessoas, ordenando o seu “viver” na cidade em diferentes espaços como a casa, a feira, o cemitério. No capítulo seguinte, analisaremos como a construção da estética urbana e da higiene pública vai interferir no viver na cidade, elaborando novas maneiras de ser e agir nos espaços públicos e privados.

---

<sup>81</sup> Decreto n. 11 de 1 de Fevereiro de 1958, consta no livro de leis, decretos e projetos de Lei de 1947. Disponível nos arquivos da Procuradoria Geral do Município de Campina Grande.

<sup>82</sup> Decreto n. 11 de 1 de Fevereiro de 1958. art. 4º da Secção II, inciso b.



## Capítulo 2

### **A construção da higiene e da estética de Campina Grande (1930-1960): remodelando a *urbs***

#### **2.1- Reforma e estética urbana: embelezando a *urbs* em nome do progresso**

A reforma urbana de Campina Grande legitimou-se pela implantação de melhoramentos, dentre estes, a rede de esgoto; o sistema de abastecimento d'água; a pavimentação e alargamento de ruas; o ajardinamento de praças; a construção de avenidas; a coleta de lixo, etc., que viabilizam a construção de um espaço higienizado e belo. Essa remodelação urbana, assim como as mudanças ocorridas nas cidades brasileiras, no final do século XIX e início do século XX foi articulada aos ideários de civilização e progresso, sendo produto das questões elencadas por higienistas e sanitaristas, que justificavam suas ações como medida de manutenção da saúde e prevenção às constantes epidemias que se faziam presentes, principalmente, nas grandes cidades. As medidas de higienização do espaço urbano visavam “colocar a cidade no contexto da modernidade e adequá-la as exigências do capitalismo” (SOUZA, 2003, p.58). Além da questão higiênica, a reforma fundamentou-se pela intenção de dotar o espaço urbano de alguns elementos necessários à vida na cidade grande e moderna, dentre estes: beleza, fluidez do trânsito e monumentalidade. O desejo de construir uma cidade espetáculo, para ser vista e admirada, inspirou os agentes da transformação urbana de Campina Grande que se esforçaram para eliminar os elementos feiosos, que tornavam a cidade desagradável e mal vista pelos seus visitantes.

Em Campina Grande, a intervenção do poder público municipal no campo da estética urbana manifestou-se pela remoção de alguns elementos indesejáveis ou que tornavam feio o espaço. Por isso, medidas como a eliminação de “geladeiras”<sup>83</sup>, narrada pelo jornal *O Século* em 1929, exemplificam as práticas que tendem a eliminar o diferente, o feio e o desagradável. Assim, verificamos:

Informaram-nos haver a higiene municipal proibido a localização das geladeiras nos centros mais movimentados da cidade. É injusta a proibição e cremos que a medida não tem cabimento nos exegeses do novo Código de posturas. Ademais, não sabemos em que o estacionamento das barraquinhas de gelada na praça Epitácio Pessoa venha a afetar a estética daquele

---

<sup>83</sup> O termo “geladeiras” utilizado refere-se a depósitos de madeiras onde se colocava refrescos para vender. Ver: A higiene e as geladeiras da cidade. *O Século*. Campina Grande, n. 26, 2 fev. 1929.

logradouro público, aliás em nenhuma estética, com o desarranjo geral que vai por ali<sup>84</sup>.

Seguindo os preceitos da estética urbana, o decreto municipal n. 51, de 17 de janeiro de 1935, “determinou que fossem mosaicadas as calçadas das ruas centrais da cidade e que teriam de assobradadas todas as construções ou reconstruções começadas nas mesmas” (CÂMARA, 1998, p, 112). Nesse mesmo decreto, o art. 1 expressa: “Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário, e Praça Epitácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento” (SOUZA, 2003, p.67). A justificativa para o decreto baseou-se no crescimento da cidade e na imagem que esta adquiria no “olhar do visitante”<sup>85</sup>.

- Considerando que Campina Grande, apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento;
- Considerando que o poder público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam a cidade;
- Considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento<sup>86</sup>.

A adoção de medidas estéticas visava “a construção dessa cidade moderna para forasteiro ver teve como uma das principais metas a eliminação dos elementos de atraso e a substituição desses por seduções do moderno” (AGRA, 2006, p.53). Uma cidade bela era indício de riqueza, progresso e civilização e esta era a imagem que o poder público municipal queria construir para Campina Grande.

No ano de 1936, o prefeito Vergniaud Wanderley iniciou a reforma arquitetônica da cidade, começando por obrigar os donos dos prédios da Praça da Matriz a regular o alinhamento dos mesmos.<sup>87</sup> Neste mesmo ano, dando continuidade ao projeto urbanístico, ocorreu “a inauguração da praça ajardinada Clementino Procópio, ao nascente da Igreja do Rosário e cinema Capitólio”<sup>88</sup>. Essa ação do poder público municipal representou a preocupação com “o embelezamento da cidade, configurado na construção de parques

<sup>84</sup> A higiene e as geladeiras da cidade. **O Século**. Campina Grande, n. 26, 2 fev. 1929.

<sup>85</sup> Agra (2006, p. 53) expõe que as reformas de Wanderley em Campina Grande fundamentou-se sob os auspícios do olhar do visitante.

<sup>86</sup> Souza (2003, p.67) em nota o autor explica esse decreto do prefeito Antônio Pereira Diniz em Arquivo de Cristino Pimentel e diz que não há referências sobre a fonte, provavelmente foi publicado em *O Rebate*.

<sup>87</sup> Ver: Câmara (1988, p.124). Nota do autor “eram recuados os prédios entre o grupo escolar e o Paço Municipal e os que ficavam entre o Palace Hotel e a Rua Maciel Pinheiro”.

<sup>88</sup> Ver: Câmara (1998) O autor afirma que a cadeia existia neste local, foi demolida.

ajardinados e monumentais edifícios de arquitetura moderna” (FOLLIS, 2004, 83), conforme observamos na foto abaixo:

Foto 02



Praça Clementino Procópio. 1940.

Mas quem era esse reformador campinense? Vergniaud Wanderley era filho de tradicionais famílias de proprietários de terra do sertão paraibano. Nasceu e fez seus primeiros estudos em Campina Grande. Na capital, cursou o secundário no Liceu Paraibano e formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Recife. Ingressou no Ministério Público como promotor nas cidades de Blumenau, Brusque e Itajaí, e como Juiz de Direito nas cidades de Harmonia e Biguaçu, ambas no Estado de Santa Catarina, entre 1930 e 1935. A convite do então governador Argemiro de Figueiredo, veio fazer parte do seu governo, inicialmente como chefe de polícia, e posteriormente, como secretário da Agricultura. Meses depois, foi indicado candidato a prefeito de Campina Grande, nas eleições de 1935, sendo o candidato de consenso para apaziguar as disputas internas do Partido Progressista. Este derrotou o ex-prefeito, Lafaiete Cavalcanti, sob a plataforma discursiva de ser homem de letras e de ter conhecimento das cidades civilizadas do Sul<sup>89</sup>.

---

<sup>89</sup> Essas informações sobre a vida de Vergniaud Wanderley podem ser encontradas em Sousa (2003), que se utiliza de algumas fontes para obter tais informações: DINOÁ, Ronaldo. **Memórias campinenses**. Vol. 1. Campina Grande: Editoração Eletrônica, 1993, p. 203-210, e Vergniaud Wanderley (depoimento, 1980). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC- História Oral, 1985. ConvênioUFPB-CEPDOC (mimeo). Ver: Dr. Vergniaud Wanderley. **A União**. João Pessoa, n. 21, p. 3, 25 jan. 1935.

Em poucos meses de sua primeira administração, entre dezembro de 1935 a novembro de 1937, o prefeito deixou registradas várias obras que conferiam à cidade um aspecto estético positivo; dentre estas:

A instalação de telefones automáticos, a reforma e ajardinamento da Praça Coronel Antônio Pessoa, o calçamento rejuntado a concreto de inúmeras ruas, a terraplanagem de outras tantas, algumas indenizações de casas para alinhamento e aberturas de ruas e avenidas, e o início da construção do Grande Hotel (SOUZA, 2003, p.69).

Considera-se que “a implementação de tais obras tinha efeitos práticos sobre o cotidiano e os hábitos da população, dando uma dimensão política e social a um dispositivo que se queria técnico e neutro”. Isso, porque “esses projetos burgueses serviram para reforçar hierarquias sociais e sedimentar as segregações sociais e espaciais” (SOUZA, 2003, p.65). Essas modificações na estrutura material da cidade foram pensadas, segundo o discurso oficial, como “projeto que resolveria os problemas da sociedade no que se refere às áreas da saúde e conforto” (BÉGUIN, 1991, p. 40). No entanto, essas melhorias nem sempre estiveram ao alcance de todos. Temos também um projeto disciplinar dos higienistas com eficácia parcial, na medida em que os moradores rejeitam ou se apropriam de forma diferente desse projetor higienizador da cidade (SOUZA, 2003, p.66).

A reforma urbana realizada pelo prefeito Vergniaud Vanderley em Campina Grande, entre o final da década de 30 e início da década de 40, relaciona-se com esse movimento de remodelação, que já vinha ocorrendo nas grandes cidades brasileiras desde o final do século XIX. Essa reforma também manifestou a preocupação com a higiene, a circulação de pessoas e mercadorias e com senso estético. Para isso, fez-se necessária a demolição de casebres velhos, o alargamento e o prolongamento das ruas.

Marcelo Cleobo destaca o impacto que a cidade de Campina sentiu durante as reformas urbanísticas realizadas pelo prefeito Vergniaud Borborema Wanderley em sua administração entre o final dos anos trinta e início da década de 1940” (CLEOBO, 2005, p.3). Para o autor, “Vergniaud tinha uma preocupação com o ordenamento das vias públicas e com o aspecto visual que a reforma resultaria” (CLEOBO, 2005, p.19). Tal fato representa o interesse na construção de uma estética positiva da cidade.

Na segunda administração (1940-1945), Vergniaud deu início ao prolongamento da Avenida Floriano Peixoto e da Rua João Lourenço Porto e realizou o calçamento integral de

várias ruas centrais<sup>90</sup>. Dentro do processo de urbanização, foi feita a demolição da Igreja do Rosário para proporcionar o prolongamento e alargamento da Avenida Floriano Peixoto e sua construção no bairro da Prata, em 1940. Além da demolição da Igreja do Rosário, foram demolidos o Paço Municipal e o Largo da Matriz para o prolongamento da Rua Floriano Peixoto (CÂMARA, 1998, p.158). A transferência da feira de frutas e cereais da Maciel Pinheiro para as imediações do Mercado Público, que estava em construção no bairro das Piabas, foi feita no ano de 1941 e no ano seguinte foram iniciadas as obras do cais circular do Açude Velho (CLEOBO, 2005, p.21). A foto (03) ilustra a Rua Floriano Peixoto, poucos anos antes da reforma. Nesta imagem, observamos que esse espaço ainda estava marcado pela sinuosidade das construções, pelo não alargamento e arejamento que dificultava a mobilidade dos meios de transportes.

Foto 03:



Largo da Matriz em 1935

---

<sup>90</sup> Cleobo (2004, p.20) destaca os nomes das ruas que foram atingidas pelos melhoramentos, dentre as quais: Desembargador Trindade, João da Mata, José Bonifácio e João Tavares. Além disso, foram calçadas parcialmente as ruas Getúlio Vargas, Siqueira Campos, Barão do Abiaí, Sólon de Lucena e Rui Barbosa.

Foto 04:



Rua Maciel Pinheiro em 1938.

Foto 05:



Rua Maciel Pinheiro em 1940

Comparando as fotos (04) e (05), que ilustram a Rua Maciel Pinheiro, antes e depois da reforma urbana, podemos observar na primeira foto que a rua não era retilínea, o que dificultava a circulação dos carros, símbolos da cidade moderna. Essa foto mostra-nos que as construções não eram alinhadas, caracterizando a rua enquanto espaço estreito e tortuoso.

Além disso, podemos visualizar na foto (04) a ausência de casas comerciais e pedestres circulando pelas calçadas. A foto (05), tirada depois da reforma, evidencia que o espaço fora reformado de acordo com os princípios de alargamento e retificação das construções, que nortearam as reformas urbanas em várias cidades, para facilitar a circulação de pessoas e carros, como bem se apresenta na imagem fotográfica. Essa rua, que fora retificada e alargada, possibilitou uma nova percepção do espaço, arejado e moderno e, principalmente, resultou em novas maneiras de usar a rua, pelo uso do automóvel e passeios pelas lojas.

A construção de espaços para abrigar os visitantes, a exemplo do Grande Hotel, simbolizava os anseios estéticos da reforma inspirada nas marcas da arquitetura moderna da época, o décor, sendo um dos ícones da sensibilidade moderna na cidade e configurando um dos principais cartões postais. A inauguração desse “suntuoso” edifício de cinco pavimentos em 1942 demarcava que “a matriz e o seu relógio passaram a dividir as atenções e os olhares dos transeuntes com o Grande Hotel, tendo agora um rival na produção de fotografias e quadros panorâmicos da cidade” (SOUZA, 2003, p.73). A construção do Grande Hotel demarcou a tentativa de construir “um espetáculo” para forasteiro ver e, assim, levar uma boa impressão da cidade. O próprio prefeito Vergniaud Wanderley, anos depois, em entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá, deixou bem claro essa intenção:

Muitos achavam que era uma suntuosa e outros, que sacrificava a construção de uma pequena praça, o que não era verdade. Era necessidade mais premente de Campina, um hotel para que os visitantes, não levassem uma péssima impressão da cidade. Não existiam hotéis a altura de Campina Grande. E, o terreno nada mais era que o prolongamento da Rua Afonso Campos com a Floriano Peixoto (DINOÁ, 1994, p. 207).

Com o objetivo de dotar a cidade de edificações luxuosas, o Grande Hotel constituiu-se como o símbolo mais expressivo da modernização urbana de Campina Grande e se tornou o espaço de ostentação da elite campinense, que nesse ambiente entrava em contato com os ilustres visitantes. “A construção de um grande e luxuoso hotel na região central da cidade passou a ser a obra mais desejada da elite dominante, pois a *urbs* necessitava de um monumental hotel que expressasse, por meio de sua ostentação, a prosperidade da cidade” (FOLLIS, 2004, p. 100). Esta foto (06), tirada na fase final da construção do hotel, ilustra a grandiosidade do monumento e a importância deste para os anseios de modernização da cidade, segundo os discursos das elites, que associavam monumentalidade e modernidade para a construção da cidade espetáculo.

Foto 06:



O Grande Hotel construído em 1942

Sobre o movimento de desapropriação de prédios e casas para o alinhamento de ruas e avenidas, ocorrido no período da reforma urbana em Campina Grande, Marcelo Cleobo destaca que geralmente as camadas mais baixas da população, como citamos o caso do Rio de Janeiro,<sup>91</sup> eram atingidas, “mas no caso de Campina Grande foi bem diferente. A região central abrigava famílias ricas e a imperiosa necessidade de mudança tomada por Vergniaud foi realizada debaixo de muita polêmica” (CLEOBO, 2005, p.21). De acordo com Cassandra Veras, “a violência das destruições e a intromissão desavisada no espaço e no cotidiano dos habitantes teria marcado os projetos de remodelação urbana” (VERAS, 1988, p.20). O próprio Vergniaud Wanderley relatou-nos a sua versão sobre os conflitos resultantes das desapropriações e demolições e destaca a resistência de alguns diante desse processo:

Houve muitos conflitos, que terminaram sempre resolvidos satisfatoriamente, como por exemplo, as desapropriações dos proprietários dos prédios de Chico Maria, Demosthenes Barbosa, Padre Borges, Abílio Albuquerque e muitos outros. Entretanto, a desapropriação da casa de Pedro do Egito, foi a única que levei a juízo, devido a sua obstinação em não querer entrar em acordo. Apesar disto, logo que foi pagar a desapropriação em juízo, houve um incidente. Porque não esperando pelo recurso do Tribunal, que o mesmo tinha direito, mandei derrubar na calada da noite, o

---

<sup>91</sup> Chalhoub (1996) demonstra que o projeto higienizador introduzido no Rio de Janeiro, sedimentado na demolição dos cortiços, atingiu as classes pobres, que foram expulsas das áreas centrais e passaram a habitar os morros da cidade.



referido prédio. De outra feita, um morador de uma pequena casa que atravancava a Rua Tiradentes e que já estava paga ao proprietário, mandei que um caminhão abalasse a sua estrutura com uma forte marcha ré, para que o proprietário se atemorizasse com o próximo desabamento. De outra feita, na Rua Cardoso Vieira, um barbeiro obstinado opôs a resistência a um prédio, também já paga pela prefeitura. Na hora da demolição mandou que um cliente sentasse na cadeira para fazer a barba. Quando este cliente viu os pedaços de telha caindo ao seu redor, saiu em disparada, sendo vaiado pelo povo que sempre prestigiava esses atos (DINOÁ, 1994, p. 206 e 207).

De acordo com a fala de Vergniaud, observamos que o processo de desapropriações e demolições afetou o cotidiano de setores da população de condições sociais não elevadas, que se viram forçadas a sair de cena, mudar-se para regiões mais distantes. Nesse cenário de imposições e violências, a resistência significou um grito de protesto, marca visível das tensões e embates em torno do projeto reurbanizador<sup>92</sup>. Os exemplos dramáticos de resistências simbolizam a distância entre a cidade desejada e a cidade habitada, onde as práticas cotidianas empreendidas pelos homens comuns desafiam as estratégias de modernização, higienização e embelezamento, instituídas pelas autoridades. O prefeito Vergniaud também relata que o processo de demolições atingiu parte das elites, como o ex-prefeito da cidade e o comerciante do ramo de algodão, Demosthenes Barbosa, que teve sua habitação desapropriada. Sobre a expulsão das elites do palco principal de sua teatralização do poder, no caso o centro urbano, o historiador Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa considera:

Em primeiro lugar, “essas perdas não ocorreram e, no mais das vezes, as elites comerciais, industriais, proprietárias e usuárias foram os principais esteios e beneficiários das reformas, mantendo ou ampliando seu patrimônio ou posições de poder. Segundo, as perdas ocorreram tanto para os populares como para certos grupos das elites, especialmente para os vinculados à propriedade rural e aos imóveis urbanos, mas seus registros e estudos foram negligenciados, pelas opções políticas e recortes metodológicos dos estudiosos, que se voltaram para as temáticas diversas deixando a margem as possíveis derrotas das elites (SOUZA, 2003,p.83).

Nesse sentido, a urbanização do centro da cidade foi legitimada “pelos chamados valores burgueses modernos, essa reforma urbana foi marcada por amplos conflitos e contendas. Atingindo a vida de todos os habitantes, mesmo que de forma diversa” (SOUZA, 2003, p.78). Numa dimensão simbólica, a reforma empreendida por Verginaud Wanderley

---

<sup>92</sup> Sevchenko (1999, p. 23) explica que, diante do “bota-abaixo” no Rio de Janeiro, na época da reforma urbana, os moradores dos cortiços e casebres das áreas centrais foram expulsos para as regiões periféricas e nestas formaram o que conhecemos hoje por favela, a qual representa uma forma de resistência social ao projeto de remodelação urbana.

serviu para inibir os símbolos tradicionais como o Paço Municipal, os largos e adros de igrejas e a Praça Epitácio Pessoa, que o morador da cidade associava ao seu passado colonial, que lembravam o domínio das velhas oligarquias e os velhos hábitos seculares. Nessa perspectiva, a remodelação da cidade com vistas ao embelezamento e à necessidade de facilitar a circulação significou a opção por experiências modernizantes e relacionadas com as práticas capitalistas que privilegiam a facilidade das comunicações e locomoções no meio urbano, bem como a adoção de medidas estéticas e higiênicas (SOUZA, 2003).

Ao enumerar as obras construídas no período de sua administração municipal, Vergniaud Wanderley destacou alguns princípios que nortearam o projeto de reforma urbana, dentre estes: a padronização arquitetônica, o embelezamento e a geometrização do espaço. Nesse caso, é visível que “nas cidades modernas, manifestou-se um verdadeiro culto à mobilidade: as ruas e avenidas são largas e longas, dispostas de maneira a facilitar a circulação” (FOLLIS, 2004, p.49) Podemos observar no depoimento de Vergniaud Wanderley:

Afora esses prédios, construí praças, abri ruas e avenidas, como a principal Floriano Peixoto, pavimentei dezenas de ruas, fiz a urbanização do Açude Velho, remodelei o centro da cidade, acabando as vielas, impondo um certo tipo de construção que, infelizmente, não foi seguido pelas construções posteriores (DINOÁ, 1994, p. 206).

Por meio de um discurso interessado, Vergniaud narra a construção de várias obras, como parte de um conjunto de ações realizadas por ele, para se perpetuar na história enquanto “o herói” da remodelação urbana, o que justifica o uso do verbo na primeira pessoa (eu *abri* ruas). A partir desse relato, observamos que o ideal de racionalizar, higienizar e embelezar a cidade sedimentou a ação de reforma urbana realizada pelo prefeito, que, se colocando como o idealizador e realizador da reforma, teria proporcionado a modernização e a prosperidade econômica de Campina Grande, como podemos verificar no comentário abaixo:

Foi com arrojo de ver a cidade deixar de ser um burgo pobre, para se transformar na primeira comunidade do interior do Norte do país. Por isso, enfrentei as resistências com obstinação e energia, não dando ouvido às ameaças e resistências por parte daqueles que se julgavam prejudicados. Fiz cumprir o gabarito dos prédios do centro, desapropriei, comprei, botei abaixo e prendi, a tal ponto que me chamaram violento...”(DINOÁ, 1994, p; 206).

Essa ação de remodelação do espaço urbano legitima o ideal de “estética burguesa, que não permite as ruas sem calçamento, sem meio-fio, sem linha d’água, tudo deve ser

devidamente canalizado, construído, previsto” (VERAS, 1988, p.38). Para concretizar os seus ideais de modernidade, Vergniaud não esconde que enfrentou resistências e narra com orgulho o fato de tê-las superado, pois, sua narrativa destaca: *enfrentei as resistências com obstinação e energia*, demonstrando o caráter heróico do narrador, que, para atingir seus objetivos, todos os meios seriam dignos, inclusive, o uso da violência. Sobre o prefeito “urbanizador”, Cassandra Veras afirma que a “a lógica de sua própria vida foi transferida para a cidade, que teria que ser moldada, segundo a sua visão, de forma a compor uma imagem à semelhança do ideário burguês” (VERAS, 1988, p.38). A remodelação urbana de Campina Grande, impulsionada na administração do prefeito Vergniaud, representa na trajetória desse político o desejo de transportar para a cidade os modelos de “civildade” e “modernidade”:

Dessas visões trazidas dos grandes centros urbanos, o prefeito elaborava planos e projetos de modernização tentando viabilizar a imagem da *urbs* moderna que aprendia. A sua própria imagem de homem moderno e viajado, acostumado a tratar com “cidadãos altamente civilizados”, era o que ele queria ver refletido na cidade, como um narciso que se contorce de prazer diante de tão iluminado espelho (VERAS, 1988, p.20).

O objetivo dessa remodelação era o desenvolvimento caprichoso de uma *urbs* moderna, direcionado pelo princípio da racionalidade, técnica e higiene. As novas imagens da cidade deveriam reforçar práticas e discursos voltados para o “novo”, o “moderno”, o “belo” como parte de uma base para alcançar o desenvolvimento econômico e o bem-estar da população.

Após esse período de intensa transformação na materialidade da cidade, os prefeitos que sucederam Wanderley implementaram medidas de prolongamento, alargamento e retificação de ruas, principalmente nas centrais e também a construção de logradouros públicos, sempre tendo em mente uma vontade higienizadora e aformoseamento. Assim, observamos, no Projeto de Lei n. 22, de 19 de Dezembro de 1947, em seu art. 1º, que fica “autorizado o prefeito a desapropriar os terrenos e casas que forem necessários para o prolongamento da Rua Riachuelo, nesta cidade, tanto na direção da Rua Miguel Couto, como na direção da Praça da Guia”<sup>93</sup>. O parecer desse projeto, aprovado um dia antes, discorre: “a desapropriação de terrenos e casas destinadas ao prolongamento de ruas constitui medida de caráter administrativo relacionada ao melhoramento urbanístico da cidade e no caso, em apreço, salientar-se a facilidade de acesso entre dois bairros importantes da cidade”.

---

<sup>93</sup> Projeto de Lei n. 22, de 19 de Dezembro de 1947, Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1947, disponível no arquivo da Câmara Municipal.

Um ano depois, por meio do Projeto de Lei n. 65, de 17 de Dezembro de 1948, o prefeito ficava autorizado a desapropriar e indenizar casas e terrenos para prolongamento e retificação de ruas centrais, dentre elas: Quebra-quilos, Barão do Abiaí, Maciel Pinheiro, Peregrino de Carvalho e imediações do Açude Novo. Ao projeto, foi emitido, quatro dias depois, o parecer favorável nos seguintes termos: “somos favorável a aprovação do projeto de lei em apreço de vez que a desapropriação dos imóveis em apreço nele referidos se torna absolutamente necessária para o prolongamento de avenidas, retificação de ruas e aberturas de avenidas e praças e medidas que facilitarão o tráfego e darão maior expansão a cidade”.<sup>94</sup>

O Projeto de Lei n. 88, de 29 de Dezembro de 1948, autorizava o prefeito “a desapropriar as casas Ns. 193, 197, 201, 205, 211, 221 e 338 a Rua Sólon de Lucena, para alinhamento da mesma rua, um terreno e uma pequena casa de farinha para o prolongamento da Travessa Martins Júnior, da direção do 40 BC<sup>95</sup>”. O parecer, aprovado na Sala de Sessões da Câmara Municipal, fundamentava-se pela seguinte afirmação:

O prolongamento de avenidas e ruas é medida que traz aformoseamento e crescimento das cidades, bem assim, facilidade de tráfego e ampliação da área da Empresa de Luz do Município, na fase atual é um imperativo de sua expansão em andamento, razão pela qual manifestamos favorável à provação deste Projeto de Lei.

Aformoseamento, facilidade de tráfego, facilidade de acesso entre os diferentes pontos da cidade, crescimento. Eis os motivos que justificaram a aprovação dos referidos projetos de lei. Alinhamento, alargamento e retificação de ruas constituem maneiras de racionalizar o espaço e colocar a cidade no contexto das relações capitalistas, pois “o modelo que se impõe a transformação urbana é bem o modelo da circulação, que facilita a convergência e a difusão dos fluxos, encurta as distâncias, evita tanto quanto os atritos” (RONCAYOLO, 1999, p.93)<sup>96</sup>.

De acordo com Marcel Roncayolo, “tudo se ordena em torno da rua, do boulevard, das praças, a partir do desenho desses. Em uma economia liberal em plena expansão, é inicialmente o lugar privilegiado da intervenção pública, do interesse público” (RONCAYOLO, 1999, p.92). A intervenção no espaço urbano articula-se com a indústria e, principalmente, com o setor dos transportes, no qual se verifica uma verdadeira revolução no

<sup>94</sup> Projeto de Lei n. 65, de 17 de Dezembro de 1948. Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1948, disponível no arquivo da Câmara Municipal.

<sup>95</sup> Projeto de Lei n. 88, de 29 de Dezembro de 1948. Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1948, disponível no arquivo da Câmara Municipal.

<sup>96</sup> Roncayolo (1999) considera que a abertura de ruas e a construção de avenidas em Paris no período da reforma urbana, empreendida pelo prefeito Haussmann, justificava-se pela necessidade de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias na cidade, o que remete a uma lógica do capitalismo no que se refere à rapidez das informações e das trocas comerciais.

que concerne às trocas e mobilidade, que “incita uma mudança que concerne também às práticas da cidade e implica um novo uso, uma nova valorização do espaço urbano: condutas sociais e econômicas se encontram felizmente ligadas e justificam as mudanças da paisagem” (RONCAYOLO, 1999, p.93).

No Ofício n. 856, de 3 de novembro de 1949, enviado pelo então prefeito Elpídio de Almeida ao presidente da Câmara Municipal, há uma exposição de motivos para a aprovação de um projeto de lei. Nesse ofício, observa-se que as ações de investimentos públicos em obras de alinhamento, alargamento e retificação de rua favorecem as classes produtivas; assim, expressa:

I- A contribuição de melhoria é trunfo cobrado em todas as cidades, onde os melhoramentos urbanos introduzidos pelo Poder Público dão resultado o aumento do valor da propriedade privada.

II- Com o projeto de lei, em anexo, solicita dessa colenda Câmara para o assunto e apresento um modelo de lei visando amparar os interesses do município, que para retificar a estética urbana, abrindo e alargando ruas e avenidas, tem arcado com grandes despesas resultantes de desapropriações, não percebendo, por outro lado, nenhuma compensação com recursos que possa atender a necessidade outras retificações, alargamentos e aberturas de novas artérias.(...).<sup>97</sup>

A intervenção do poder público no que concerne à estética urbana, abrindo e alargando ruas e avenidas, estaria contribuindo para a valorização dos imóveis e favorecendo as relações econômicas na cidade. Por isso, segundo o discurso do prefeito, é legítimo cobrar a taxa de melhoramentos urbanos. Assim, é visível que “interessou de sobremaneira a grupos empresariais atentos as oportunidades de investimentos com a expansão e as transformações na malha urbana” (CHALHOUB, 1996, p.52). As modificações estruturais no aspecto concreto da cidade serviram para legitimar e favorecer as relações capitalistas e a atuação de grupos empresariais, que passaram a investir no setor da construção civil, saneamento, transportes, entre outros. Favorecidos pelo “aumento da procura por terrenos perímetro urbano motivou a transformação do lote em mercadoria e provocou a especulação imobiliária” (FOLLIS, 2004, p.51).

A questão da estética urbana passou a ser objeto de discussão do jornal *O Rebate*. Nessa matéria, o ponto de partida para tal discussão foi o vandalismo praticado contra a arborização pública. O discurso apresentado pelo jornal tendia a valorizar a racionalidade técnica no

---

<sup>97</sup> Ofício n. 856, de 3 de Novembro de 1949. Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1949, disponível no arquivo da Câmara Municipal

campo da higiene e do urbanismo como importante canal para se alcançar o progresso, a estética, a higiene e a civilização:

O vandalismo praticado contra a arborização pública à noite passada, pelos inimigos de Campina Grande, é um fato que não podemos deixar de dar a mais ampla divulgação para o conhecimento de toda população do município.

São coisas verdadeiramente absurdas e quase inverossímeis na época em que vivemos, quando se fala em um país melhor, num refinamento cultural e técnico, com o aproveitamento dos progressos fornecidos pela higiene e pela urbanização, que vêem em apelo mais existentes gostos da civilização. Campina Grande considerada a capital do sertão nordestino, cognominada a Rainha da Borborema, já se apresenta aos visitantes com traços de uma *urbs* civilizada: ruas amplas, bonitas e bem cuidadas, magníficos prédios públicos e particulares, sem poder, contudo, preencher a formalidade exigida pela estética urbana- a arquitetura paisagista- devido à falta quase absoluta de logradouros públicos e árvores nas ruas e avenidas.<sup>98</sup>

Na visão do articulista do jornal, a estética urbana completa-se não apenas pela existência de símbolos e objetos materiais projetados pela racionalidade técnica e científica, mas depende do aproveitamento de seus recursos naturais, que se manifestam na arborização da cidade e resultam no aformoseamento do espaço urbano.

De forma que todo o seu esplendor agrícola, comercial, industrial e cultural esbarra forçosamente nesta cousa que espírito acanhados aqui residentes não compreendem a falta de espaço verdes na cidade, o elemento, principal a vida higiênica e estética urbana. Não poderá apresentar aos visitantes este exemplo de desamor às árvores, ou melhor, falta de senso ou gosto pela estética urbana função pública arborização (...) uma vez que mede o grau de civilização de uma cidade, pela área de ajardinamento e arborização urbana.<sup>99</sup>

Além do aspecto estético, a arborização da cidade colocava-se como necessária para “reincorporar a vegetação de modo que as pessoas, quando a passeio pelas praças e squares, travassem contato com uma atmosfera purificada pela presença das arvores, o que lhes faria bem a saúde” (PEREIRA, 1999, p.47)<sup>100</sup>.

Em uma de suas crônicas, Cristino Pimentel, atento aos problemas da cidade e bastante perspicaz na construção de imagens sobre a mesma, expressou com clareza seu apoio à política de arborização empreendida pelo prefeito Pereira Diniz. A percepção do sentido estético e do conforto que árvores trariam pode ser verificada no trecho a seguir:

<sup>98</sup> Vandalismo contra a arborização pública. **O Rebate**. Campina Grande, p.4, 4 out. 1949.

<sup>99</sup> Idem, Ibidem.

<sup>100</sup> Pereira (1999) destaca as dificuldades da aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa.

Há na árvore outra utilidade: a da beleza. Uma cidade sem arborização, por mais rica, por mais movimentada e cosmopolita que seja é um corpo incompleto, mutilado na sua perspectiva e no seu conforto. É como o mar sem o belo de suas ondas; é como o jardim em que todas as hastes estejam crestadas e sem harmonia dos botões portadores da graça e do encanto<sup>101</sup>.

A presença das árvores no espaço urbano inspira a sensibilidade moderna do cronista, que poeticamente compõe as rimas que expressam a beleza das árvores e seu poder de tornar místico e fantástico o espaço, marcado essencialmente pela materialidade do concreto. Em discussão sobre o aspecto estético da cidade, o jornal *O Rebate* publicou matéria expressando a intenção do então prefeito na época de demolir o prédio antigo dos Correios e Telégrafos. Assim comenta:

Desde o início da construção do novo edifício dos Correios e telégrafos, recentemente inaugurado, que o prefeito Elpídio de Almeida solicitou da Diretoria Geral dos Correios a autorização para demolir o velho prédio da Praça da Bandeira, que tanto afeia o aspecto urbanístico de uma de nossas movimentadas artérias da cidade. Enquanto se construía o novo prédio insistia o prefeito no pedido dessa autorização, indispensável para que a prefeitura pudesse demolir o correio velho, visto tratar-se de um prédio da União. Infelizmente, apesar das solicitações insistentes do Governo Municipal, a burocracia federal vem entretendo o deferimento do pedido, e, embora instalações em funcionamento o novo prédio, continua de pé o antigo correio, criando obstáculos ao tráfego e impedindo o aproveitamento urbanístico daquela área da cidade. (grifo nosso).<sup>102</sup>

A demolição do prédio do antigo Correio justificou-se pelo interesse em embelezar uma das mais movimentadas artérias da cidade e também facilitar o tráfego na área central. Em uma sociedade marcada pelos valores do novo, do progresso, do moderno, os elementos ligados ao passado tendem a ser alvo de exclusão por parte do discurso oficial e das práticas governamentais.

O aspecto estético da cidade passou a ser legislado pelo Código de obras de 31 de dezembro de 1954,<sup>103</sup> que regulou as construções e reconstruções de edifícios e casas, seguindo alguns princípios, entre os quais, segurança, higiene e estética urbana. No que se refere a este último item, observa-se, em seu art. 31, que “as fachadas que se caracterizam por um único motivo arquitetônico não poderão receber pinturas diferentes ou qualquer

<sup>101</sup> Crônica de Cristino Pimentel citado por Souza (2003, p. 145).

<sup>102</sup> A demolição do correio velho. **O Rebate**. Campina Grande, n. 868, p. 2, 14 nov. 1950.

<sup>103</sup> Projeto de Lei n. 650, de 31 de Dezembro de 1954. Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1954, disponível no arquivo da Câmara Municipal.

tratamento que perturbe a harmonia do conjunto”. Com relação às marquises dos edifícios, verifica-se a preocupação com a estética, quando o Código afirma que:

Art. 34- Será permitida a construção de marquises na testada dos edifícios construídos no alinhamento dos logradouros, desde que obedeça as seguintes condições:

d- não prejudiquem arborização pública e iluminação pública dos logradouros.

Art. 39- As marquises, quando executadas em edifícios de acentuado valor arquitetônico, deverão incorporar-se ao estilo da fachada<sup>104</sup>.

Esse Código de obras, aprovado em 1954, representa o interesse do poder público municipal em “ordenar, padronizar e regulamentar o surgimento de novas edificações, dando um aspecto mais civilizado à cidade (...) em suma, os prédios coletivos deveriam satisfazer as condições de higiene, segurança e estética” (PESAVENTO, 2001, p.121). A intenção do poder público municipal era impedir a proliferação de habitações indesejáveis e por isso, procurou estabelecer regras a serem observadas nas construções. Sendo assim, observa-se que o viver cotidiano transformou-se em objeto de atuação permanente da ação administrativa, implicando a criação de instrumentos capazes de impor os novos modelos de comportamento na cidade que se pretendia modernizar<sup>105</sup>.

Na esfera do poder público, há a necessidade de intervir de forma concreta no espaço, com vistas ao aformoseamento. Assim, a demolição dos casebres, não condizentes com os padrões de beleza e higiene, significou uma medida de exclusão do feio. Dessa forma, a Lei n. 463, de 11 de Fevereiro de 1955<sup>106</sup>, autorizou o prefeito “a desapropriar por utilidade pública os casebres de números 25, 29 e 33 sito a Rua Dantas Barreto, para retificação da Rua Dantas Barreto”. Essa ação de eliminação dos casebres denota que “as habitações dos pobres eram também passíveis de uma designação negativa. Tais moradias agrediam, ameaçavam e incomodavam a vista e o olfato dos cidadãos” (PESAVENTO, 2001, p.121). A demolição de casebres não era na década de 50 uma novidade, pois desde a administração do prefeito Vergniaud Wanderley essa prática já fazia parte do cotidiano dos campinenses. A eliminação dos casebres, principalmente em áreas centrais, representou para os administradores de

<sup>104</sup> Projeto de Lei n. 650, de 31 de Dezembro de 1954. Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1954, disponível no arquivo da Câmara Municipal.

<sup>105</sup> MENEZES (1999, p. 123) demonstra o caráter disciplinador das posturas municipais decretadas no Rio de Janeiro, no início do século XX, momento este em que a cidade passava por reformas em sua área. Essas posturas visavam coibir os comportamentos arcaicos e anti-higiênicos de parte da população.

<sup>106</sup> Lei n. 463, de 2 de Fevereiro de 1955. Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1955, disponível no arquivo da Câmara Municipal.



Campina Grande o desejo de construir cidade bela, higiênica e moderna ao eliminar os signos de pobreza, atraso e sujeira.

No ano seguinte, a criação da Comissão de planejamento e urbanismo, por meio do Decreto n. 26, de 5 de Julho de 1956<sup>107</sup>, simbolizou a intenção de inserir um princípio de racionalidade na cidade por meios de saberes e técnicas que objetivam planejar a expansão desta e facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. Assim, identificamos:

Art. 1º É constituída a Comissão de planejamento e urbanismo, órgão auxiliar da administração municipal, destinada a efetuar pesquisas e estudos sobre assuntos relacionados com o planejamento urbanístico da cidade, compreendendo a elaboração de Plano diretor, expansão, zoneamento, trânsito e circulação urbana, atualização de plantas cadastrais, procurando tornar harmônicas as funções urbanas, habitação, circulação, trabalho, de modo a proporcionar a implantação de novas indústrias, doação de áreas de patrimônio municipal, concessão de serviços públicos, preservação dos monumentos e construções de valor real histórico e arquitetônico.

Os órgãos de planejamento urbano, em geral, têm como meta urbanizar e conferir um aspecto moderno, regular o presente e prever as demandas futuras. “Tal foi a intenção dos vários planos de intervenção nas cidades, traçados de ruas, abertura de novos bairros, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente” (BRESCIANNI, 2005, p.255). De acordo com Brescianni, o planejamento urbano remonta a uma “representação estética da cidade, que dará as diretrizes para a conformação de uma imagem projetiva futura da cidade, orientando as políticas de intervenção do poder público e as iniciativas dos empreendimentos privados” (BRESCIANNI, 2005, p.253).

Em matéria intitulada, “Urbanização e modernização”, o *Diário da Borborema* destacou a importância do planejamento do crescimento urbano como sendo uma característica das cidades modernas. Assim, apresentou algumas considerações:

Prevê-nos para breve a entrega dos serviços aerofotogramétrico da cidade. A Prefeitura Municipal vai ficar armada com elementos preciosos para tratar da organização do crescimento urbano e suburbano. Um dos primeiros objetivos a satisfazer, através do aludido levantamento, vai ser o projeto de ampliação do serviço de abastecimento d'água da cidade, incluindo os subúrbios.

---

<sup>107</sup> Decreto n. 26 de 5 de Julho de 1956. Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1956, disponível no arquivo da Câmara Municipal.

Em segundo lugar, será possível aos urbanistas traçarem o plano diretor para disciplinar o desenvolvimento da cidade. (*Diário da Borborema*, 19 de Setembro de 1958)<sup>108</sup>.

Na continuação da matéria, explica-se a necessidade da existência de um Plano Diretor para a cidade, “pois sem ele e sem lei municipal que lhe dará existência oficial, nos arriscamos a deixar Campina Grande expandir-se de forma desordenada formando precários muitos dos requisitos de uma cidade moderna como escoamento dos veículos, logradouros públicos, zonas residenciais e industriais, etc”. Sobre esse levantamento aerofotogramétrico, o prefeito Elpídio de Almeida explicou, em mensagem dirigida à Câmara dos vereadores, que:

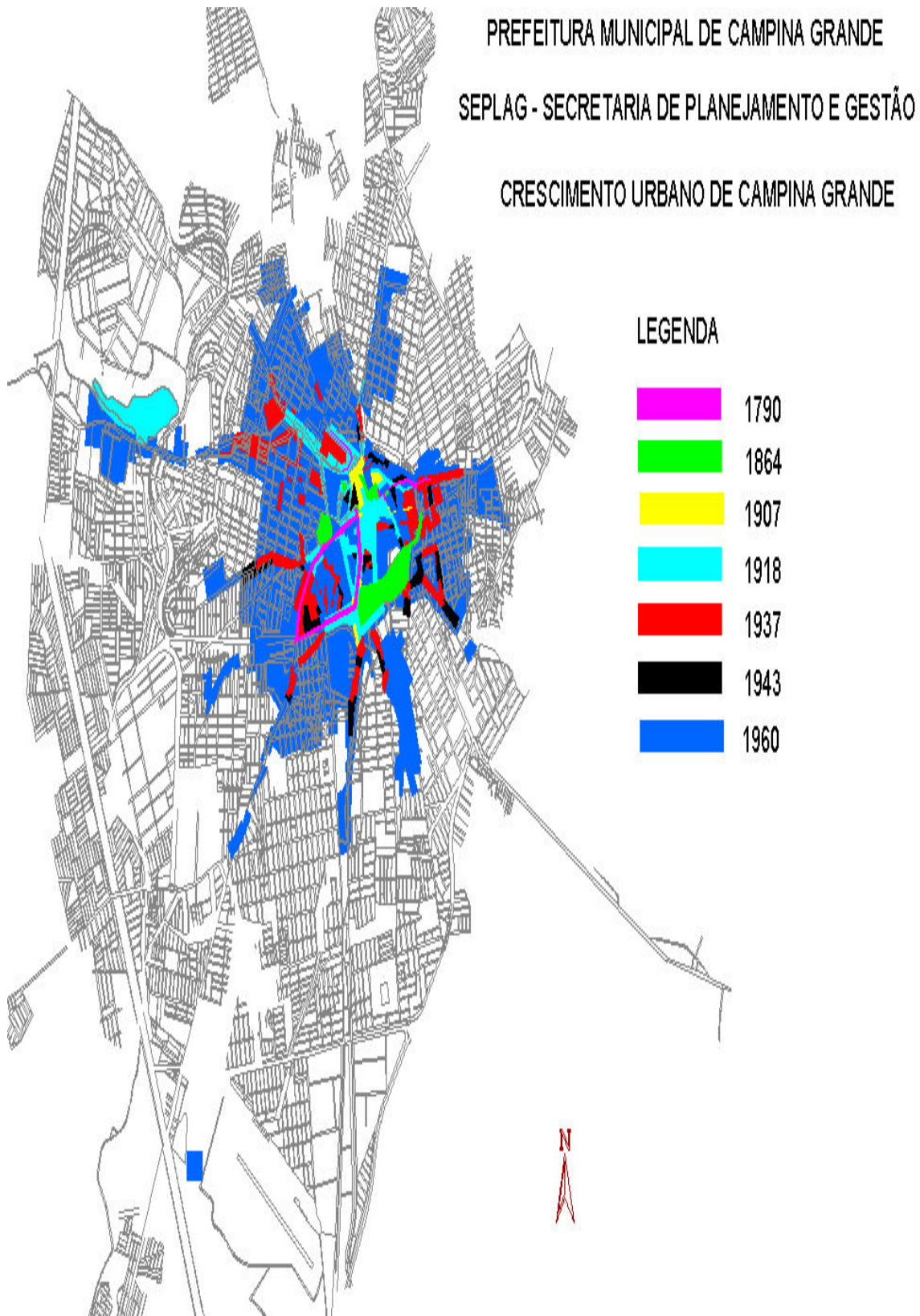
Tivemos a iniciativa do projeto, transformado em lei, que autoriza o executivo a contratar a Cruzeiro do Sul o levantamento aerofotogramétrico de nossa cidade. Será a primeira em nosso Estado e depois do Recife a primeira no Nordeste a realizar esse importante serviço, que irá permitir o planejamento das obras, a utilização das áreas, a disciplina das construções urbanas, a execução dos novos serviços de saneamento executado pelo governo estadual (ALMEIDA, 1956, p.11).

O planejamento do espaço urbano tomou como base os dados resultantes do levantamento aerofotogramétrico no qual “são figurados nas plantas todos os acidentes, as vias públicas com meios-fios e passeios, abrigos e refúgios, as árvores dos logradouros, os riachos e edifícios, casas etc. O relevo na zona urbana será representado por curvas de nível espaçadas de 2 metros” (ALMEIDA, 1956, p.11). Para a administração municipal, essa iniciativa seria fundamental para ordenar o crescimento da cidade, no que se refere às construções, obras de saneamento, utilização de novas áreas, planejamento das zonas residenciais e industriais. Essas iniciativas do poder público municipal representam o interesse em dotar o ambiente urbano de uma estrutura que lhe proporcione funcionalidade e racionalidade, evitando os prejuízos de um crescimento desordenado e, principalmente, “respeitando os padrões modernos de organização espacial” (FOLLIS, 2004, p. 50). Podemos observar o crescimento de Campina Grande, ilustrado no mapa<sup>109</sup> abaixo:

---

<sup>108</sup> Urbanização e modernização. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 282, p. 2, 19 Set. 1958

<sup>109</sup> Mapa urbano de Campina Grande, cedido pela SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão).



Poucos dias depois, o *Diário da Borborema* editou a matéria “embelezamento da cidade,” mostrando a discussão trazida sobre os melhoramentos urbanos. Entre as

providências que deviam ser adotadas, para a construção de um centro urbano bonito, destaca-se:

Em primeiro lugar, não há dúvidas, são as providências oficiais da esfera municipal. Praças e jardins atirados a esmos, mas bem planejados com verdadeiro senso artístico, ruas amplas, pavimentadas e arborizadas, um traço urbano que aproveite os recursos naturais do terreno. Sobretudo nas elevações e colinas, tudo isto, pertence ao âmbito das medidas governamentais.<sup>110</sup>

Outras providências para tornar Campina bonita, segundo o jornal, dependiam dos habitantes: “jardins residenciais, muros construídos com senso urbanístico, ausência de lixo nos terrenos baldios, as próprias casas e edifícios concebidos dentro das linhas arquitetônicas modernas, o gosto da população pela limpeza, podem ser iniciativas dos particulares em benefício da beleza e bom aspecto de uma cidade”<sup>111</sup>. Nesse sentido, o aformoseamento de uma cidade não depende apenas da iniciativa pública, mas principalmente da ação conjunta entre o poder público e a iniciativa particular. Em ambas as iniciativas, há uma ênfase na adoção de traços modernos nos projetos arquitetônicos e o senso artístico na realização das obras para tornar o espaço habitado belo e agradável.

A Lei n. 80, de 20 de Outubro de 1959, concedeu o título de Cidadão Campinense ao engenheiro civil Giovanni Gioia, e a justificativa para isso, foi que “o Dr. Gioia tem contribuído para tornar Campina, uma cidade moderna, aqui construindo edifícios de linhas arquitetônicas modernas.”<sup>112</sup> Essa ação representou o reconhecimento do poder público municipal à contribuição individual na elegância da cidade e, principalmente, reforçou a “presença do engenheiro, possuidor da técnica racional, na transformação da cidade que teria que se processar baseada em preceitos racionais modernos” (FOLLIS, 2004, p. 50).

Ao final da administração Elpídio de Almeida, no ano de 1959, a campanha eleitoral para a prefeitura da cidade polarizou-se pela disputa entre Newton Rique,<sup>113</sup> aliado de Elpídio de Almeida, e Severino Cabral, candidato da oposição. Nessa conjuntura política, o candidato Newton Rique publicou em 1959 o seu plano de governo, que abrangia uma série de providências que seriam tomadas no campo da saúde pública, educação, cultura, agricultura,

<sup>110</sup> Embelezamento da cidade. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 242, p. 3, 31 jul. 1958.

<sup>111</sup> *Idem*.

<sup>112</sup> Lei n. 80 de 20 de Outubro de 1959. Lei n. 137 de 31 de Dezembro de 1959. Consta no Livro de Leis, decretos e projetos de leis do ano de 1956, disponível na Procuradoria Geral do Município.

<sup>113</sup> Nesta Campanha de 1959, Newton Rique da UDN (União Democrática Nacional) perdeu para o candidato do PSD (Partido Social Democrata) Severino Cabral. Na campanha seguinte para a prefeitura da cidade em 1963, Newton Rique consegue vencer, mas seu mandato durou poucos meses devido ao Golpe Militar de 1964, pelo qual tivera seu mandato cassado. Ver: Araújo (2000).

assistência social, obras públicas, saneamento, habitação popular, caso o mesmo fosse eleito. É um programa de governo que estava permeado de interesses políticos, mas constituía-se também como uma importante fonte de informações sobre as questões que vinham sendo discutidas na época em relação à limpeza pública, assistência social, saúde, educação e cultura. No que se refere às obras públicas, observamos a preocupação do candidato com a estética urbana e com a funcionalidade da cidade, ao priorizar obras, como:

Prosseguimento das obras de ajardinamento e urbanização do açude velho; pavimentação de 100,000 m<sup>2</sup> de ruas na cidade; alargamento e retificações de ruas; ligação dos vários bairros da cidade, por meio de avenidas perimetrais e construção de galerias, pontes e terraplanagem. Estas obras, segundo o programa do candidato estarão na dependência da elaboração do plano de modernização e expansão da cidade (RIQUE, 1959, p.24).

O discurso de transformação urbana apresentado pelo candidato a prefeito demonstra que “as formas de representação da cidade foram e continuam solidárias políticas urbanas e formas de intervenção, em que as formas de intervenção são escolhidas e executadas pelos poderes públicos” (BRESCIANNI, 2005, p. 242). Esse programa objetiva inserir, no espaço urbano, as bases necessárias para que se efetivassem as práticas de produção, comércio e consumo que caracterizam o capitalismo e se cristalizam por meio da velocidade, pontualidade, racionalidade e ordenamento urbano.

É pertinente considerar que a remodelação da cidade, com vista à construção de um aspecto estético positivo, pode ser feita através de alargamento, retificação e prolongamento de ruas, mas também pela construção de parques, jardins e edifícios com belas formas arquitetônicas. Além disso, o embelezamento também é efetivado por meio de práticas de exclusão dos elementos feiosos, tais como: a eliminação de casebres e barracas, prédios antigos que não são compatíveis com as linhas arquitetônicas modernas, etc. Assim, o belo configura-se numa prática seletiva e torna visível a opção pelo novo e pelo elegante.

## **2.2- Código de posturas para “oitenta mil almas”: civilizando os costumes, higienizando os hábitos**

O poder público municipal atuou com o intuito de promover a higienização das cidades através de leis municipais, que, em seu conjunto, formam o código de posturas municipais, as quais se fundamentam pelo desejo da “ordem e da disciplina no espaço público sujeito ao olhar cada vez mais vigilante do Estado” (MENEZES, 1999, p.120.). Em Campina Grande, o

Código de Posturas significou a preocupação de regular os comportamentos da população segundo o princípio de ordem, higiene, estética e moralidade.

Para Lená Meneses, que analisa as posturas municipais editadas no Rio de Janeiro após o período de reforma urbana da administração Pereira Passos, “a higienização da cidade significava para os administradores o combate às epidemias que ameaçavam não só a saúde da população, mas também a representação sonhada da cidade higiênica e civilizada” (MENESES, 1999, p.112). Nessa perspectiva, o objetivo das leis municipais é redesenhar o viver no espaço urbano através de um projeto que visa “racionalizar, ordenar, classificar, higienizar, planejar e disciplinar” (MENESES, 1999, p.120).

O Código de Posturas do Município de 1953, através da lei n. 362, de 24 de Março de 1953, sancionado pelo prefeito Plínio Lemos, em mensagem à Câmara dos vereadores, justificou a aprovação deste como sendo “normas de condutas compatíveis com o progresso da cidade”<sup>114</sup>. Segundo este:

Regia-se o governo municipal pelo de 1927, já superado pelo tempo, pela evolução, pelo uso, pelo costume e revogado em sua totalidade pela constituição da República. Idealizamos e concretizamos a elaboração de uma nova Carta Municipal que encontrasse a Campina Grande, contemporânea, possibilitando-nos a repressão aos abusos de modo legal.<sup>115</sup>

A aliança entre o poder público municipal e o discurso higienista é visível na elaboração das leis municipais que visam “eliminar os maus hábitos da população, mas toda e qualquer construção, meio de transporte e hábitos que estivessem fora dos padrões aceitos como modernos” (SOUZA, 2003, p.139).

Esse código expressa o empenho do governo municipal para com a limpeza pública, conforme o “art. 31- o serviço de coleta das ruas e dos domicílios será feito pela prefeitura em dias certos para cada zona, e sempre que possível diariamente.”<sup>116</sup> Sendo assim, a higienização da cidade depende da atuação conjunta entre o poder público e a população, como expressa o parágrafo deste artigo: “cada domicílio será obrigado a recolher o próprio lixo em depósito de madeira ou flandres com tampa, o qual será colocado ao portão da casa ou na calçada nos dias destinados à coleta”. A preocupação do governo municipal era que os

---

<sup>114</sup> Prefeitura Municipal de Campina Grande. Mensagem apresentada à Câmara dos vereadores, em 1º de Julho de 1956, pelo prefeito Elpídio de Almeida. 1956- Impressão nas oficinas da livraria Moderna. p. 41.

<sup>115</sup> Idem. p.41.

<sup>116</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

habitantes não fizessem os seus despejos na superfície e no subsolo dos quintais das casas, o que constituiria certo perigo à qualidade da saúde na cidade.

Segundo o então prefeito Plínio Lemos, em mensagem à Câmara Municipal em 1º de Julho de 1953<sup>117</sup>, “o serviço de limpeza pública estava desesperador, estado quase inexistente, um velho caminhão, mal conseguindo se locomover era o único veículo que a prefeitura dispunha para a enorme coleta do lixo de toda a cidade.” De acordo com esse discurso, o “serviço cobrado dos particulares, existindo uma taxa paga justamente com o imposto predial, sua ineficácia era uma clamorosa injustiça com os contribuintes.” No setor da limpeza, o prefeito destacou que, em sua administração;

Adquirimos, medida inadiável, dois caminhões com carrocerias de aço, apropriadas para melhor atender às suas finalidades. A coleta do lixo de nossas ruas centrais era feita em carroças de madeiras, velhas e emprestáveis, dando de nossa cidade uma terrível impressão aos habitantes e aqueles que nos visitam. Substituindo-as por 15 carrocinhas de aço, com pneus, somente usados nos grandes centros. Era intenção nossa não fosse a crise e suas consequências, a fim de completarmos o serviço de um forno para incinerar o lixo diariamente recolhido. É uma medida de higiene e profilaxia que pensamos se possível ainda realizar. Ampliarmos e estendermos aos bairros o serviço de coleta do lixo (LEMOS, 1953, p.28).

No discurso do prefeito Plínio Lemos, observamos duas questões centrais, que são a estética urbana e a higiene. Movido pela estética, ele substituiu as carrocinhas de madeiras, velhas e imprestáveis, que, segundo o prefeito, davam uma péssima impressão da cidade ao olhar do morador e do visitante, por carrocinhas de aço. Considerando a coleta do lixo uma medida de higiene e profilaxia, o prefeito explicou que esse serviço foi estendido aos bairros, o que indica que essa prática ainda não era realizada nas regiões mais periféricas. Assim, os discursos da higiene e da estética entrelaçavam-se e reforçavam-se no intuito de modernizar a cidade e dotá-la dos serviços compatíveis com os grandes centros urbanos.

Entre as medidas de limpeza pública de responsabilidade do poder público municipal, o art. 33 da referida lei destaca que “a prefeitura procederá ao calçamento progressivo das ruas em geral, no perímetro urbano, em cooperação com os moradores, da mesma forma que o Código de Obras regular”. Desse modo, observa-se a obrigação do governo municipal em zelar pela limpeza do espaço urbano, mas deixa claro que isso seria feito em colaboração com a população. Cada um dos moradores seria responsável por manter a cidade limpa. O art. 34

---

<sup>117</sup> Mensagem à Câmara Municipal referente ao exercício de 1952 e enviada no dia 1º de Julho de 1953, pelo Prefeito Dr. Plínio Lemos.

considera que “deverá ser feita a extinção progressiva de pântanos e alagadiços no perímetro urbano”. Para a construção de um espaço limpo, essa medida era indispensável, pois a existência deste servia como foco de proliferação “de miasmas na cidade, visualizados nas águas estagnadas” (FOLLIS, 2004, p. 67).

Nesta Seção II, “limpeza pública”, art. 30, podemos observar disposições que obrigavam a população a adotar condutas “higiênicas”. Em caso de descumprimento, seria passível de multa. Essa legislação, que passou a coibir a criação de animais no espaço urbano, justificava que uma “cidade moderna” teria que se diferenciar do meio rural também nas suas atividades. Assim, foi descrito:

Art. 30- É proibido, sob pena de multa de Cr4 100,00 a 200,00:

- a)-deitar lixo e obras demolidas nas traseiras das casas, no leito das ruas, ou nas calçadas.
- b)-Ter suínos dentro dos muros e chiqueiros no perímetro urbano das cidades e das vilas, a não ser em pocilgas modernas e higienizadas.
- c)-Deitar cascas de frutas, água servida e qualquer entulho ou imundície nas ruas, praças, avenidas ou calçadas, e riscar paredes, janelas, portas, ou muros de cascas,
- d)Danificar ou sujar as placas de numeração das casas ou as designativas das ruas<sup>118</sup>.

O art. 30 deixa bem claro que a construção de uma cidade limpa dependia não apenas da ação do poder público, mas também das práticas cotidianas da população, que deveria adotar alguns hábitos higiênicos e modernos. A vida na *urbs* passou a exigir mudanças de hábitos, já bastantes arraigados entre a população, como a criação de animais no perímetro urbano; a prática de jogar cascas de frutas, lixo e águas servidas nas ruas e sujar as placas de numeração de ruas. Esses costumes estariam terminantemente proibidos.

Tais proibições, expressas no art. 30, evidenciam a finalidade de controle dos hábitos e costumes da população, por meio de um código de normas que regula a vida em sociedade. Mas também constitui “uma espécie de polícia científica, capacitada a definir o comportamento desviante e desenvolver instrumentos de punição, segundo os parâmetros da modernidade” (MENESES, 1999, p.127). No art. 44 do “capítulo II- higiene pública”, seção I- “medidas profiláticas”, verifica-se, em nome da saúde pública, a obrigação da população em colaborar para a não proliferação de doenças contagiosas, quando expõe que “as pessoas em cujas casas houver enfermo de moléstias epidêmicas ou contagiosas são obrigadas comunicá-

---

<sup>118</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.



lo às autoridades sanitárias locais do município ou estado.”<sup>119</sup> No art. 45, foi legislado que “a casa que estiver na situação a que se refere o artigo anterior deverá ser desinfetada, por quem de direito, podendo ser mesmo interditada, a juízo médico, somente se lhe permitindo a ocupação depois da devida desinfecção e licença da autoridade competente.”<sup>120</sup>

Em nome da saúde pública, o art. 47 expressava que seria terminantemente proibido: “conservar nos domicílios, mesmo em tratamento, gatos, cães ou animais ou outros atacados de raiva ou peste; a venda de quaisquer iguarias e gêneros alimentícios por intermédio de pessoas portadoras de moléstias infecto-contagiosas”<sup>121</sup>. Dessa forma, observa-se medidas de exclusão e de distanciamento em relação às pessoas portadoras de doenças contagiosas como base de uma medida profilática. A teoria do contágio seria a base científica, que legitima a prática da quarentena. Segundo Sidney Chalhoub,<sup>122</sup> isso ocorre “devido à percepção de que a transmissão de doença ocorre devido ao contato de um indivíduo com o outro” (CHALHOUB, 1996, p.168).

O art. 57 expressa a proibição, no centro da cidade, “de armazém de peles, couros e artigos diversos que exalem mau cheiro, ou de qualquer outra forma que possa prejudicar a higiene e a saúde pública.”<sup>123</sup>. Nesse contexto, evidencia-se a estratégia de higienização do centro da cidade por parte das autoridades municipais mediante a eliminação de elementos maus cheirosos que incomodavam os moradores e os visitantes. E, principalmente, visava à eliminação do que poderia prejudicar a saúde pública.

O ordenamento da cidade e a sua inserção nos quadros da civilização e da higiene colocam-se como finalidade do governo municipal que se manifesta, por exemplo, mediante as posturas municipais, dentre as quais o art. 59, que expressa algumas proibições sob multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 400,00. Entre as proibições:

- a- expor à venda quaisquer gênero alimentício pernicioso à saúde pública ou alterado na sua essência.
- b- fabricar no perímetro urbano qualquer coisa cujo cheiro mau incomode a população.
- c- lançar nas fontes ou açudes entulhos, animais mortos, ervas daninhas e qualquer outra substancia que possa contaminar as águas

<sup>119</sup> Idem

<sup>120</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título V- Saúde Pública” Seção I- “Medidas profiláticas.” Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>121</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título V- Saúde Pública” Seção I- “Medidas profiláticas”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>122</sup> Chalhoub (1996, p.172) destaca que a prática da quarentena trazia prejuízos para os industriais e os contagiosistas, tornaram-se suspeitos aos olhos dos apologistas da ideologia liberal.

<sup>123</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título V- “Saúde Pública” Seção III- “de outras medidas de higiene”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

- d - fazer cremação de lixo ou quaisquer outras matérias de detritos, de modo a incomodar a população ou comprometer-lhe a saúde.
- e- vender doces, bolos e iguarias outras, sem as necessárias cautelas que os preservem da poeira ou de diversa contaminação, e
- f- manter casas de pastos, ou mesmo simples café, em comum com barbearias, ou próximo a locais inconvenientes, ainda que separados por meia parede ou empanada<sup>124</sup>.

A idealização de um meio urbano salubre passou a exigir a adoção de práticas compatíveis aos ditames da higiene e a rejeição a hábitos não “civilizados,” como: a venda de produtos perniciosos à saúde; lançar entulhos e animais mortos em fontes d’água; fazer cremação de lixo ou outras matérias pútridas em locais públicos. Higienizar e civilizar os costumes constituem a retórica de um discurso que pretende se legitimar através de um código normativo, que objetiva instruir os cidadãos quantos aos hábitos saudáveis, mas também adota medidas punitivas em relação àqueles que resistem ao cumprimento das normas.

O Título X, referente às águas, mostra, no art. 120, que a prefeitura tomará todas as medidas necessárias para que os reservatórios sejam mantidos de modo a atender cabalmente aos seus fins, estando em rigoroso asseio. Para isso, poderá determinar:

- I- Por si, ou em cooperação com a União, ou o estado, trabalhos de irrigação com as possibilidades dos reservatórios públicos e as necessidades locais;
  - II- o aproveitamento da orla marginal dos reservatórios públicos para a cultura de verduras ou legumes de primeira necessidade;
  - III- rigoroso asseio das águas públicas.
- 2º Para o disposto no inciso III poderão os reservatórios públicos ser protegidos por cerca, de modo, porém, a não se impedir ou turbar o uso das águas<sup>125</sup>.

Para a preservação das águas dos reservatórios públicos, a lei determinou a proibição da pesca, do banho e da lavagem de roupas em fontes de água potável, sendo uma forma de proteger a salubridade d’água a ser consumida pelos habitantes. Em defesa da saúde pública, o art. 121 lançou algumas proibições, sob pena de multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00:

- a- pescar nos açudes e poços públicos de água potável, sem prévia licença da prefeitura, que somente concederá em tempo que não prejudique a população nem a criação.
- b- tirar as aves dentro ou nas margens dos açudes públicos;
- c- entupir ou inutilizar de qualquer modo cacimbas públicas;

<sup>124</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título V- “Saúde Pública” Seção III- “de outras medidas de higiene”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>125</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII- “das águas”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

d- lavar animais ou roupas próximos aos açudes, fontes ou poços de modo que as águas proveniente dessa lavagem possam correr para dentro dos mesmos.

e- banhar-se dentro ou perto desses reservatórios d'água e,

f-derrubar as árvores nas proximidades

Parágrafo Único: A prefeitura designará os locais convenientes para banhos, lavagem de roupas e de animais<sup>126</sup>.

Na secção II- “do abatimento de gado e talho de carne” do Título V- “Saúde Pública”, o controle e a vigilância sobre o abate e a comercialização de carne constituíram uma ação necessária à saúde da população. Assim, expressa o art. 50: “o abatimento de gado para o consumo público na cidade só será permitido no matadouro público, salvo excepcionalmente mediante permissão do prefeito”. Já o art. 54 considera que, a “existência de carne imprestável ao consumo público, exposta à venda, a prefeitura determinará a sua apreensão e cremação, além de impor ao contraventor a multa de 500,00 a Cr\$ 1.000, 00 e o dobro na reincidência”.<sup>127</sup> Novamente, o controle sobre o comércio de alimentos representa a preocupação com a saúde pública como expressa, o art. 56, “as casas de comércio de gêneros alimentícios são obrigadas a rigoroso asseio, tanto no edifício como nos utensílios de que se servirem”<sup>128</sup>. O controle sobre a água e o comércio ambulante justificava-se pela necessidade de impedir que a população consumisse produtos contaminados e, assim, ficasse sujeita a doenças.

O Código de Posturas do município pretendeu educar a população quanto aos hábitos saudáveis e combateu “os hábitos tradicionais da população que, segundo os ideais de modernidade prejudicava a configuração de um perfil urbano moderno” (FOLLIS, 2004, p. 81). Valendo-se da teoria da higiene, o poder público municipal agiu sobre os locais considerados insalubres, com o intuito de purificar a *urbs* dos miasmas e agentes invisíveis como os micróbios, a fim de garantir a saúde da população. A seguir, veremos, por meio de alguns indícios, que a validade do código ficou restrita ao plano discursivo, pois no cotidiano da cidade eram visíveis, as lutas e embates em torno de sua aplicabilidade.

<sup>126</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII- “das águas”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>127</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título V- Saúde Pública” Seção II- “do abatimento de gado e talho de carne”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>128</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título V- “Saúde Pública” Seção III- “de outras medidas de higiene”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

### 2.3- “De quem é a culpa: queixas e reclamações”, burlando o Código de Posturas

O Código de Posturas do município tentou ordenar os hábitos da população segundo os preceitos do higienismo, ou por meio de medidas como a coleta de lixo, a varredura das ruas, a construção de rede de esgotos, entre outras. Embora exista o desejo de controle e disciplinamento por parte das autoridades municipais, evidencia-se, por meio da coluna “De quem é a culpa? Queixas e reclamações”, do jornal *Diário da Borborema*, alguns indícios de burla a essas leis reguladoras por parte da população. Assim, observamos na edição do *Diário da Borborema*:

Barracas sem higiene. Os leitores do “Diário” devem estar lembrados da série de reportagem que fizemos há algum tempo, ilustrando com farto documentário fotográfico sobre a inflação de barracas em nossas principais artérias, com um grande predomínio na Rua João Suassuna. A denúncia como não poderia de ser causou espécie, suscitou controvérsias, porque se é verdade que os proprietários daquelas barracas precisam de um meio de vida não podendo ser escorraçados dos seus pontos sem nenhuma contemplação<sup>129</sup>.

A existência de “barracas sem higiene” nas ruas centrais da cidade significa que nem todos os moradores estavam observando o art. 56, do título Saúde Pública, que consta, “as casas de comércio de gêneros alimentícios são obrigadas a rigoroso asseio, tanto no edifício, como nos utensílios de que se servirem”<sup>130</sup>. Em outra edição do *Diário da Borborema*, verifica-se outro indício de não cumprimento das normas de higiene, quando se coloca que:

“Com vistas à saúde pública.”  
Moradores da Avenida Getúlio Vargas reclamam que no número 139 da citada rua existe um depósito de queijos, cujos funcionários em virtude de o prédio não contar com instalações sanitárias, satisfazerem suas necessidades fisiológicas em depósito, colocando-o na calçada. Não é preciso dizer mais nada. A culpa deve ser da Saúde Pública que somente pode alegar em seu favor o desconhecimento da ocorrência. Pois, bem, agora o fato está denunciado. Vamos aguardar providências<sup>131</sup>.

<sup>129</sup> De quem é a culpa? queixas e reclamações, Barracas sem higiene. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 353, 18 de Dezembro de 1958.

<sup>130</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Título V- “Saúde Pública” Seção III- “de outras medidas de higiene”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>131</sup> De quem é a culpa? queixas e reclamações, Com vistas à Saúde Pública. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 354, 19 dez. 1958.

Neste caso, observa-se a infração ao art. 20, da Lei 650/54<sup>132</sup>, de 31 de Dezembro de 1954, Código de obras, que versa sobre a obrigatoriedade das instalações sanitárias nos prédios da cidade. O não cumprimento das leis municipais, no que se refere aos preceitos da higiene, voltou a ser tema do *Diário da Borborema*:

Por mais que a gente se debata reclamando contra a falta de limpeza pública da cidade, apesar de pagar-se em Campina Grande (5%) esse serviço continua a ser o grande ausente. Mas agora é o centro da cidade, que está infestado de sujeiras, os trabalhos de construções deixam nas ruas tijolos, cacos de telhas, toras de madeira, etc. na Rua do Progresso, por exemplo, bem em cima do local que o prefeito designou para realização da festa de Natal, há um exemplo disso. É uma vergonha.

Identifica-se a preocupação do jornal em fazer uma crítica ao prefeito Elpídio de Almeida no que diz respeito à limpeza pública. Porém, não podemos deixar de focalizar o não cumprimento ao art. 28 da Lei 362, de 24 de março de 1953, que proíbe “conservar nas ruas qualquer material de construção, de modo a embaraçar o trânsito”<sup>133</sup>. Em outra matéria sobre limpeza pública, o jornal *Diário da Borborema* continuou fazendo críticas à atuação do governo municipal nesse setor, mas também apontou a negligência da população local, que não obedece às normas de higiene propostas pelo código de posturas da cidade, como verificamos no trecho a seguir:

Várias reclamações já foram endereçadas à fiscalização da prefeitura; porém nem tudo tem sido de balde e nenhuma providência o Sr. Batutinha tomou até o momento, apesar de transitar todos os dias pelo local, quando vem de casa para o trabalho. Sabe-se que existe um código de posturas municipais, proíbe-se a criação no perímetro urbano, no entanto ninguém observa a lei e nem tão pouco a prefeitura manda a fiscalização agir contra os infratores.<sup>134</sup>

A infração a que se refere o jornal é o art. 30, inciso b, que pune sob multa os moradores que tenham criação de porcos no perímetro urbano. Nesse sentido, há uma tentativa de ordenamento da cidade, por meio de leis e decretos que visam regular os comportamentos da população. Assim, “as elites tentaram hierarquizar espaços e intervieram em territórios, buscando instituir valores (...) muitos moradores vão constituir outras cartografias, burlando e

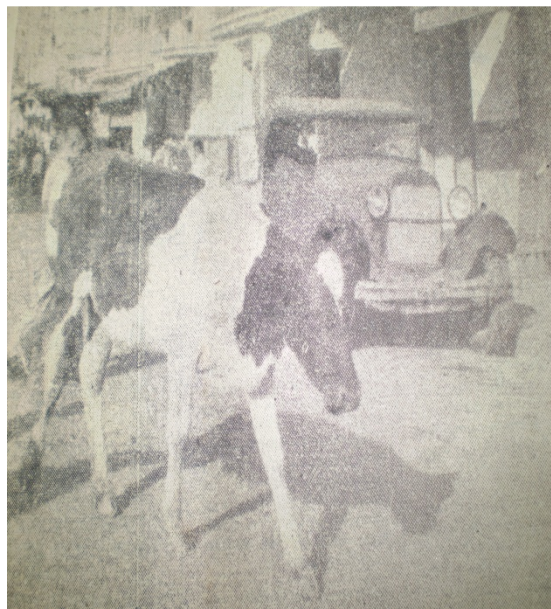
<sup>132</sup> Lei n.650 de 31 de Dezembro de 1954. Consta no livro de leis, decretos e projetos de Lei de 1954.

<sup>133</sup> Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.

<sup>134</sup> Criação de Porcos na cidade. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 56, 10 dez. 1957.

ressignificando essa teia de valores e códigos que se lhes tentavam impor” (SOUZA, 2006, p.112<sup>135</sup>).

Foto 07



A presença da vaca na Rua Cardoso Vieira

] A presença dessa vaca em uma rua central, como a Cardoso Vieira, demonstra que o código não estava sendo cumprido, pois esse proibia criação de animais no perímetro urbano. Tal imagem constituiu para as elites um atentado aos ideais de progresso, civilidade e estética, pois a cena acima representa o desfile não apenas de uma vaca numa rua central, mas a persistência de práticas arcaicas que se opunham aos discursos de modernização da cidade. Portanto, a imagem fotográfica ilustra a distância existente entre a cidade planejada e a cidade utópica, desejada, onde são visíveis as tensões e conflitos em torno dos projetos de remodelação urbana.

Analisando alguns requerimentos emitidos por membros da Câmara Municipal de Campina Grande, dentre estes o requerimento n. 883/57, do vereador Raimundo Asfora, emitido na Sala de sessões no dia 14 de Junho de 1957, que representa a preocupação com a presença do lixo nas ruas da cidade, destacamos o trecho:

---

<sup>135</sup> Souza (2006) remete-se às burlas dos homens da cidade de Campina Grande entre 1920 e 1945, que recriavam no seu cotidiano novos usos para o espaço com o qual lhes era possível, não se restringindo, portanto, às normas que lhes eram impostas.

Requeiro, a v. Excia, que na forma regimental, seja feito um apelo no sentido de que S. Excia. mande limpar as ruas de Campina Grande, por isso, que a nossa cidade é hoje, possivelmente, sob o aspecto de lixo, a mais suja cidade do Brasil. Lembrar, outrossim, ao Sr. Prefeito que Campina Grande poderia já ter um serviço de limpeza pública, pois pagamos a taxa de lixo mais cara deste país. Lembrar, ainda, ao Sr. prefeito municipal, que há uma mensagem sua jurando nesta casa que o aumento da taxa de limpeza pública era uma imposição de reaparelhamento de nossa frota de caminhões e carros de mão frota, no caso, ansiosamente esperada este ano, paga antecipadamente pelas pessoas das ruas, pelas suas ruas, pelas nossas ruas<sup>136</sup>.

De acordo com o discurso do vereador Raimundo Asfora, Campina Grande era uma das cidades mais suja do país. Essa colocação pode ser entendida, no plano político, como uma estratégia para desqualificar a administração municipal, mas também apresenta uma questão a ser discutida: a presença de lixo nas ruas, que por um lado demonstra a ineficiência do poder público com relação à limpeza, por lado, pode demonstrar que a população não estava cumprindo o inciso a do art. 30 do Código de Posturas.

Para Michel de Certeau, “uma cidade transeunte ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível” (CERTEAU, 1994, p.172). As estratégias discursivas que tentam organizar o espaço são cotidianamente burladas na medida em que os habitantes da cidade, assim como os consumidores, são “inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, estes traçam trajetórias indefinidas e não coerente com o espaço construído. Táticas organizadoras de sistema. Essas trilhas continuam heterogêneas ao sistema onde se esboçam e se infiltram as astúcias de interesses e desejos diferentes” (CERTEAU, 1994, p.97). A tática seria “o uso de ações que colocam nas brechas deixadas pela vigilância do poder, a tática é a arte do fraco, pois a astúcia é possível ao fraco e dela depende como último recurso” (CERTEAU, 1994, p.99).

A cidade planejada pelos administradores não era compatível com os interesses e ações dos habitantes, que sempre teimavam em não colaborar a efetivação desse planejamento, pois, no contexto da cidade real, proliferaram táticas que burlavam as normas pretendidas pelo código. As mudanças na estrutura material da cidade nem sempre são acompanhadas por alterações comportamentais desejadas pela administração municipal. Assim, comenta Lená Meneses:

A administração da cidade não levando em conta a resistência, muitas vezes, lançava mão do autoritarismo e da força para fazer as leis

<sup>136</sup> Requerimento n. 883/57, de 14 de Junho de 1957. Consta no livro de leis, decretos e projetos de Lei de 1957.

municipais. Essa política mostrou-se autoritária e ingênua pois partia do pressuposto de que era possível domar corpos e mentes apenas pela ação administrativa e pela repressão (MENESES, 1999, p.113).

Embora o poder público municipal tentasse normatizar os hábitos dos moradores da cidade, segundo os padrões de higiene, são visíveis que nem todos conheciam ou compreendiam esses projetos de higienização da cidade. Ou se conheciam as leis, preferiam agir de acordo com seus impulsos ou conveniências. A construção da higiene e da estética de Campina Grande fomentou práticas e discursos que se mostraram normativos, ou seja, tinham como meta enquadrar a população em certos tipos de comportamentos, considerados “higiênicos” e modernos”, com vistas à construção de uma cidade bela, higiênica e civilizada.

A seguir, analisaremos como o desejo de higienizar e embelezar a cidade legitimou ações e discursos de exclusão do “anormal”, termo utilizado para qualificar àqueles que não eram compatíveis com os valores da beleza, da higiene e da moralidade, incluídos na categoria de “anormal” mendigos, prostitutas e “menores delinquentes”.



## Capítulo 3

### Higiene Social e a exclusão da “má-vizinhança”: prostitutas, mendigos e “menores delinquentes”

#### 3.1- “Anormalidade” interdita: discursos científicos na construção do “anormal”

Neste capítulo, a discussão central envolve os procedimentos de exclusão dos sujeitos considerados “desviantes” em relação aos padrões e valores impostos pela sociedade moderna. A exclusão social de mendigos, prostitutas e “menores de delinquentes” sinaliza para o processo de construção de higiene social, que na época em estudo, fundamentou-se no discurso científico da Antropologia Criminal, a Eugenia, o Darwinismo Social.

A exclusão dos mendigos, dos loucos, das prostitutas e dos criminosos relaciona-se com as teorias científicas do século XIX, entre as quais, a Antropologia Criminal, a Eugenia, o Darwinismo Social. Esses saberes contribuíram para a elaboração de tipologias consideradas desviantes no contexto da cidade moderna. Assim, se “civilização” criou seus desvios (vagabundagem, malandragem, criminalidade, vadiagem) “a racionalidade moderna a partir do século XIX instituiu normas para corrigi-los, dinâmicas disciplinares que normatizaram os sujeitos e inspecionam as maneiras de estar na sociedade” (OLIVEIRA, s/d, p.16).

O Darwinismo Social, baseado na ideia da seleção natural, afirma que a evolução da sociedade estaria assegurada pela eliminação dos caracteres defeituosos, inferiores e mais fracos através das gerações. Enfatiza, então, que “na luta, na concorrência e na seleção, os caminhos para solucionar os problemas sociais deveriam visar, acima de tudo, ao triunfo do indivíduo superior para depois, aperfeiçoá-lo em busca do super-homem” (DIWAN, 2007, p.31). O Darwinismo Social apoiou-se em aportes teóricos da biologia, para a explicação do organismo social, ou seja, para explicar a vida em sociedade.

No contexto da Antropologia Criminal, destacam-se as descrições e deduções do italiano Lombroso, que se relacionavam com “a evolução das espécies, hereditariedade, comportamento moral, anatomia, craniometria, loucura, grau de civilização, fealdade e cor da pele”. Este, em *O Homem criminoso*, fez uma analogia entre loucura, raça e predisposição à criminalidade, havendo “uma definição do ato criminoso como sendo fruto de uma determinação biológica que poderia ser mensurada a partir de algumas técnicas como a

Antropometria, que apontava assimetrias anatômicas em indivíduos considerados anormais, bem como a partir de fenótipos e de comportamentos morais” (SILVA, 2003, p.29). As implicações políticas das ideias de Lombroso efetivam-se pelo “paradigma da definição e controle sobre os anormais e para uma política de controle social que fornecia as estratégias definidoras da desqualificação de certos indivíduos ou grupos” (SILVA, 2003, p.32). Sendo assim, a Antropologia Criminal contribuiu para qualificar certos grupos com o conceito de anormal.

O pensamento eugênico moderno solidificou-se na segunda metade do século XIX, quando o inglês Francis Galton, inspirado nas ideias propostas por Charles Darwin sobre a evolução das espécies, propôs “a busca pela melhoria da raça humana sob o ponto de vista biológico” (DIWAN, 2007, p.37). O objetivo da doutrina eugênica é “selecionar os mais aptos e eliminar ou controlar os inaptos dentro de cada classe social. Para isto, seria necessário criar históricos familiares, genealógicos e buscar características físicas que representassem os grupos sociais indesejáveis” (DIWAN, 2007, p.37 e 41).

Mozart Silva coloca que o termo “anormal” é produto das interfaces discursivas do cientificismo do século XIX, que vem “a contribuir para a elaboração da imagem de rebelde, perigoso, nocivo à sociedade”. Já a anormalidade constitui “um desdobramento da ideia da diferença, das estratégias de definição de sua matriz, que o torna na sua especificidade, o diferente indesejado” (SILVA, 2003 p.16). Esse projeto de “correção” do anormal fomentou a “formação de uma sociedade disciplinar em que o Estado passa a organizar estratégias para as políticas públicas baseada na utilização de novos instrumentos de intervenção social e política para a construção de uma cidade moderna e civilizada” (SILVA, 2003, p.17). Essas estratégias objetivam:

Interditar os lugares e as maneiras de ser, normatizar o sujeito, para que os desvios fossem corrigidos. Ser perfeito moral e fisicamente era a condição humana ideal que possibilitava ao sujeito ser enquadrado nos padrões de normalidade. Os anormais que causavam instabilidade na sociedade deveriam sofrer procedimentos de disciplina e vigilância ao serem enclausurados em instituições como o asilo, o hospício, a escola, hospitais (OLIVEIRA, s/d, p.16).

Michel Foucault analisa a constituição do termo anormal na sociedade moderna e os procedimentos de disciplina que lhes são impostos. Em primeiro lugar, o anormal constitui-se “como *monstro humano*, que foge às regularidades jurídicas (casamento, batismo), mas também as leis da natureza, no caso dos hermafroditas”. Em segundo lugar, temos “o indivíduo a corrigir, no qual se tem novos procedimentos de adestramento do corpo, do

comportamento, das aptidões que engendram o problema daqueles que escapam a normatividade, que não é mais a soberania da lei” (FOUCAULT, 1997, p.61,62 e 63). Para o “anormal”, o enclausuramento tem como justificativa a necessidade de corrigir, melhorar e de fazê-lo retornar aos “bons costumes”. Por fim, temos o onanista, que aparece em correlação com as novas relações entre a sexualidade e a organização familiar. A questão da sexualidade como foco que origina uma série de perturbações psíquicas, exemplificado na masturbação excessiva (FOUCAULT, 1997, p. 63).

François Dosse, recorrendo a Michel Foucault sobre as práticas de controle e disciplinarização dos indivíduos desviantes, considera que “a modernidade traz consigo o controle das populações a partir das instituições específicas, concebidas para serem mais eficazes. É o tempo da grande reclusão. No começo, o processo afeta as camadas marginais: vagabundos, mendigos, loucos” (DOSSE, 2007, p.311). Suas aplicações servem para corrigir os presos, instruir os escolares, guardar os loucos, vigiar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É o tipo de poder que “visa à fixação do corpo no espaço, enquanto na Idade Média, a punição (ou poder) era exercida pelo próprio soberano e se manifestava pelo exercício de fazer sentir dor, ou seja, através dos atos de violência sobre o corpo do sujeito que deveria ser punido” (FOUCAULT, 1977, p.15).

A classificação de mendigos, prostitutas e “menores de delinquentes” enquanto “anormal” e “desviante” foi utilizada como argumento para a exclusão destes sujeitos do centro urbano, com o intuito de promover a chamada higiene social da cidade. Esse processo de higienização social sinaliza para o controle e vigilância destes sujeitos, que são vistos sob o olhar de suspeição. Assim, em Campina Grande, observamos discursos e práticas emitidas pelo poder público municipal e pelos comerciantes no que se refere à higienização social, por meio da exclusão dos chamados “anormais”. Diante da impossibilidade de se conviver com o “desviante”, a estratégia adotada visava o confinamento em asilos no caso dos mendigos ou a dispersão para os lugares distantes, como ocorreu com as prostitutas, mas em ambos os casos prevaleceu à intolerância diante do “outro”, do “diferente” e essa diferença não é compreendida nem muito menos aceita.

### 3.2- Dispensando a “má-vizinhança”: higiene social e a expulsão das mulheres “sortidas” das áreas centrais da cidade

O zoneamento das casas de meretrício em regiões mais distantes do centro da cidade era um desejo manifestado pelo prefeito do município Lafayette Cavalcanti já no ano de 1929, como destaca o Jornal *O Século* em sua matéria “Um paraíso para as mulheres dadeiras”:

O Sr. Prefeito estuda a possibilidade da retirada das “mulheres dadeiras” da Avenida Jovino do Ó, e suas imediações para o local mais afastado do centro urbano, em face de projectos que visam a construção da Praça Sólon de Lucena e concomitante melhoria das artérias que são adjacentes<sup>137</sup>.

Em nome dos “bons” costumes e da tranquilidade das famílias de “bem”, fazia-se necessária a exclusão das prostitutas do centro urbano. Além disso, o aspecto estético da cidade era o motivo para essa medida anunciada no jornal. A exclusão das “mulheres dadeiras” do centro urbano justificou-se pelo aspecto anti-higiênico que elas apresentavam ao olhar do transeunte, mas também devido ao aspecto imoral de suas posturas, que poderiam ser um “mau-exemplo” para as “mocinhas de famílias”. Assim:

Em princípios dos anos 1930, a zona do meretrício foi transferida para o bairro das Piabas, local onde estavam instalados os currais de gado, pensavam as autoridades e higienistas estar livrando as ruas centrais e seus cartões postais dos males morais e físicos que maculavam a imagem e podiam significar menor afluxo de visitante e de capitais (SOUZA, 2003, p.146).

Em 1931, o jornal *Brasil Novo* apelava para a demolição de um casebre e da retirada das mulheres “sortidas” que lá usavam seu corpo para sobreviver. Isso seria uma medida profilática para melhorar o aspecto estético e higiênico da cidade. Desse modo, vemos expresso em sua matéria “As caixas de Phosphoros”:

Há na travessa da Luz uns casebres que a gyria denominou de “caixas de phosphoros” o apellido não traduz o que elles são. Era necessário um cognome que significasse porcaria, nojo, repugnância, e tudo quanto o diccionário possui com essa significação. De facto, são uns casebres de taipa, pendidos uns sobre os outros, inclinados para o solo, como pedindo um empurrão que lhes joguem por terra. E, desafiam o senso esthetico dos responsáveis pelo embelezamento da nossa urbe. Há dois annos que se annuncia a demolição almejada, mas os dias passam e os casebres ficam. A

<sup>137</sup> *O Século*. Campina Grande, n.27, 2 mar. 1929.

empresa de Luz está fazendo um grande aterro em frente às “caixas de phosphoros” e parece querer soterrá-las.

Elas, porém gargalham pelas suas portas immundas, contra “poussê”(sic), que lhes mingua o terreno. *Mulheres sortidas* (grifo nosso) continuam morando lá e por ser uma artéria movimentada exibem aos trauentes (sic) a sua miséria e a sua porcaria. Quase todas meretrizes de baixo escalão, de vestes porcas e iimmundas, repugnam pelo exibicionismo de suas mazelas. Sabemos do intuito do Sr. Prefeito de embelezar a travessa da Luz, demolindo o tal “curtiço” aplaudimol-o (sic) e lembramos-lhe que a medida e de emergência. A aquillo se tolera em subúrbio, não no centro de uma cidade movimentada como a nossa<sup>138</sup>.

Para o articulista anônimo do jornal do *Brasil Novo*, ambientes nefastos, como as *Caixas de phosphoros*, eram tolerados em subúrbios, mas não em ruas centrais de uma cidade como Campina. Segundo o discurso do jornal, essas mulheres “imundas” e “porcas” faziam parte do universo social marcado pela miséria, e por isso, eram definidas pelo discurso modista e saneador, como prostitutas de “baixo-calão”. O que nos faz questionar a possível existência de prostitutas de “alto calão” na cidade, sobre as quais o discurso moralista e saneador parecia não combater. Ao contrário, os cabarés luxuosos eram descritos como parte integrante do cosmopolitismo que tomara conta de Campina Grande. Assim, Luiz Peixe narra, nas páginas do *Voz da Borborema*, as suas impressões sobre o Bairro Chinês:

Já não é mais novidade que se affirme com insistência ser Campina Grande uma cidade cosmopolita. Por que Campina Grande não é só a cidade elegante que passeia a sua opulência. ...Fomos em uma dessas noites, meia sombra, meia luz, conhecer de perto esse famoso recanto de nossa *urbs* (grifo original). O bairro chinês era, mesmo, então, um lado differente da plácida e ingênua phisonomia desta terra; differente, porque alegre, de uma alegria de esgares escandalosos...

Havia coréas bárbaras e esquisitas por toda a parte. Cafês cantando a nostalgia dos abandonados e dos trahidos pela voz de bohemios e rameiras embriagam de sonhos e illusões fanadas. Idyllios impossíveis de amores mercadejados e uma multidão de criaturas que tresandavam a odor mixto (sic) de cachaça e suor, desse suor que poreja da existência desgraçada dos que luctam no vício para depois serem vencidos....

O Bairro chinês, entretanto, indiferente a dor, que enchia as suas baiúcas de gritos lancinantes ou as risadas crystalinas que vinham de dentro de seus *cabarés* (grifo original) luxuosos, que impressionou vivamente a alma do homem inactualizado, do cavalleiro andante da phantasia com a coragem dos santos e “ama a vida pela glória de poeta e galanteador...”<sup>139</sup>

As “caixas de phosphoros,” sobre as quais o discurso predominante era a repulsa e o nojo, onde suas moradoras, chamadas “mulheres sortidas,” eram vistas como prostitutas de

<sup>138</sup> Demulção dos casebres conhecidos por caixa de phosphoros. **Brasil Novo**. Campina Grande, n.6, 14 fev. 1931.

<sup>139</sup> PEIXE. Luiz. O Bairro Chinês .... **Voz da Borborema**. Campina Grande, n.34, 10 nov. 1937.

“baixo-calão”; e, portanto passível de “medidas excludentes”. Já os cabarés luxuosos, do Bairro Chinês, eram narrados poeticamente como a expressão da modernidade e opulência da cidade, frequentados pelos boêmios campinenses, membros da elite, que, nesse ambiente glamuroso e sedutor, procuravam vivenciar intensamente os prazeres carnavais, que o dinheiro e o poder poderiam proporcionar. Esse lugar diferente seria o espaço dos sonhos e das fantasias; das risadas escandalosas; mas também tinham sua imagem negativa atrelada ao fato de ser atrativo para “os coréas bárbaras e esquisitas”; espaço das libações alcoólicas que atraíam “abandonados e ...dos traídos pela voz de boêmios e rameiras embriagam de sonhos e ilusões fanadas”<sup>140</sup>.

Em tom moralista, o jornal *Voz da Borborema*, em matéria intitulada “localização do meretrício,” defendeu a honra e a moral dos habitantes da cidade. Ao desencadear uma campanha pelo saneamento moral da cidade, através do discurso em favor da transferência da zona do meretrício para regiões mais suburbanas, o jornal publicou:

Segundo estamos informados, inúmeras pessoas moradoras das ruas José Tavares, Vila Nova da Rainha e Afonso Campos cogitam enviar um longo abaixo-assinado ao prefeito Bento Figueiredo, com o pedido de ser dada melhor localização à zona do meretrício, que como se sabe ocupa uma longa faixa do centro da cidade. Vez por outra, nos chegam constantes reclamações das famílias residentes nas ruas aludidas, que por nosso intermédio suplicam da polícia local providências contra as desordens noturnas e alaridos fora de hora em que são useiros e vozeiros conhecidos boêmios campinenses, que costumam perturbar o sossego público com berros e assuadas pela noite a dentro, nas suas idas e vindas para a zona do barulho.<sup>141</sup>

O saneamento moral da cidade é combinado com a defesa do sossego público, uma vez que esses ambientes são marcados pela boêmia e pelas conseqüentes desordens, que denotam um olhar de suspeição por parte da polícia e das autoridades. Dentre os muitos cabarés, que compunham a chamada “zona do meretrício,” o mais famoso foi o Cassino Eldorado. Esse ambiente era frequentado por uma elite, que parecia ver a vida pelo prisma do poder e do dinheiro, estes seriam os conhecidos boêmios campinenses, os quais “sabiam que suas atitudes, gestos e palavras teriam um significado diferente do de muitas outras pessoas e que seus excessos estariam protegidos por uma forte e inamovível tradição de impunidade”

<sup>140</sup> PEIXE, Luiz. O Bairro Chinez .... *Voz da Borborema*. Campina Grande, n.34, 10 nov. 1937.

<sup>141</sup> Localização do meretrício. *Voz da Borborema*. Campina Grande, n. 87, 26 nov. 1938.

(SOUZA, 2006, p, 140). O Cassino Eldorado<sup>142</sup>, com seus bares, bailes, salões de jogos e moças sedutoras parecia atrair uma elite sedenta por diversão e prazer, mas também era um ambiente marcado por brigas e confusões que, em muitas vezes, espalhavam-se pelas ruas, incomodando os habitantes. Além disso, os barulhos provocados pelos boêmios, quando saiam dos cabarés, era um atentado ao sossego público. “Assim, em tais maus lugares, prostitutas vizinham com bêbados, e uma forma de transgressão se vê associada à outra” (PESAVENTO, 2001, p.49). Na continuação da matéria acima citada, verifica-se o apelo ao prefeito, quando este:

Pretende erigir o mercado público no bairro dos Currais, que fica anexo às ruas das pensões alegres, entende-se que as pessoas prejudicadas com “a má vizinhança” podem apelar para o digno prefeito da cidade no sentido de ser localizado o meretrício na zona suburbana da cidade, por exemplo, lá para o outro lado, do Açude Velho, servindo dessarte, com o afastamento dos elementos nocivos do centro da cidade, não só com a moral, como o acutelado decoro público.<sup>143</sup>

Com uma linguagem de estigmatização, a reportagem acima qualifica espaços e sujeitos como indesejáveis e promíscuos. Segundo esse discurso, “a prostituta é o epicentro da contravenção e do crime e a origem de toda desordem” (PESAVENTO, 2001, p.45). A imagem da prostituta é relegada ao estatuto de criminosa, de desordeira, de viciada, o que legitima a sua exclusão. Nesse caso, é a prostituta não elegante, que habitava as “pensões alegres” do bairro das Piabas, que deve ser passível às medidas de exclusão. Nesse sentido, o discurso de moralidade mostrava-se contraditório, porque só atingia as prostitutas de “baixo-calão”.

No final da década de 1950, observamos a atuação do legislativo municipal no sentido de retirar de uma rua central as casas de meretrício. Essa atuação manifestou-se por meio de um requerimento, enviado pelo vereador Evaldo Cruz ao presidente da Câmara Municipal. Na leitura do requerimento n. 1007/57, observamos:

Requeiro, na forma regimental, esta casa, tomando na devida consideração ao memorial em anexo, envio ao Dr. Austregeatlo Ferreira, 1º Delegado de Polícia desta cidade um veemente apelo no sentido de deslocar para outra zona da cidade, as casas de meretrício existentes na Rua Índios Cariris(poente de cima) possibilitando, assim, que as famílias ali residentes

<sup>142</sup> Souza (2006, p.135-145) expõe que, nestes cabarés luxuosos muitos jovens da elite envolviam-se em brigas e confusões, valendo-se do dinheiro e do poder pensavam ficar impunes. Para isso, o autor se utiliza de processos criminais para fundamentar sua afirmação.

<sup>143</sup>Localização do meretrício. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 87, 26 nov. 1938.

possam desfrutar de um clima de segurança de maior respeito e tranquilidade.<sup>144</sup>

A leitura do memorial fornece-nos um indicativo das motivações que levaram o vereador Evaldo Cruz a colocar em discussão na Câmara Municipal um apelo dos moradores da rua, pois esse memorial foi acompanhado de um abaixo-assinado elaborado pelos habitantes da Rua Índios Cariris. Assim consta:

O abaixo-assinado, moradores da Rua Índios Cariris (poente de cima) vem apelar para V. Excia., e demais ilustres membros desta casa, no sentido de solicitarem as autoridades policiais desta cidade a retirada daquela rua de três pensões de meretrício, cujos os ocupantes vêm com conduta amoral e desrespeitosa, tornando insuportável a permanência naquela artéria das inúmeras famílias, que nela residem desde há logo, tempo é de frisar que a Rua Índios Cariris, dada a falta de providências polícias, estar sendo pouco a pouco tomada por pensões de meretrício, existindo, hoje, nada menos de três, quais sejam, Pensão da Morte, Pensão Bom Jesus, além de diversos quartos para a prática do comércio carnal em um beco na mesma rua. Certo de V. Excia., e demais vereadores de Campina Grande levarão em conta o apelo no sentido de sanear a Rua Índios Cariris, firmamo-nos respeitosamente.<sup>145</sup>

Os perigosos, os indesejáveis e, por decorrência, os representados como “anormais”, por não se enquadrarem nos padrões de moralidade constituem o “outro” da sociedade. Pois, “a prostituta é, no caso, a alteridade perversa que, a partir do feminino sem peias, e sem controle, ameaça todo o corpo social” (PESAVENTO, 2001, p.55). Para o vereador Evaldo Cruz, o perigo torna-se mais intenso, porque, além das três pensões: (Pensão da Morte, Pensão São Cristóvão e Pensão Bom Jesus) cujos nomes remetem a santos, a luxúria parecia ser mais forte. A existência dos diversos quartos para a prática do comércio carnal demonstra que os becos têm seu potencial de perigo gravitando em torno *das mulheres de má fama*. Observa-se que a personagem central do bordel é a prostituta, que faz deste local o mais perigoso dos lugares da contravenção que se abriga nos becos e sobre os quais recai toda uma campanha saneadora, como a que pretendia Evaldo Cruz. Alicerçado nas assinaturas dos moradores da referida rua e na justificativa que apresenta a necessidade de sanear a rua, o requerimento foi aprovado e, assim, o Presidente da Câmara Municipal, Manoel Figueiredo, remeteu um ofício ao delegado da cidade, abaixo descrito:

<sup>144</sup> Requerimento n. 1007/57 de 11 de Novembro de 1957, Sala de Sessões da Câmara Municipal. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1957, disponível no arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

<sup>145</sup> Idem.



Sr. Delegado:

Apraz-me transmitir a V. S. o apelo desta Câmara Municipal, no sentido de determinar o deslocamento para outra zona da cidade as casas de meretrício existentes na Rua Índios Cariris( poente de cima), possibilitando, assim, que as famílias ali residentes possam desfrutar de um clima de segurança de maior respeito e tranquilidade<sup>146</sup>.

O jornal *Diário da Borborema* anunciou que seriam extintos os meretrícios localizados na zona da rodagem. A medida se impôs porque esta era uma zona preferida por criminosos e desordeiros. No decorrer da reportagem, explica-se que “fomos informados, ontem que o Delegado de Polícia, bacharel Francisco Maria Filho, empreenderá uma campanha para acabar com os meretrícios que infestam a zona da rodagem (Volta de José) entre o término da Rua Getúlio Vargas e o início de Bodocongó”<sup>147</sup>. Na referente matéria, são postas as justificativas para o empreendimento dessa campanha saneadora:

Como é o conhecimento do público, há muito tempo, vêm sendo cometidos, crimes no referido logradouro, ponto preferido de criminosos e desordeiros. Os forrós ali realizados diariamente trazem intranquilidade aos campinenses moradores nas adjacências, em virtude de ali ser fonte de brigas e reuniões mundanas que abusam do vocabulário de baixo calão.<sup>148</sup>

A retirada das casas de meretrícios e o asfaltamento da rodagem significam “fator de progresso e melhoramento”<sup>149</sup>. As confusões e brigas na zona da rodagem eram frequentes, porque “era um caminho para quem se dirigia ao subúrbio de Bodocongó em busca de diversão em locais como mercearias, bodegas, casas de jogos e cabarés, sendo comuns as desavenças entre os frequentadores destes ambientes e também eram frequentes as visitas de patrulhas policiais ”(SOUZA, 2006, p.168 e 169).

Segundo o discurso das elites, a anormalidade *das mulheres de vida fácil* justificou-se na medida em que “agride” a integridade do núcleo familiar e a estabilidade dos valores, expondo com clareza os perigos do *ethos feminino* se deixado sem controle. Isso se fundamenta já que no “fundo de toda alteração da ordem, contravenção ou crime, havia sempre uma mulher” (PESAVENTO, 2001, p. 55). Anormalidade, contravenção e imoralidade eram os adjetivos atribuídos à prostituta segundo o discurso das elites. Contudo,

<sup>146</sup> Of. 199/1957 de 12 de Novembro de 1957. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1957, disponível no arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

<sup>147</sup> Serão extintos os meretrícios localizados na zona da rodagem. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 220, p. 1, 4 jul. 1958.

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> Idem, Ibidem.

as medidas excludentes recaiam apenas sobre as chamadas prostitutas de baixo nível, que, na maioria das vezes, eram alvo de discursos e medidas de exclusão.

### 3.3- “Um espetáculo Horrível”: ações e discursos da classe dos comerciantes para a exclusão dos mendigos da área central da cidade

No conjunto da reforma urbana realizada em Campina Grande a partir dos anos 30, verificamos a atuação dos comerciantes no projeto de higienização e embelezamento da cidade, a partir da exclusão da mendicância das áreas centrais. Sobre essa questão, um relato impresso no jornal *Brasil Novo* pelo presidente da Associação Comercial, chama-nos a atenção para uma problemática social da cidade:

A comissão alludida pelo prefeito Lafaeytte Cavalcanti oferecendo-se este para sair em companhia do coronel Demosthenes Barbosa, cadastrando os comerciantes que, de livre e espontânea vontade queiram auxiliar aos mendigos sem que elles às suas portas venham interromper suas occupações, e quicçar transmittir à casa de suas famílias o micróbio infeccioso de que se acham contaminados quasi todos pela falta absoluta de hygiene.<sup>150</sup>

A mendicância colocava-se como uma ameaça à saúde pública, pelo perigo do contágio de doenças, mas também constituía um “espetáculo horrível”, que justificava “a ideia de ordenar o socorro aos mendigos que perambulavam pelas ruas (...) a fim de se evitarem tantos males phisicos e moraes que formam o cortejo sinistro em torno da mendicância”<sup>151</sup>. A imagem da mendicância em Campina Grande oferecia um “espetáculo desagradável”. Por isso, movia ações por parte dos comerciantes no sentido de eliminar essa imagem, nisto, se destacou a figura do coronel Demosthenes Barbosa como representante do segmento dos comerciantes<sup>152</sup>. Ele demonstrou todo interesse em lutar contra a presença dos mendigos no centro da cidade, no período em que a cidade ainda não tinha passado pelas reformas em sua área central, o que pode ser observado em telegrama enviado ao então Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo, assim transcrito no jornal *Brasil Novo*:

---

<sup>150</sup> Socorro os mendigos: uma comissão que nos procuraram – um grupo de amigos, a Prefeitura e o commercio-A família campinense. **Brasil Novo**. Campina Grande, n. 13,1 abr. 1931.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Estas informações podem ser consultadas nas Atas das sessões da Associação Comercial de Campina Grande. Localizada na Avenida Floriano Peixoto, Centro- Campina Grande-PB.

“ Em prol dos flagelados”

Ao exmo. Ministro da Aviação foi endereçado pelo comercio local, no dia 1 do mês vigente, o seguinte telegramma:

“ Campina Grande-, 1- Exmo Ministro da Aviação-Rio.

Dolorosa situação em nosso Estado pelo rigor da secca . Bandos de faminto seminus, braços estendidos e quasi ameaçadores, obrigam viajantes parar vehiculos a fim de colher esmolos.

Particulares cotizam-se, prestar-lhes socorro urgentes, receios, receiam queiram invadir villas ou cidades, com direito de fome, cresce a cada dia o número dos sem trabalho. É preciso urgente providencia dictada vosso espírito formado aqui no seio desta terra vossa e dos irmãos aflittisimos.

(a.a) Demosthenes Barbosa, pela Associação Comercial. Lafayette Cavalcanti, pela prefeitura.<sup>153</sup>

O Ministro José Américo era responsável pelo envio de recursos do Governo Federal para amenizar os efeitos da seca no Nordeste, através da Inspeção Federal de Obras Contrás as Secas (IFOCS). O então presidente da Associação Comercial, preocupado com a presença de possíveis flagelados da seca na cidade, solicitou ao ministro uma solução para o caso. Em resposta à solicitação do presidente da Associação Comercial, o ministro José Américo falou “sobre a conveniência da organização de serviços públicos, neste município e adjacências, a fim de evitar o infiltramento nesta de flagelados, a viver da caridade pública”<sup>154</sup>. Havia o temor por parte do comerciante de que a cidade fosse infestada por retirantes, que para sobreviver apelassem para a caridade pública. Houve então uma preocupação em dispensar o feioso, em afastar do centro da cidade os mendigos, como se verifica nos objetivos da comissão que se formou com o apoio dos comerciantes para o socorro aos mendigos, conforme o trecho a seguir:

Socorro os mendigos: uma comissão que nos procuraram – um grupo de amigos, a Prefeitura e o commercio- A família campinense.

E, ainda mais, o prefeito Lafayette poz a disposição da comissão a contribuição da prefeitura, material, policial e moral, accordando que se devia escolher um lugar afastado da cidade em que se localisasse o dispensário citando o Hospital Pedro I, em construção, ou qualquer outro local como seja- o pavilhão que a “Deus e Caridade” estão construindo para abrigo dos mendigos, alem do açude Velho. Pelo que sabemos a policia se encarregaria de jogar os verdadeiros mendigos dos ociosos do momento, cohibir estes e cadastrar aquellos que de facto precisam ser socorridos,

<sup>153</sup> Em prol dos flagelados. **Brasil Novo**, Campina Grande, n.5, 7 fev. 1931.

<sup>154</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata n. 11/32 de 27 de Agosto l de 1932.

assim como extinguir de vez a mendicância do centro da cidade, como se faz toda *urbs* civilizada.<sup>155</sup>

A comissão, que tinha o interesse de extinguir a mendicância das ruas centrais, justificava a ação de exclusão do mendigo sob o argumento de que numa *urbs* civilizada não se admite a presença desse sujeito. Percebe-se, desse modo, que erradicar a mendicância significava apenas eliminar os pobres do perímetro de visibilidade. O que demonstra que esta sociedade estava preocupada com imagem negativa que os mendigos poderiam projetar da cidade ao olhar dos ilustres visitantes. Por isso, esta comissão não demonstrou preocupação em re-socializar os pedintes, apenas esperava ver-se distante deles, enclausurá-los em abrigos, como o asilo que estava em construção “Deus e Caridade”.<sup>156</sup> Isso pode ser identificado a partir das deliberações da Comissão:

- a) não permitir a mendicidade dentro da cidade;
- b) varrer das ruas os vagabundos, os desocupados voluntários que se arvoram em esmoleres;
- c) organizar o comissariado voluntário que se deve ocupar da sublime missão de socorrer os pobres<sup>157</sup>.

Entre as funções da Comissão, a eliminação da mendicância do centro da cidade situa-se como a primordial, sob a justificativa de que não é possível a presença dos mendigos entre povos tão civilizados. A imagem do mendigo confunde-se com a de um animal, quando os mendigos vagam pelas ruas, “juncando as calçadas”. Conforme observamos:

Não se deve haver nesta cidade um só que concorde em adiar por mais tempo a permanência dos mendigos vagando pelas ruas, *juncando as calçadas* (grifo nosso), batendo a toda hora em nossa porta, lavrando, assim, o nosso corpo de delicto em que se evidencia o nosso descaso, sendo a maior humilhação por que se faz passar o mendigo publicamente. Os povos civilizados não o permitem<sup>158</sup>.

A cruzada contra a mendicância significava o combate ao que manchava a imagem de cidade civilizada, mas também significava um ato de caridade para com os pobres, como afirma a última deliberação da comissão. Esse ato de caridade era necessário para afastar dos olhos das elites sujeitos tão “sujos” e “feios”. Essa imagem horripilante da mendicância foi

<sup>155</sup> Socorro os mendigos: uma comissão que nos procuraram – um grupo de amigos, a Prefeitura e o comércio-A família campinense. **Brasil Novo**, Campina Grande, n. 13,1 abr. 1931.

<sup>156</sup> Atualmente a entidade funciona à Rua Paulo Frontin, 204- Catolé - Campina Grande – PB.

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Socorro os mendigos: uma comissão que nos procuraram – um grupo de amigos, a Prefeitura e o comércio-A família campinense. **Brasil Novo**, Campina Grande, n. 13,1 abr. 1931.

também enfatizada pelo jornal *Brasil Novo*, que também destacou o perigo do contágio que eles representam. Assim considera:

#### Indigentes e menores abandonados

Um dos quadros mais tristes da vida da cidade é o que presenciamos diariamente: homens e mulheres, entre os quais cegos e aleijados, a pedirem esmolas pelas portas e transuentes, dando-nos um attestado de que quanto aos poderes públicos se descuram desse mal, fácil de ser extinto, como tem acontecido em outros centros, talvez menos adiantado do que o nosso. Verdade é que entre tantos indigentes que infestam as ruas, notadamente as sextas-feiras, figuram homens e mulheres aptos ao trabalho, mas que encontram na caridade pública um meio mais cômodo de subsistência. Quanto a estes não será difícil a polícia extingui-los, applicar-lhes o necessário remédio. Para os outros, os verdadeiros indigentes, os poderes competentes deveriam lançar suas vistas protetoras, internando esses infelizes nos hospitais ou casas de misericórdia, onde seja possível o trato da saúde, pois em geral são cheios de feridas e moléstias contagiosas. É impossível sanear uma cidade, higienisal-a (sic), sem afastar das ruas os cancerosos e outros doentes de males comunicativos<sup>159</sup>.

A presença dos mendigos em estabelecimentos comerciais parece ter motivado a atuação dos comerciantes nas campanhas de caridade, que foram intensas, durante a década de 30, o que pode ser verificado na mesma edição do jornal *Voz da Borborema*, quando assinalou os membros da comissão central, encarregada de organizar as campanhas de caridade, os quais são assim descritos:

Também se constituiu uma comissão central assim: presidente João Araújo (da Associação comercial); vice-se presidente Lino Fernandes (do Rotary Club); secretário Hildebrando Leal (dos operários catholicos; tesoureiro, Arnaldo Albuquerque (Rotary Club); Agenor Gomes, (Associação dos Retalhistas); Júlio Monte (da Associação dos empregados do comércio); Luiz Gil (do O Rebate); Mauro Luna (D. Voz da Borborema). Para este mez trez (sic) benefícios estão sendo preparados, no dia 19, a venda violeta no dia 25, uma festa em Lagoa Secca no dia 26, um beneficio no cine Capitólio em duas sessões<sup>160</sup>. Neste sentido, a festa da violeta, promovida pelos que em Campina Grande se interessam pela sorte das classes soffredoras, deu um resultado acima de toda expectativa; assim é que se obteve a admirável receita de 5.365\$700 em beneficio do nosso asylo de mendicidade. Também foi satisfatório o êxito alcançado, segunda-feira no Capitólio, onde se levou a tela um film com a idêntica finalidade.<sup>161</sup>

<sup>159</sup> Indigentes e menores abandonados. **Brasil Novo**. Campina Grande, n. 1, p.3, 10 jan. 1931.

<sup>160</sup> Campanha de caridade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 1, p.3, 16 jul. 1937.

<sup>161</sup> Campanha de caridade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 1, p.3, 16 jul. 1937.

Para fortalecer as entidades assistenciais, o segmento dos comerciantes passou a atuar efetivamente nas campanhas de caridade<sup>162</sup> em prol da mendicância em geral, ou seja, sem a distinção de velhos, adultos ou crianças. Além da contribuição em dinheiro às entidades assistenciais, os comerciantes atuavam nessas campanhas através da participação em festas sociais, organizadas principalmente pela Igreja Católica local. Entre os tipos de festas, tinha-se a Festa da Violeta, almoços, jantares e sessão de cinema, com o intuito de angariar fundos para o Asilo de Mendicidade Deus e Caridade, abrangendo a chamada “Campanha da Violeta” que surgiu em 1937, no momento em que as primeiras irmãs sofriam a grande crise, ao receber os velhinhos numa situação de penúria. Por isso, o Rotary Club<sup>163</sup> veio em socorro da instituição organizando essa campanha<sup>164</sup>. Para fortalecer as instituições de caridade, surgiram as campanhas caritativas<sup>165</sup> que tinham como objetivo aumentar a capacidade dos asilos de acolhimento dos mendigos, sendo uma ação que visava racionalizar a esmola, como destaca o jornal *Brasil Novo*:

Os vicentinos empenham-se em amparar a mendicância. Ninguém fará ao nosso povo a angústia de dizer que elle nega uma esmola ao necessitado. Uma coisa, porém, nos falta racionalizar a caridade, organizar inteligentemente a distribuição da esmola. Fazel-a (sic) para explorar a ingenuidade pública e fazel-a (sic) sem olhar a quem e para quem é crime de péssimas consequências. É crime de lesa pátria favorecer o

---

<sup>162</sup> Sobre a participação dos comerciantes em campanhas de caridade, ver: **Brasil Novo**, Campina Grande, 1 abr. 1931; **Voz da Borborema**, Campina Grande, 16 jul. 1937; **Voz da Borborema**, Campina Grande, 11 ago. 1937; **O Rebate**, Campina Grande, 14 jul. 1951.

<sup>163</sup> O **Rotary International** é a associação de Rotary Clubs do Mundo Inteiro. O Rotary é uma organização de líderes de negócios e profissionais, que prestam serviços humanitários, fomentam um elevado padrão de ética em todas as profissões, através da Prova Quádrupla e ajudam a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo. Rotary Club é definido como um clube de serviços à comunidade local e mundial sem fins lucrativos, não é secreto, nem filantrópico ou social. Os rotarianos são sócios de seus respectivos Rotary Clubs, os quais, por sua vez, são membros do Rotary International. O primeiro Rotary Club foi fundado na cidade de Chicago, Estados Unidos, em 1905, pelo advogado Paul Percy Harris e mais três homens de negócios, Gustav Loehr, engenheiro de minas; Hiran Shorey, alfaiat; Silvester Schiele, comerciante de carvão. A Associação Nacional de Rotary Clubs (*National Association of Rotary Clubs*) foi fundada em 1910 e em 1912 seu nome mudou para *Rotary International* em função da admissão do primeiro Rotary Club fora dos Estados Unidos, em Winnipeg, Canadá. Atualmente, existem mais de 1.2 milhão de rotarianos associados a mais de 32.400 Rotary Clubs espalhados por 168 países do mundo. A Fundação Rotária do Rotary International é a principal organização não governamental sem fins lucrativos do mundo, promovendo a paz e a compreensão mundial através de programas internacionais humanitários, educacionais e de intercâmbio cultural. Informações fornecidas pelo site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Rotary\\_International](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rotary_International). Acessado em 23 de fevereiro de 2010.

<sup>164</sup> Estas informações foram fornecidas pelo Instituto São Vicente de Paulo em um breve relato histórico da instituição. Essa campanha continua até os dias de hoje.

<sup>165</sup> Sobre as campanhas de caridade noticiadas nos jornais da cidade, ver: **Brasil Novo**, Campina Grande, 26 jul. 1931; **Brasil Novo**, Campina Grande, 17 fev. 1931; **Voz da Borborema**, Campina Grande, 29 out. 1937; **Voz da Borborema**, Campina Grande, 6 out. 1937; **Voz da Borborema**, Campina Grande, 9 out. 1937; **Voz da Borborema**, Campina Grande, 8 set. 1937; **Voz da Borborema**, Campina Grande, 11 ago. 1937; **Diário da Borborema**, Campina Grande, 17 mar. 1957.

desenvolvimento da lepra e outras doenças contagiosas, cujo os germes os pequeninos, muitas vezes, apanham brincando, pés nus nas calçadas onde transitam os contaminados.<sup>166</sup>

A racionalização da caridade significa uma nova percepção em relação ao ato de esmolar, que se solidifica no século XX enquanto medida de controle e disciplina em relação à pobreza desgarrada. Tendo em vista que a mendicância passa a ser fixada em um mesmo espaço, facilitando, o exercício da vigilância e do controle. Essa racionalização da caridade é denominada de filantropia, “que se anula as relações pessoais de dar e receber, transferindo-as para uma instituição social que pode com muito mais racionalidade controlar a mendicância” (MACHADO, 1999, p.205).

Brescianni destaca que “através das chamadas casas de trabalho e outras instituições em que o objetivo é “acabar com a caridade particular e indiscriminada das pessoas ricas e regular suas vidas pela disciplina do trabalho” (BRESCIANNI, 1994, p.45). Entre as casas de trabalho instituídas na Inglaterra e os asilos campinenses, podemos destacar como ponto em comum o ideal de erradicar a prática particular e indiscriminada de dar esmolas aos pedintes, prática esta considerada um incentivo ao exercício da mendicância e o desejo de controle sobre as classes pobres, muitas vezes, associadas às classes perigosas. No entanto, são divergentes, na medida em que as instituições inglesas se voltam para “introduzir (ou reintroduzir) seres não moralizados à sociedade do trabalho” (BRESCIANNI, 1994, p.45) enquanto que, os asilos campinenses, no caso, o São Vicente de Paulo, priorizava o assistencialismo em termos de acolhimento, vestuário, alimentação e, sobretudo, o aspecto moral e religioso, como deixa bem claro o redator do jornal.

O dispensário ou dispensa dos pobres é uma instituição de caridade cujo o fim é assistir aos mendigos, com alimentação e roupas principalmente. O dispensário vicentino, na medida de posses, como já vem fazendo a Conferência de S. Vicente de Paulo terá primeiro que tudo finalidades moraes e religiosas. Será dirigida pela Conferência vicentina auxiliada por commissões parochiaes e distinctas pessoas da cidade que nos queiram bondosamente ajudar.<sup>167</sup>

O asilo teria a missão de reverter as doações para os acolhidos Assim, em um ambiente fechado e higienizado, se efetivaria a “verdadeira” prática humanitária de ajuda aos pobres, sem a necessidade de manter um contato direto com eles, pois isso seria perigoso, de acordo

<sup>166</sup> Causologia do mal: venhamos ao dispensário. **Brasil Novo**. Campina Grande, n. 27, 26 jul. 1931.

<sup>167</sup> Causologia do mal: venhamos ao dispensário. **Brasil Novo**. Campina Grande, n. 27, 26 jul. 1931.

com o discurso da época. Evidencia-se, no trecho do jornal, que o assistencialismo da instituição identificava-se com a finalidade de educação moral e religiosa, não tendo um projeto de re-socialização para o mercado de trabalho. O jornal *Voz da Borborema*, em matéria sobre o asilo dos pobres, discorre sobre sua importância, afirmando que:

Apesar da larga repercussão que vem tendo a obra de assistência social: nesta terra, é incontestável que ella ainda está a merecer o cuidado e a abnegação dos espíritos bem formados. Conforta-nos e, até nos enche de alegria e desvanecimento, não assistimos mais ao espetáculo doloroso e chocante que nos offerencia a mendicância, invadindo as nossas ruas.<sup>168</sup>

No contexto das campanhas de caridade, podemos observar a atuação das “distintas senhoras” da sociedade campinense, que, a partir de 1940, juntaram-se às irmãs vicentinas através da Associação das Senhoras da Caridade para reforçar a assistência aos idosos abandonados e aos demais trabalhos desta obra. Sobre as “Campanhas da Violeta”, o jornal *Voz da Borborema* destacou:

A festa da violeta, promovida pelos que em Campina Grande se interessam pela sorte das classes sofredoras, deu um resultado acima de toda expectativa. Assim, é que se obteve a admirável receita de 5.365\$700 em benefício do nosso asylo de mendicidade. Também foi satisfatório o êxito alcançado, segunda-feira no Capitólio, onde se levou à tela um film e com idêntica finalidade. O vasto salão estava repleto<sup>169</sup>.

As festas realizadas pelos organizadores das campanhas de caridade atraíam as elites locais; principalmente, os comerciantes, devido ao momento de sociabilidade que esses eventos proporcionavam. Era a oportunidade de ostentação para as elites que adoravam exibir suas melhores roupas e jóias. Além disso, a participação nessas festas significava um ato caridoso, pois, se estaria contribuindo para que as casas assistenciais à mendicância aumentassem suas possibilidades de acolhimento. Os comerciantes não só participavam dessas festas, como também colaboravam na organização delas, como se observa na matéria do jornal *Voz da Borborema*:

Devem-se ainda realizar-se no dia 29 deste uma festa ao lar livre no risonho povoado de Lagoa Secca e mais três festas patrocinadas pela Associação

<sup>168</sup> Asylo dos pobres. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 1, p.3, 16 jul.1937.

<sup>169</sup> Campanha de caridade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n.4, 28 jul. 1937.



Commercial; Associação Beneficentes dos artistas e o Centro dos motoristas, com programação que serão brevemente divulgadas.<sup>170</sup>

O *Voz da Borborema* em 1937 deixa bem claro que “já se encontra mais de uma centena de velhos sob a protecção da Sociedade S. Vicente de Paula” desta cidade<sup>171</sup>. Como se quisesse expressar que o problema da mendicância em Campina Grande tinha sido solucionado. No entanto, observamos em contraponto a esse discurso a resistência dos mendigos e sua insistência em permanecer nas ruas centrais. A permanência dos mendigos nos espaços centrais da cidade nos anos seguintes às campanhas de caridade é visível, pois identificamos o uso de estratégias por parte dos comerciantes para erradicar a mendicância no início da década de 50. Dessa forma, a Associação Comercial de Campina Grande, reconhecendo a importância de colaborar com as campanhas de caridade, discutiu em reunião a possibilidade de prestar apoio ao serviço assistencial da diocese. Essa reunião ocorreu no dia 15 de fevereiro de 1951 e se encontra registrada no livro de atas da entidade:

O presidente explica que o motivo da sessão seria o de atender a uma solicitação do serviço diocesano de assistência social, para patrocinar um concurso que tencionaria levar a efeito, a fim de pôr em ordem, a (de) regularizar a situação financeira daquele movimento, atualmente, registrando déficits constantes, que em face da arrecadação inferior aos seus gastos. Ficou assertado, depois de discutido, que a associação estaria pronta a patrocinar o movimento para a realização do concurso “Rainha do Comércio” pondo a sua sede à disposição da direção que fosse dada ao certamente, para as suas reuniões. Ficou, a seguir, constituída a seguinte comissão: João Rique Ferreira, Luiz Soares, Mario Barbosa, Aduauto Ribeiro, Irmã Bernadete, Dona Alda Pinto (...). O presidente congratulou-se pelo bom êxito do ato, adiantando que a Associação Comercial teria, ou melhor, sentia-se satisfeito em patrocinar um movimento, cujos resultados seriam melhorar a situação de serviço que tanto tem melhorado o aspecto de nossa cidade, hoje quasi (sic) sem pedintes pelas ruas<sup>172</sup>.

Será que Campina Grande estava quase sem pedintes, como afirmou o presidente da Associação Comercial? Quais os interesses motivaram o presidente da entidade a pronunciar essa afirmação? Em primeiro lugar, havia desejo de construir uma imagem positiva da cidade. Em segundo lugar, a intenção de valorizar a atuação do Serviço Diocesano de Assistência

<sup>170</sup> A campanha de caridade e o franco êxito alcançado pelos promotores. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 8, 11 ago. 1937.

<sup>171</sup> Campanha de caridade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 16, p.8, 8 set. 1937.

<sup>172</sup> Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata 3/1951, 15 de Fevereiro de 1951, p.5.

Social no tocante à erradicação da mendicância, para justificar o apoio financeiro a esta instituição, de modo que esta pudesse continuar seu trabalho. Mas, afinal, se a cidade já estava quase sem pedintes, por que patrocinar o Serviço Diocesano de Assistência Social? São as contradições de um discurso, que, muitas vezes, se ofusca pelo discurso caritativo. Diferentemente do que imaginava o presidente da Associação Comercial, a mendicância ainda era um problema na cidade, pois, o jornal *Evolução* publicou em sua coluna “A cidade e seus problemas”, no mês de julho 1958, uma matéria intitulada “a cidade dos perebentos” para designar a cidade de Campina Grande, que tinha suas ruas centrais marcadas pela presença da mendicância. Sobre este aspecto considera:

Nossas ruas continuam infestadas de pedintes que, exibem aos transeuntes às horríveis feridas de que são portadores; faz até medo andar em Campina Grande, pois corre-se o risco de uma completa perda de apetite, com os consequentes desarranjos orgânicos. Por todo o lado, o que se vê são as pernas estendidas, cobertos não mais de andrajos, porém horrorosas perebas que ferem profundamente a sensibilidade das pessoas. Tal estado de coisas não pode continuar, sob pena de a Rainha da Borborema ganhar um novo epíteto: “A cidade dos perebentos.”<sup>173</sup>

“A cidade dos perebentos”. Eis a imagem de Campina Grande que fez com que se tivesse até medo de andar na cidade. Por que em tão pouco tempo Campina, que estava quase sem pedintes, agora estava infestada de mendigos? Essas afirmações antagônicas sobre a cidade demonstram as intencionalidades dos discursos. “Discurso que não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10). Esse discurso, apresentado pelo jornal leva-nos a questionar: se estamos na década do desenvolvimentismo, a década de 50, por que há pedintes pelas ruas? A insistência dos pedintes em permanecer pelas ruas centrais da cidade simboliza as contradições do discurso de modernização e desenvolvimento econômico enfatizado pela imprensa local e pelos comerciantes, evidenciando as diferenças entre a cidade ideal e a cidade real, onde a presença da mendicância é o sinalizador das desigualdades sociais; da dificuldade em concretizar os projetos de higiene e estética urbana, e demonstra, principalmente, que a modernização e o crescimento econômico não eram uma realidade para estes campinenses. Eis abaixo, uma

---

<sup>173</sup> A cidade e seus perebentos. *Evolução*. Campina Grande, n. 3, p.3, 15 á 21 jun. 1958.

imagem (foto 08) que sinaliza os aspectos do cotidiano campinense, que se contrapõem ao discurso de modernidade e progresso.

Foto 08



A mendicância em Campina Grande

Essa imagem, publicada pelo *Diário da Borborema*, fornece-nos um indício da contradição dos valores urbanos de modernização, higiene e estética urbana, sinalizando um cotidiano dramático e distante do mundo idealizado pelas elites campinenses. Ademais, observamos a resistência das pessoas excluídas que se comportavam de forma diversa da pretendida pelo discurso urbanista e faziam do espaço urbano ambiente de lutas e conflitos cotidianos, a exemplo da história da mendiga Joana, ou a “Rainha Joana”, como denominou Cristino Pimentel, que analisou o problema da mendicância na cidade e elaborou imagens sobre ela. Em tom lírico, pontuou que, por muito tempo, “presenciamos um caso de abandono que angustiou o nosso coração: o da “Rainha Joana” flôr que murchou no galho da vida, sem ser colhida, e sem o contato que doira a vida o viver das criaturas na terra, que é o de sentir possuída e afagada para a perpetuação da espécie” (PIMENTEL, 1958, p.156).

A imagem abaixo (foto 09) nos faz questionar: qual o significado da Rainha Joana no contexto da cidade higiênica e moderna? A “Rainha Joana” com suas vestes brancas e seus adereços extravagantes, pousando para a foto, é, segundo o discurso do cronista, exemplo da marginalização social. Mendiga e louca são os atributos dessa personagem que fez da rua, seu espaço de vida privada. Esse uso do espaço público, no caso, a rua, sinaliza que “os usos que os habitantes fazem do espaço urbano não é coerente com o espaço organizado pelos

planejadores do espaço, leiam-se poder público, engenheiros, arquitetos, urbanistas” (CERTEAU, GIARD, MAYOL, 2004).

Foto 09



A “Rainha Joana”

Representada sob o signo da anormalidade, devido aos atributos de pobreza e de loucura, a Rainha Joana é o símbolo de que “A cidade é poetizada pelo sujeito: este a re-fabricou para o seu uso próprio desmontando as correntes do aparelho urbano” (CERTEAU, GIARD, MAYOL, 2004, p.37, p.45). Nessa cidade, a personagem Joana agia de acordo com suas conveniências, burlando os códigos de disciplina para o uso desse espaço. Assim, Joana e muitos mendigos insistiam em fazer da rua, símbolo máximo de espaço público, espaço privado para as lutas, descanso, confusões, conversas. Enfim, fazia um uso diverso da rua. Nesse ambiente, reformado e higienizado, os mendigos persistiam em fazer parte de um palco, para o qual não foram convidados, pelo contrário, não raro eram as estratégias utilizadas para a sua exclusão, devido a sua aparência, assim descrita pelo cronista:

Temos a impressão, percorrendo-se as ruas, de que são desprezados todos os que trazem consigo uma chaga e vivem mendigando. E, não mentimos, nem exageramos, afirmando isto. Ali, pousa um negro velho manco, estirando a mão, pedindo com hipocrisia uma esmola invocando o nome de Jesus.

Acolá , um ceguinho atacado de amarelidão, mostrando uma pequena bacia para receber um óbulo , em um batente sentada, uma pobre moça, jogada na rua por um desalmado, pálida, sífilítica, abandonada pela municipalidade, que não dá um passo para extinguir a mendicância, pedindo auxílio par acalmar o estômago, e as chagas que lhes tomam o corpo... Em outra esquina, de pé um espectro parecido com um homem, escondendo com o lenço imundo o câncer que lhe corroí o mento, esmolando porque não pode trabalhar. A chaga que o infelicita torna o repelente, e se lhe dão uma esmola, o fazem de longe, com medo do contato, porque canceroso, com a ferida à mostra, não causa só piedade, mas também horror.

E, por onde quer que passemos, deparam-se nas várias de outras espécies de infelizes, inclusive crianças, todas valendo-se da caridade da rua, sem que ninguém venha em seu socorro. Em tempos de campanhas políticas, alguém ousa olhar para essa gente com piedade, e promete, e promete, e promete muito grandes melhoramentos, se o doente traz no bolso um título de eleitor (PIMENTEL, 1958, p.155).

Cristino Pimentel descreve algumas imagens da mendicância, diferente das belas palavras que usou para qualificar a Rainha Joana, o tom áspero e frio predomina no corpo narrativo. Assim, temos a imagem de doente canceroso que torna o homem quase irreconhecível, a ponto de ser confundido com um espectro, algo que o aproxima de um monstro. Diante do canceroso, o medo do contágio prevalece. Assim, o mendigo torna-se repelente aos olhos e ao corpo saudável, de maneira que, dois sentimentos se confundem: a compaixão e o horror. O horror justifica-se porque na sociedade moderna, marcada pelos valores da beleza, da saúde, do perfume e da riqueza, o mendigo carregava em si os adjetivos opostos, por causa disso, era visto como o diferente. A disposição da pobreza no espaço urbano assume, no discurso dominante, a forma de espetáculo. Segundo Maria Clara Machado, esse espetáculo provoca medo, compaixão e repugnância em relação aos sujeitos que invadem as principais ruas da cidade. Assim descreve a autora:

O espetáculo da miséria que diariamente reflete o medo da ameaça social emanada por “esses intrusos” que invadem as principais ruas. Espetáculo sinistro da mendicância, recortado pela força da multidão que travestida da indigência, arrasta-se como uma onda de mendigos. A luz do dia, expõem suas chagas , sua preguiça; ás sombras da noite, no perambular das ruas desertas, magote de moleques são identificáveis pela devassidão de suas atitudes imorais ( MACHADO, 1999, p.191).

O acolhimento dos mendigos pelas instituições assistenciais legitimou-se pelo medo da ameaça social, pois historicamente os pobres sempre alarmaram as elites, não sendo apenas uma questão de imposição dos valores urbanos projetados pela modernização. Isso se explica pelo temor das revoltas populares e pela associação entre mendicância e violência urbana.

Além disso, “a mendicância, por si só, já é um grave problema social, que constrata com o progresso e a ordem, mas grave é a presença dos hanseníaticos que atormenta não por viver da caridade pública, mas pelo aspecto físico e pela ameaça do contágio” (MACHADO, 1999, p.192). O desejo de se livrar do incômodo de presenciar o mendigo doente explica-se pela percepção de que “o mendigo hanseníatico se encena pelas ruas montando a cavalo, estendendo seu chapéu a caridade pública, deixando à mostra de sua doença, o seu aspecto repugnante causa alarme na população” (MACHADO, 1999, p.192 e 193).

Essa aparência dos mendigos remete à discussão sobre o valor da higiene corporal na sociedade moderna, marcada pelos valores da aparência, onde o ver e o olfato, dizem muito sobre o *status* do indivíduo. Dessa forma, tem-se a importância do banho e da higiene corporal como um todo, principalmente a partir do século XIX. Por outro lado, ser *sujo e mal cheiroso* indica que o indivíduo é pobre, havendo uma associação entre sujeira e pobreza<sup>174</sup>. No caso dos mendigos, a falta de banho servia para justificar a imagem de elemento sujo, uma vez que “uma limpeza é a base da higiene, pois consiste em afastar de nós toda a sujidade, e por conseguinte, todos os micróbios” (VIGARELLO, 1996, p160). A representação do mendigo enquanto elemento sujo e fedorento indica que “transportam os germes de todas as doenças para sua infelicidade e de todos aqueles que se aproxima” (VIGARELLO, 1996, p.162-163). A imagem que se tem dos pobres nos discursos higienistas é a da sujidade. Isso se exemplifica na consideração de que “há 50 vezes mais micróbios na casa de um pobre do que um mar de esgoto infecto” (VIGARELLO, 1996, p.161). A partir dessa percepção, surgem várias medidas para corrigir a sujidade do pobre com o objetivo de regenerar esses corpos doentes. De acordo com Vigarello, “a higiene do pobre se justifica pela ordem e saúde, e para dar força e vitalidade aos operários que não tomam banho. A higiene contribui para manter o indivíduo saudável e, conseqüentemente, mais produtivo” (VIGARELLO, 1996, p.117). Nessa perspectiva de análise, as práticas de higiene como lavagem das mãos, da boca, e a assepsia de todo o corpo tornam-se uma marca identitária da cultura, não apenas da burguesia, mas de toda a sociedade ocidental.

Essa premissa de exclusão do outro, do feio e do sujo remonta à discussão sobre o papel da eugenia na configuração de práticas e discursos que objetivam a regeneração da sociedade por meio da eliminação do “inferior”. A eugenia seria um “movimento científico e social, que tem o objetivo do aprimoramento da raça humana e preservação da pureza de determinados grupos” (STEPSA, 2005, p.25). “Construir o super-homem e perseguir a pureza da raça através

---

<sup>174</sup> Corbin (1987) faz uma discussão interessante sobre a relação sujeira e pobreza, no qual o pobre é representado sob o estigma da sujeira.

da eugenia foi uma obstinação de muitas nações. Sob os mais diversos argumentos segregaram, mutilaram e executaram milhares de pessoas em todo o mundo” (DIWAN, 2007, p.13). Pietra Diwan destaca o ideal de “purificar a raça. Aperfeiçoar o homem. Evoluir a cada geração. Se superar. Ser saudável. Ser belo. Ser forte. Todas as afirmativas anteriores estão contidas na concepção de eugenia. Para ser o melhor, é preciso derrotar o mais fraco pela concorrência” (DIWAN, 2007, p.21). Saúde e estética são os valores primordiais de nossa sociedade, uma vez que são valorizados os corpos considerados saudáveis e belos:

Ter saúde significa poder comprar medicamentos de última geração fórmulas diferentes para novos modos de viver, métodos de movimentação corporal, exercícios físicos e uma vasta rede de serviços e de técnicas para o bem-estar físico. O corpo saudável adquiriu valor de mercado na sociedade capitalista, na qual parece que quanto mais se adquire saúde, mais sucesso tem (DIWAN, 2007, p.11).

A estética constitui outro valor da sociedade moderna no qual se verifica “a tentativa de se obter uma boa aparência ou ‘corpo perfeito’ vincula-se, dessa forma, não somente à auto-estima: o sucesso pessoal e a perspectiva de um novo emprego estão ligados à boa aparência” (DIWAN, 2007, p.13). Tal perspectiva de exclusão do “inferior” e confinamento dos chamados “diferentes” em instituições de caridade representa a influência do pensamento eugênico e significa um tipo de assistencialismo que não contribui para dignificar o ser humano, mas sedimentar imagens depreciativas do pobre. Para o médico brasileiro Renato Kehl,<sup>175</sup> maior expoente do eugenismo no Brasil:

ser feio não atenta somente contra um problema estético. As dicotomias doença-saúde, sujo-limpo, feio-belo, anormal-normal são confrontadas com a intenção de perceber qual o discurso do olhar se constitui para delimitar as ações do “outro”. A fealdade transforma-se em anormalidade e morbidez, impossibilitando a saúde do indivíduo (DIWAN, 2007, 139).

Enquanto feio e sujo, o mendigo, na ótica do discurso higienista e eugenista, torna-se digno de exclusão e confinamento nas casas de caridade. Essa concepção legitimou os discursos e ações de exclusão do considerado “inferior” sob a justificativa da regeneração da sociedade, no que se refere à saúde, à estética e à moralidade. Dessa forma, para as elites campinenses, era importante o distanciamento em relação aos mendigos, devido ao perigo do

---

<sup>175</sup> Diwan (2007) dedica-se, no último capítulo ao estudo do pensamento do médico Renato Kehl (1889-1974), maior defensor da eugenia no Brasil.

contágio. O isolamento e ocultamento<sup>176</sup> dos mendigos no asilo da cidade era uma solução urgente. Para isso, as campanhas de caridade<sup>177</sup> tornaram-se meio possível para aumentar a capacidade de acolhimento do asilo da cidade. Essas campanhas tinham o apoio financeiro dos comerciantes, dos políticos e da imprensa, que, em conjunto, passaram a conclamar a participação da sociedade em geral no sentido de eliminar a “mancha negra” da cidade.

### **3.4- Descrições de fealdade: discursos e ações do poder público municipal na exclusão do mendigo das ruas centrais da cidade**

Nesse movimento de remodelação estética da cidade, os mendigos eram vistos como os indesejáveis, por causa do aspecto sujo e doentio de seus corpos, que não eram condizentes com o ambiente reformado, embelezado e modernizado. Em uma matéria do jornal *Brasil Novo*, podemos observar a ação de exclusão do mendigo das ruas centrais, quando o prefeito na época.

Lafayette pôs à disposição da comissão a contribuição da prefeitura, material, policial e moral, acordando que se devia escolher um lugar afastado da cidade em que se localizasse o dispensário citando o Hospital Pedro I, em construção, ou qualquer outro local como seja- o pavilhão que a “Deus e Caridade” estão construindo para abrigo dos mendigos, além do açude Velho<sup>178</sup>.

Na referida matéria, explica-se que a finalidade da ação “é extinguir de vez a mendicância do centro da cidade, como se faz toda *urbs* civilizada”. A presença dos mendigos parecia incomodar as elites, pelos menos, esta é a visão que nos passa o articulista do jornal *Brasil Novo*, o próprio título “Mãos postas” já fornece um indicativo disto: “se ficamos em nossas casas, duas mãos postas pelas portas a nos pedir pelo amor de Deus uma esmola, para matar a fome. Se vamos à rua, as mesmas mãos a nos implorar o socorro para uma família que estorce por entre as aspiras da fome devoradora. E, se temos que ir mais

---

<sup>176</sup> Pesavento (2001) analisa o processo de exclusão dos sujeitos indesejáveis da sociedade de Porto Alegre no momento em que a cidade passava por transformação em estrutura material. Esses sujeitos, tais como prostitutas, vadios, criminosos, segundo a autora, sofreram um processo de exclusão, ocultamento, constituindo o lugar do outro, do indesejável.

<sup>178</sup> Socorro os mendigos: uma comissão que nos procuraram – um grupo de amigos, a Prefeitura e o comércio- A família campinense. **Brasil Novo**. Campina Grande, n. 13,1 abr. 1931.



longe!!”<sup>179</sup>. É impossível sanear uma cidade “sem afastar das ruas os cancerosos e outros doentes de males comunicativos”<sup>180</sup>.

A formação de uma Comissão Central encarregada de promover as campanhas de caridade em prol do Asilo de Mendicidade Deus e Caridade, segundo o jornal *Voz da Borborema*, contou com a participação dos diferentes segmentos sociais, que constituíram a comissão de honra formada pelo:

Prefeito Vergniaud Wanderley, José de Medeiros Delgado, delegado, Drs. Juízes de Direito José de Farias e Júlio Ribeiro; Cel. Demosthenes Barbosa; presidente do Conselho Municipal. Assim, não há dúvida sobre o êxito da feliz iniciativa que há de dar aos nossos pobres dias de mais conforto e tranquilidade<sup>181</sup>.

A adesão do prefeito Vergniaud Wanderley às campanhas de caridade que estavam sendo organizadas em benefício do Asilo de Mendicidade Deus e Caridade evidencia que o poder público municipal estava “movido pelos mais acendrado espírito de caridade, trabalhando a bem da pobreza desamparada, movimentando-se no sentido de melhorar as condições do asilo.”<sup>182</sup> Em relatório de sua primeira administração, entregue à Câmara Municipal de Campina Grande no ano de 1936, Vergniaud Wanderley expressou as ações desenvolvidas em favor do embelezamento e higienização da cidade, através da exclusão dos sujeitos marcados pela sujidade e feiosidade; entre eles, os indigentes, doentes e loucos. Conforme a descrição: “esta administração, constantemente, não se tem eximido de prover o transporte por via férrea, de indigentes, doentes e loucos e vários outros, que, em tempo de crise, precisam procurar trabalho em outras localidades.”<sup>183</sup> O fato de o prefeito ser membro de honra da Comissão Central simboliza um indício da sua intenção de ajudar aos necessitados mendigos para estes pudessem ser acolhidos no asilo de mendicidade Deus e Caridade, pois nesse ambiente seriam atendidos com “alimentação e roupas e também com lições morais e religiosas”<sup>184</sup> Uma vez acolhidos no dispensário, não voltariam a infestar as ruas, as praças e as portas das igrejas e lojas. Dessa forma, para o mentor da remodelação do centro da cidade,

<sup>179</sup> Mãos postas. **Brasil Novo**. Campina Grande, n. 3, 24 jan. 1931.

<sup>180</sup> Indigentes e menores abandonados. **Brasil Novo**. Campina Grande, n. 1, 10 jan. 1931.

<sup>181</sup> Campanha de Caridade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 1, 16 jul 1937.

<sup>182</sup> O Asilo. **Voz da Borborema**. Campina Grande, n. 1, 16 jul 1937.

<sup>183</sup> Relatório oficial apresentado à Câmara Municipal referente ao período da administração Vergniaud Wanderley de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1936. Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande.

<sup>184</sup> Causologia do mal. **Brasil Novo**. Campina Grande, n. 27, 26 jul. 1937. Nesta matéria o Jornal destaca as finalidades do dispensário dos pobres ou asilo de mendicidade a ser instalado na cidade, entre os objetivos estaria a assistência alimentar e vestuário e, principalmente, essa instituição terá *finalidades morais e religiosas*.

nada mais interessante que coibir a presença desses sujeitos indesejáveis nos símbolos de modernização, como a Praça Clementino Procópio, a Rua Maciel Pinheiro, a Avenida Floriano Peixoto, o Grande Hotel, etc.

Nas páginas do *Voz da Borborema*, observamos a mensagem de agradecimento transmitida pela Superiora do Asilo de Mendicidade, Irmã Galzy, a todos que colaboraram com a Campanha de Caridade, entre estes, destaca:

A ação do Sr. Cunha Lima que tem sido incansável, usando seus esforços à Campanha da caridade. O Sr. Prefeito Bento de Figueiredo, pela bondade, com que nos tem colaborado. Sim, é tão doce lembrar-se nas horas de tristeza, de dificuldades, que há velinhos e crianças que todos os dias pedem a Deus melhores bênçãos para aqueles que lhes fazem o bem<sup>185</sup>.

Em tom religioso, a Irmã sempre enfatiza as recompensas que se tem de Deus quando se ajuda crianças e velinhos, desamparados e indefesos; a estes sim, é louvável toda a iniciativa de caridade. O outro que recebe a ajuda é o coitadinho, pobrezinho, que não teve sorte na vida. Essa é a imagem do mendigo, pobre e sofredor, a quem todo bom cristão deve socorrer. Observa-se a caridade como sendo uma ajuda aos pobres necessitados, aos sujeitos indefesos e vítimas da própria sorte. Nesse contexto, o prefeito Bento Figueiredo<sup>186</sup> parecia compreender bem o espírito de solidariedade humana, como ressalta a superiora do Asilo de Mendicidade Deus e Caridade em nota no jornal *Voz da Borborema*:

A superiora deste asilo torna público, por nosso intermédio, que a importância de 300\$00 (sic) por quanto foi arrematada a primeira lata d'água quando da inauguração dos chafarizes nesta cidade, e oferecida ao mesmo asilo pelo Bento de Figueiredo, vai ser destinada à compra de bancos para o novo refeitório dos pobres abrigados na referida casa de caridade. Disse agradecer mais uma vez ao gesto generoso do Sr. Bento de Figueiredo, que reconhece ser um devotado amigo dos necessitados e rogar a Deus por sua felicidade<sup>187</sup>.

Esse tipo de caridade relaciona-se com sentimento de compaixão aos desfavorecidos, própria do espírito cristão. Ademais, revela que o ato caridoso envolve uma teatralização do poder e o desejo de perpetuar uma imagem positiva perante os eleitores, uma vez que a

<sup>185</sup> Agradecimentos. *Voz da Borborema*. Campina Grande, n. 52, p. 3, 23 jul. 1938.

<sup>186</sup> Devo destacar que o prefeito Bento de Figueiredo era irmão do dono do jornal *Voz da Borborema*, Acácio de Figueiredo, o que justifica também a imagem positiva deste ao longo de muitas matérias exibidas pelo jornal. Sobre essa informação conferir *Evolução*, p. 6, 5 a 11 nov. 1959. Em nota sobre o falecimento do Dr. Acácio de Figueiredo, o jornal faz um resumo biográfico deste, e comenta que ele era um dos fundadores e diretores do jornal citado.

<sup>187</sup> Asilo S. Vicente de Paulo. *Voz da Borborema*. Campina Grande, 18 mar. 1939.

caridade se manifestou no momento festivo da inauguração dos chafarizes da cidade, onde o grande público se fazia presente. Mas, também estava agindo de acordo com muitos apelos pronunciados por parte da imprensa, que se posicionou a favor da remoção dos mendigos do centro da cidade e o próprio jornal *Voz da Borborema* deixava bem claro que aumentar as possibilidades de acolhimento do asilo era importante para não “presenciar o espetáculo doloroso e chocante, que nos oferecia a mendicância.”<sup>188</sup>

A atuação do poder público no auxílio às instituições de caridade ocorreu por meio das subvenções mensais<sup>189</sup>, das quais é reservada uma parte do orçamento para as despesas com assistência social. A prefeitura, nesse caso, não desenvolve programas sociais, mas contribui para a manutenção das obras assistenciais desenvolvidas pelas entidades sociais. “Estas subvenções não refletiam uma política assistencial coerente. O repasse de verbas oscilava ao sabor da corrente política no poder” (MACHADO, 1999, p. 203). A política de subvenções adotada pelo poder público municipal legitimava-se na percepção de que “o repasse às instituições de caridade é muito mais vantajoso para o poder público e menos oneroso que assumir o compromisso de assistência social pública (MACHADO, 1999, p. 203 e 204). Assim, o Projeto de Lei n. 11, de 10 de Dezembro de 1947,<sup>190</sup> “autoriza o prefeito municipal a aumentar a subvenção do Asilo São Vicente de Paulo de 2,000 (cruzeiros) para 4,000 (quatro mil cruzeiros).” O parecer favorável à aprovação do projeto justifica-se considerando “os benefícios que a população recebe do Asilo S. Vicente”. Outras entidades assistenciais, como a Casa da Criança Dr. João Moura<sup>191</sup>, o Departamento de Amparo à Velhice da Igreja Evangélica Congregacional<sup>192</sup>, Lar do Garoto Campinense<sup>193</sup>, Fraternidade Espírita Luz e Verdade<sup>194</sup> e Assistência Social da Assembleia de Deus<sup>195</sup> receberam subvenções do governo municipal ao longo do tempo.

---

<sup>188</sup> O Asilo . *Voz da Borborema*. Campina Grande, n. 1, 16 jul. 1937.

<sup>190</sup> Projeto de Lei n. 11, 10 de Dezembro de 1947. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1947, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

<sup>191</sup> Lei n. 534 de 23 de Julho de 1955, concede aumento da subvenção à Casa da Criança Dr. João Moura. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1955, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

<sup>192</sup> Lei. 367 de 27 de Abril de 1953 concede auxílio mensal ao Departamento de Amparo à Velhice da Igreja Evangélica Congregacional. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1953, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

<sup>193</sup> Lei 38 de 27 de Dezembro de 1959 concede um auxílio de 100.000,00 cruzeiros ao Lar do Garoto Campinense. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1959, disponível no Arquivo na Procuradoria Geral de Campina Grande.

<sup>194</sup> Lei. 464 de 11 de Fevereiro de 1955 libera doação de um terreno à Fraternidade Espírita Luz e Verdade. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1955, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

Desse modo, o poder público municipal, entendia estar colaborando com a diminuição dos problemas sociais, gerados pela pobreza extrema de uma parte da população. Em ofício remetido ao presidente da Câmara municipal, o Bispo Diocesano e Diretor do Serviço Diocesano de Assistência Social, D. Anselmo Pietrulla, solicitou o aumento da subvenção a esta entidade, argumentando que esta atuava no combate à mendicância.

O Serviço Diocesano de Assistência Social remete ao Presidente da Câmara Municipal um requerimento solicitando a aprovação de um Projeto de Lei que aumente a subvenção à entidade de 4.000,00 para 7.000, 00 cruzeiros. Assim, observamos o discurso do Bispo Diocesano e diretor da entidade D. Anselmo Pietrulla:

Não ignora V. S, nem mesmo os demais vereadores de Campina Grande, os benefícios que o Serviço Diocesano de Assistência Social, tem prestado a nossa população, o trabalho árduo de extinguir a mendicância em nossa cidade. Assim, é que atualmente este serviço vem mantendo cerca de trezentas e cinquenta famílias, sem que as contribuições recolhidas para tal fim, tornam-se insuficientes para tanto.

Mesmo dessa maneira, transpondo obstáculos mais sérios, temos conseguido manter o Serviço Diocesano de Assistência Social, e a prova disso, é que não mais se contempla em nossas ruas o espetáculo degradante de outrora, quando legiões de mendigos esmolavam pela cidade.

A título de ajuda, a prefeitura municipal está concedendo mensalmente a este serviço a importância de Cr\$ 4.000,00. Mas, em face do número sempre crescente de beneficiados pelo nosso serviço, faz-se mister uma maior colaboração dos poderes públicos, viemos solicitar que seja fixada pela Câmara Municipal de Campina Grande, uma subvenção de 10.000, 00 (dez mil cruzeiros) para o Serviço Diocesano de Assistência Social, a fim de que no futuro, não sofra esta obra assistencial qualquer solução de continuidade. Esperamos sermos atendidos, subscrevemos-nos com elevada estima e muita distinta consideração ( D. Anselmo Pietrulla)<sup>196</sup>

O bispo diocesano afirmou que “não mais se contempla em nossas ruas o espetáculo degradante de outrora”, referindo-se à presença da mendicância. Contudo, esse discurso é passível de questionamento na medida em que o objetivo de tal afirmativa era justificar a eficiência da entidade para conseguir o aumento da subvenção do governo municipal. Porém, segundo *O Momento*, “as nossas ruas estão cheias de mendigos, mas tanto, como antes da campanha encetada por D. Anselmo Pietrulla, mas quanto o bastante para dar a Rainha da

<sup>195</sup> Lei n. 32 de 16 de Março de 1959, libera doação de um terreno à Assistência Social da Assembléia de Deus. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1959, disponível no Arquivo na Procuradoria Geral de Campina Grande.

<sup>196</sup> Ofício do Serviço Diocesano de Assistência Social (D. Anselmo Pietrulla) de 27 de Novembro de 1950. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1950. Disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

Borborema um triste e desolador aspecto de atraso.”<sup>197</sup> Segundo o jornal, é possível visualizar o espetáculo degradante da mendicância, pois as ruas continuam cheias de mendigos. Essa ideia invalida o discurso do bispo. São afirmativas contraditórias, que evidenciam os interesses pessoais e corporativistas que permeiam a construção de um discurso, que tenta construir uma imagem da cidade. O discurso caracteriza-se pela “vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 1996, p.20). Disputas, desejos e poder são os fundamentos que legitimam a construção de um discurso, que, verdadeiro ou não, exprimem uma vontade de verdade. O que prevalece nesses discursos é o desejo de extinguir a mendicância, seja por meio do jornalismo denunciativo, seja através de obras assistenciais. Assim, em resposta ao pedido do Bispo Diocesano, o parecer ao Projeto de Lei n. 130, de 13 de Dezembro de 1950,<sup>198</sup> fundamentou-se na seguinte justificativa:

Esta Comissão de Economia e Finanças, estudando o memorial, encaminhado a esta, pleiteando o aumento da subvenção de Cr\$ Cr\$ 4.000, 00 para Cr\$ 10.000,00, e considerando os relevantes serviços prestados à Campina Grande, por esta instituição, no que diz respeito à solução do problema da mendicância, entre nós, entendendo que a frente deste momentoso e humanitário problema, acha-os esta inconfundível figura de apóstolo, que é D. Anselmo Pietrulla, o nosso coração saturado pela solidariedade que nos liga ao sofrimento dos humildes, mas também tomando por base, os salutarens ensinamentos de nosso digno líder, cujo o nome eu aqui declino com a consideração que merece- vereador Protário Ferreira-que nos ensina em casos dessa natureza, faze-as pela cabeça e não pelo coração, e atendendo ainda, as imensas obrigações a que está sujeito o orçamento do ano vindouro, somos de parecer que ele seja aprovado o pleiteado aumento de Cr\$ 4.000, 00 para 7.000,00.<sup>199</sup>

O discurso do bispo pareceu ter sido bastante convincente, pois o parecer da Comissão de Economia e Finanças, que se mostrou favorável do Projeto de Lei, ancorou-se principalmente no fato dessa instituição contribuir para solucionar o problema da mendicância. Nesse sentido, é visível o interesse do poder público municipal em extinguir os mendigos da cidade. Na visão dos poderes públicos, o mendigo é representado como pobre e

<sup>197</sup> Isto acontece em Campina. **O Momento**. Campina Grande, n. 2, p. 3, 24 set. 1950.

<sup>198</sup> Projeto de Lei. 130 de 13 de Dezembro de 1950. Fica autorizado o Prefeito Municipal a aumentar a subvenção mensal do Serviço Diocesano de Assistência Social de Cr\$ 4.000, 00 para 7.000,00 mensais. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1950, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

<sup>199</sup> Parecer ao Projeto de Lei n. 130 de 13 de Dezembro de 1950. Fica autorizado o Prefeito Municipal a aumentar a subvenção mensal do Serviço Diocesano de Assistência Social de Cr\$ 4.000, 00 para 7.000,00 mensais. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1950, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

necessitado de ajuda. O espírito cristão de ajuda aos pobres sofredores serviu para fomentar as ações de ajuda do governo municipal às entidades assistenciais. Foi o discurso que também embasou o parecer favorável ao aumento da subvenção ao Asilo de Mendicidade, como observamos no trecho a seguir:

Ouvida essa comissão de finanças sobre o memorial encaminhado a esta Câmara, pelo Asilo Deus e Caridade, a mesma deu o seguinte parecer: Ninguém em Campina Grande, e nem mesmo em todo o Estado, desconhece a obra humanitária e meritória do “Asilo Deus e Caridade” por intermédio das Irmãs S. Vicente de Paulo, como são conhecidas entre nós, estas criaturas, que poderíamos chamar “Anjos do bem”. Para se ter uma ideia do que sejam os benefícios distribuídos pelo “Asilo Deus e Caridade” basta que se saiba que essa instituição abriga 56 velhinhos, de ambos os sexos, abandonados, dando-lhes asseio, roupa, alimento, medicamento, etc. 1.380 crianças pobres recebem a instrução, alimento e medicamento, e são distribuídos cerca de 40 litros de leite diariamente, a recém-nascidos, anota-se ainda que são distribuídos, por intermédio do serviço ambulatório cerca de 150 sopas; ainda são amparadas cerca de 150 famílias que recebem quinzenalmente, o suficiente em gêneros de primeira necessidade para à sua manutenção. Por tudo isto, e tendo em vista o aspecto moral, humanitário do Asilo Deus e Caridade, somos de parecer que seja aprovado.

<sup>200</sup>

O aspecto moral, humanitário e cristão legitimou a aprovação do projeto de lei. O poder público municipal não desenvolvia programas de assistência social voltados para a re-socialização do indivíduo no mercado de trabalho e no meio social como um todo, por meio de medidas sócio-educativas e ações de formação profissional. Ações estas que demarcam a modernização do setor de assistência social fundamentado por teorias científicas.

O prefeito municipal, Plínio Lemos, em 1953, enviou uma mensagem à Câmara Municipal comunicando as principais realizações de sua administração do ano anterior, dentre estas, destaca-se o setor de Assistência social, sobre o qual expõe:

Avultou-se pela crise que castigou o Estado, a missão da Assistência social do município para um trabalho ordenado e metódico, na assistência aos necessitados, instalou-se, na Rua Marquês do Herval, o Serviço de Assistência Social da Prefeitura, com despesa mensal de Cr\$ 30.000,00. realizando o trabalho preliminar de levantamento das pessoas interessadas, através da investigação social e da organização de fichário<sup>201</sup>.

<sup>200</sup> Parecer ao Projeto de lei n. 177 de 13 de Dezembro de 1950 que autoriza o aumento da subvenção ao Asilo Deus e Caridade. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1950, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

<sup>201</sup> Mensagem à Câmara Municipal referente ao exercício de 1952 e enviada no dia 1º de Julho de 1953, pelo Prefeito Dr. Plínio Lemos.

A atividade realizada pelo setor de assistência social seria ordenada e metódica, através da investigação social. Segundo o prefeito, o rendimento no exercício acusa os seguintes resultados em auxílios:

Serviços prestados	Valor
520 Passagens..	19.696,50
107 Ataúdes.	7.910,00
314 Enxadas	5.550,00
10.000 Telhas.	4.600,00
66.700 Tijolos	11.460,00
189 Registros de nascimentos, casamentos e óbitos	6.405,00
Concertos em casebres	9.006,00
Madeiras para distribuição	6.895,00
Sementes	1.388,00
Colchões a indigentes	200,00
Medicamentos	66.911,50
Auxílios diversos	195.271,00
Total	Cr\$ 334.293,00 <sup>202</sup>

O relatório do prefeito Plínio Lemos sobre sua administração deixou bem claro que a assistência social da cidade estava ainda baseada em distribuição de “esmolas” aos pobres necessitados, visto que eram diversos os itens distribuídos, como, colchões, telhas, tijolos, passagens, sementes, medicamentos. Além disso, o ato de distribuir auxílios poderia gerar sentimentos de dependência e gratidão dos beneficiados, que seriam cobrados nos períodos de campanha eleitoral, já que não havia um programa de assistencial social voltado para a educação e para a orientação profissional. No que se refere ao combate à mendicância, o ato de distribuição de passagens aos indivíduos de outras cidades, que iam até Campina Grande pedirem esmolas, exprime a proposta de expulsar esses sujeitos da cidade.

O Ofício n. 69, de 20 de dezembro de 1955, enviado pelo então prefeito da cidade Elpídio de Almeida ao Presidente da Câmara Municipal, simboliza a tentativa de o próprio poder público municipal racionalizar o serviço de assistência social. Segundo o prefeito, a

<sup>202</sup> Lemos (1953, p.36).

cidade estava passando por uma fase de crescimento e estava se modernizando, não seria conveniente ao governo municipal apenas distribuir auxílios às entidades assistenciais, sem regulamentar o Serviço de Assistência Social, ou até mesmo sem desenvolver programas assistenciais, como se verifica no texto abaixo:

Senhor presidente:

Em todo mundo civilizado é preocupação constante dos poderes públicos o estabelecimento de serviços sociais abrangendo as modalidades de assistência aos necessitados. A organização administrativa de Campina Grande dispõe de um serviço de Assistência Social, a qual se limita a distribuição de auxílios, na verdade, simples esmolas, sistema que não está de acordo com as práticas modernas do Serviço Social. Dado o grau de adiantamento que atingiu a nossa cidade, não é possível retardar por mais tempo a solução do problema de tamanha relevância. Urge criar, verdadeiramente, o nosso serviço social(...) <sup>203</sup>

O ofício corresponde a uma justificativa do Projeto de Lei que o prefeito enviara à Câmara Municipal para que fosse regulamentado o Serviço de Assistência Social do município. O projeto fundamentava-se pela designação das funções e ações que seriam desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Social, como observamos na redação da lei n. 809/55, de 20 de Dezembro de 1955, que concedeu novas atribuições à sessão de Assistência Social:

Art. 1º- A Secção de Assistência Social da Diretoria de Saúde Pública e Assistência Social passa a ter as seguintes atribuições:

- a) – prestar assistência econômica aos necessitados;
- b) – recuperar elementos desajustados, encaminhando-os ao exercício de ocupações úteis à comunidade;
- c)- reprimir a mendicância na cidade de Campina Grande

Art. 2º A secção de Assistência Social manterá:

- a) Cursos gratuitos para o ensino de pequenos ofícios manuais, destinados à recuperação de marginais; inclusive de trabalhos domésticos para as mulheres;
- b)Um albergue ou “ casa do pobre”, destinado a alojar os que não dispuserem de um abrigo de qualquer natureza, inclusive dando-lhes alimentação, até serem encaminhado ao exercício de atividades úteis, bem como do internamento dos que vierem de outros municípios explorar a mendicância nesta cidade, enquanto não forem recambiados aos seus lugares de procedência;
- c)Escola primária gratuita, inclusive o fornecimento de livros e objetos escolares, merenda e roupa, a filho de ex-mendigo ou mendigos internados,

---

<sup>203</sup> O Ofício n. 69 de 20 de dezembro de 1955. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1955, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.



bem como a menores impossibilitados pelo estado de pobreza de seus pais, de freqüentarem outras escolas primárias<sup>204</sup>.

O Serviço de Assistência Social do Município tinha como finalidade assistência econômica aos necessitados através do auxílio em roupas, alimentação e abrigo. Podemos ver também outra finalidade, que é a recuperação dos indivíduos desajustados, que deveriam ser re-introduzido no mundo do trabalho ou deveriam ser re-educados para se tornarem úteis à sociedade. Por fim, temos o objetivo do combate à mendicância. Para atingir seus objetivos, o Estatuto da Assistência Social do município tinha por obrigação manter cursos gratuitos de educação básica e qualificação profissional, para recuperar os desajustados. No que se refere ao combate da mendicância, a ação desdobrava-se através da manutenção de albergues. A regulamentação do Serviço de Assistência Social representava a tentativa de racionalização da caridade e modernização do serviço social, que, bem sucedida ou não, contribuiu para uma incipiente atuação de forma direta do poder público municipal em programas assistenciais. A questão social passou a ser tratada de maneira racional e administrada diretamente pela iniciativa pública, e não apenas movida pela perspectiva humanitária e moral.

### **3.5- Casa da Criança Dr. João Moura, Casa do Menino e o Lar do Garoto: projeto educativo para o combate à mendicância e à delinquência**

A “infância delinquente”, considerada desviante em relação aos padrões de normalidade para a sua faixa etária, seria enquadrada em projeto educativo, que visava a sua regeneração através da instrução e qualificação profissional. O discurso que enfatizava a necessidade da retirada dos “menores delinquentes” das ruas apoiava-se na ideia de que o ambiente promíscuo das ruas corrompia a integridade moral do “menor”, havendo, então, a necessidade de construção de abrigos, onde pudessem receber alimentos e ensinamentos úteis. Dessa forma, o Projeto de Lei. n. 340, de 10 de Dezembro de 1951<sup>205</sup>, de autoria do vereador Manoel Figueiredo, dispõe sobre a construção de um abrigo para menores na cidade, projeto este, rejeitado pela Câmara de Vereadores, sob a seguinte justificativa:

---

<sup>204</sup> Lei n. 809/55 de 20 de Dezembro de 1955. Essa lei encontra-se arquivada no livro de leis do ano de 1955, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande.

<sup>205</sup> Projeto de Lei. n. 340 de 10 de Dezembro de 1951. Consta no livro de Leis, decretos e projetos de lei do ano de 1951, disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande

Esta Comissão, examinando o Projeto de Lei n. 340, do vereador Manoel Figueiredo, e outros que dispõe sobre a construção de um abrigo de menores desamparados, nesta cidade, tendo em vista existir, conforme informação do Prefeito Municipal, no orçamento da União, dotação pelo Ministério da Justiça, para o mesmo fim, e um projeto de lei, doando ao município o quartel do 40 B.C. para a sua instalação, ambos de autoria do então Deputado Federal Plínio Lemos, é de parecer que o projeto em apreço seja rejeitado, e que seja encaminhada ao Exmo., Sr. Ministro da Justiça uma indicação concorrendo à construção do abrigo para menores com urgência que o problema requer.<sup>206</sup>

O projeto do vereador Manoel Figueiredo foi rejeitado devido à existência de um projeto semelhante do Ministério da Justiça e não porque fosse irrelevante. Desse modo, o problema não era mais apenas a velhice desamparada, mas o “menor delinquente”, que deveria ser internado para sofrer os procedimentos de correção. O menor abandonado em Campina Grande era motivo de preocupação das autoridades e, sobretudo, gerava debates no âmbito da imprensa local, como observamos na matéria sobre a Casa do Menino<sup>207</sup>, editada pelo

*Evolução:*

semi-nus, esfomeados, barrigudos, verminosos a vagar pelas ruas, brigando uns com os outros, fumando, embriagando-se, cometendo pequenos furtos e praticando assaltos em miniaturas, aperfeiçoando-se desde cedo, para o exercício da profissão de marginais que a sociedade lhes destina e reserva<sup>208</sup>.

Segundo o articulista do jornal, a presença dos “meninos de rua” significava uma ameaça à segurança pública, diante dos crimes praticados por estes, sob o uso de drogas e a responsabilidade para corrigir os chamados “marginais” seria do Ministério da Justiça, que, através do confinamento destes em abrigos, aplicaria os procedimentos de regeneração. O confinamento dos “meninos de rua” em abrigos resulta da “reflexão acerca da internação como método de cura e isolamento social, apesar de ser a tônica, contava com outros dispositivos que representam um avanço na ideia de reinserção social” (SILVA, 2003, p.52). O projeto de reinserção social baseia-se na percepção de que:

A assistência social à infância é relevante porque não é bom que sejam deixados menores de 10 e 16 anos sem emprego, sem educação, sem assistência social. O delinquente em desamparo resulta geralmente de um

<sup>206</sup> Parecer ao Projeto de Lei. n. 340 de 10 de Dezembro de 1951.

<sup>207</sup> Atualmente a entidade funciona à Rua Francisco Antônio Nascimento, 1078, Castelo Branco - Campina Grande - PB.

<sup>208</sup> A casa do menino. **Evolução**. Campina Grande, n. 3, 15-21 jun. 1958.

conjunto de circunstâncias desfavoráveis, que cercam a existência dessas crianças que vivem no desamparo das ruas<sup>209</sup>.

Observa-se o surgimento de outras instituições de caridade, como a Casa da Criança, a Casa do Menino e o Lar do Garoto,<sup>210</sup> além do Asilo São Vicente de Paula, fundado em 1931. Eficiente ou não, o aumento do número de instituições assistenciais à pobreza desamparada demarca uma nova postura em relação à caridade, ou seja, a tentativa de institucionalização da caridade, embora fosse visível o fracasso dessas entidades, em cumprir tal finalidade. Em relação à Casa da Criança Dr. João Moura, considera-se que:

Foi fundada naquela cidade paraibana no dia 13 de Maio de 1947. Por um grupo de devotas senhoras campinenses as quais, sob a presidência do vigário Severino Mariano, se reuniam na União dos Moços Católicos da paróquia, com o fim de dotar a progressista cidade do Nordeste paraibano de um estabelecimento que pudesse acolher em seu seio os menores desvalidos que fermentam abandonados no vício por todos os quadrantes do grande município campinense<sup>211</sup>.

Conforme o relato do jornal, a Casa da Criança Dr. João Moura<sup>212</sup> tinha o objetivo inicial de acolher crianças pobres ou mendigas, para que eles não se voltassem para o mundo do vício e do crime, a partir uma postura educativa e moralizante. Tem-se a ideia de que a pobreza extremada que se expressa na mendicância poderia ocasionar problemas sociais, como a violência urbana alimentada pelo vício. Será que a Casa da Criança Dr. João Moura conseguiu erradicar o problema do “menor abandonado” em Campina Grande? Como nos informou anteriormente o jornal *Evolução*, os menores ainda faziam da rua a sua casa, o que nos faz questionar a respeito das intencionalidades de um discurso que tende a exaltar de forma demasiada a entidade assistencial, não atentando para a complexidade do problema e para as dificuldades enfrentadas pela instituição no seu dia a dia.

A Casa do Menino “é uma entidade ainda muito jovem e inaugurada em 1956”<sup>213</sup>. Essa instituição, segundo o *Diário da Borborema*, “tem uma grande conta de serviços prestados à

<sup>209</sup> Crianças abandonadas. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 302, p. 2, 15 de Outubro de 1958.

<sup>210</sup> Em matéria sobre a visita de D. Alice Carneiro, esposa do político paraibano Ruy Carneiro, às instituições de caridade da cidade, o Jornal Diário da Borborema enumera as seguintes instituições visitadas pela Sr. Carneiro: A Casa do Menino, A Casa de caridade Frei Ibiapina; O asilo de caridade S. Vicente de Paulo; a Casa Maternal Dr. João Moura; o pavilhão dos indigentes do Hospital Pedro I; o externato São José, a Cruz Branca e Amarela; a creche Felix Araújo; a escola Antonio Vicente. Ver: D. Alice Carneiro em visita as nossas instituições de caridade, donativos recebidos por diversas casas de assistência. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 285, p.1, 23 set. 1958.

<sup>211</sup> Casa maternal Dr. João Moura- aniversário do assento da primeira pedra do futuro abrigo de menores desamparados de C. Grande. **A Imprensa**. 13 nov. 1949.

<sup>212</sup> Atualmente a entidade funciona à Rua Dr João Moura, 487, São José - Campina Grande – PB.

<sup>213</sup> O dever de ajudar a Casa do Menino. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n.340, p. 2, 2 dez. 1958.

cidade, (...) e cuja finalidade é abrigar e reeducar os menores delinquentes, recuperando-os para a sociedade”<sup>214</sup>. Embora a eficiência não tenha sido a marca registrada dessas entidades, suas pretensões sinalizam que a preocupação não era apenas com a velhice desamparada, que devia ser abrigada, mas o temor envolvia também o problema do menor delinqüente. Para que esse menor não se envolvesse no mundo do crime, deveria ser re-educado e reintroduzido na sociedade. Assim, neste período, ganha força o valor da educação e do trabalho, como forma de retirar os menores da rua e do crime.

O jornal *Diário da Borborema* considera que, “por mais inacreditável que isto, pareça, é, entretanto, verdade. A Casa do Menino, querida instituição criada por D. Mariano, quando vigário em nossa cidade, está numa situação totalmente insustentável”. Em apelo ao poder público municipal e à sociedade, em geral, o jornal justifica-se pelos “benefícios que a benemérita instituição de caridade presta a mais de meia centena de criança de 5 a 10 anos de idade, pela maioria órfã, fadadas ao mais negro destino, se a casa fechar”.<sup>215</sup> A Casa do Menino, segundo o *Diário da Borborema*, tem sua relevância na medida em que é lá “onde recebem o pão para o corpo e o alimento para o espírito. Seriam pobres párias infelizes que, se não fossem recolhidas na Casa do Menino, iriam engrossar as fileiras dos delinquentes juvenis em nossa cidade”<sup>216</sup>. Contudo, no final da década de 50, o mesmo jornal exibiu em suas páginas, uma fotografia que representa a presença dos menores nas ruas em estado de abandono, enfatizando a necessidade de ação por parte da sociedade a fim de solucionar o problema da “infância delinqüente”. Essa foto (10) leva-nos a indagar sobre a atuação das entidades assistenciais na questão do “menor abandonado” e na própria resistência dos menores em sair das ruas. Ao analisar a primeira questão, visualizamos a deficiência financeira das entidades, que estavam sempre apelando aos campinenses por doações, por intermédio da imprensa local, devido ao atraso dos repasses das subvenções do governo municipal ou estadual<sup>217</sup>. Conforme observamos em “Um retrato de Campina Grande”:

---

<sup>214</sup> O dever de ajudar a Casa do Menino. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n.340, p, 2, 2 dez. 1958.

<sup>215</sup> Quase não houve almoço ontem para as crianças. **Diário da Borborema**. Campina Grande, p, 1, 19 set. 1958.

<sup>216</sup> A instituição que deve ser ajudada. . **Diário da Borborema**. Campina Grande, p, 1, 20 set. 1958.

<sup>217</sup> Sobre essa questão ver: **Diário da Borborema**. Campina Grande, 19 set. 1958 e **Jornal de Campina**. Campina Grande, 21 out. 1953.

Foto 10:



Um retrato de Campina Grande

Essa imagem leva-nos a questionar se todos os menores tiveram a oportunidade de serem acolhidos nas instituições ou se muitos dos que tiveram essa oportunidade a recusaram, por temer a perda da liberdade proporcionada pela vida nas ruas. E, por fim, o acolhimento nas entidades poderia não ser tão agradável como se noticiava na imprensa? Empenhado na discussão sobre o problema do “menor abandonado,” o *Diário da Borborema* editou uma reportagem, na qual afirmava que em Campina Grande “Uma infância se perde”, referindo-se aos “menores abandonados” que se envolviam com o vício e o crime. Vejamos o trecho a seguir:

O clichê que ilustra esta reportagem e que foi colhida numa das ruas centrais de Campina Grande é o documento mais eloqüente de que há em nossa cidade uma infância, que está se perdendo nos meandros do vício e da corrupção, a falta de uma organização capaz de cuidar de seu destino e de sua readaptação na vida social. São crianças de pouca idade, por assim dizer, saída dos cueiros e que a falta de uma orientação e de um lar entregam-se a toda sorte de vícios, desde o aspirar gasolina, primeiro passo para se tornar maconheiro ao do furto e de outras práticas criminosas.<sup>218</sup>

O “clichê” ao qual se refere o redator do jornal é a fotografia que está posta abaixo e que, segundo esse discurso, representa a dimensão do problema social enfrentado pela sociedade campinense diante da chamada “delinquência infantil”. A criança degenerada pelo

<sup>218</sup> Delinquência infantil. *Diário da Borborema*. Campina Grande, n. 158, 16 abr. 1958.

vício e pela corrupção mais tarde se envolverá em práticas criminosas. Eis o destino trágico da infância na cidade.

Foto 11:



“Delinquência infantil”

No decorrer da matéria, enfatizou-se a necessidade de criação de um estabelecimento “onde os menores abandonados que perambulam dia e noite pelas ruas da cidade possam ser recolhidos e no mesmo receber a necessária educação para o reintegroamento na sociedade”<sup>219</sup>. O procedimento de enclausuramento do “menor delinquente” em abrigo, para que ocorra a re-educação deste, segundo os padrões de normalidade da sociedade burguesa, é o caminho possível para que ele possa ser aceito na sociedade. Recuperar a infância perdida era, segundo o jornal, uma medida de caráter urgente, tendo em vista a advertência de que:

Urge, portanto, que diante de um exemplo assim, tão evidente do estado de abandono em que se acham a essas crianças. Cuide-se enquanto ainda há tempo da sua recuperação moral, antes que elas se tornem adultos e se façam elementos perigosos à segurança dos indivíduos e à estabilidade social. Meninos como estes são no momento histórico que atravessamos um dos melhores caldos de cultura que podem lançar mão para as suas propagandas dissolventes, os inimigos da democracia na campanha de desmoralização da sociedade capitalista<sup>220</sup>.

<sup>219</sup> Delinquência infantil. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 158, 16 abr. 1958.

<sup>220</sup> Delinquência infantil. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 158, 16 abr. 1958.

Em nome da segurança dos indivíduos e da estabilidade da sociedade capitalista, era indispensável o combate ao problema do “menor abandonado”. O medo do outro, do “menor delinquente”, segundo o jornal, fundamenta-se pela percepção de que “o roubo não lhe causa nossa. A mentira não lhes fustiga as consciências. A indolência não lhes rubrica o caráter. Roubam com singular naturalidade. Mentem com singela costumácia. Não trabalham. “Trabalhar”? Pra quê?”<sup>221</sup> O perigo, então, mora nas ruas; caminhar pelas ruas centrais da cidade significava vencer o medo do outro, do que não tem nada a perder, para que se possa sobreviver na selva urbana. A imagem do “menor delinquente” torna confusos os sentimentos de compaixão e de medo. O medo resulta da noção de que:

Meninos viciados, larápios, mentirosos. Que ingerem aguardente e que inalam gasolina com finalidades afrodisíacas. Que tem na pornografia do mais baixo calão a arma para o desrecalque violento. Que aprendem desde cedo o roubo agressivo de emprego da força como meio de vencer o adversário. Meninos, que por tudo isto, serão assassinos de amanhã, os grandes larápios do futuro, os vigaristas do porvir.<sup>222</sup>

Neste contexto, as entidades assistenciais tinham como meta impedir que o menor se envolvesse com o crime e o vício. De acordo com esse propósito, O Lar do Garoto surgiu no final da década de 50, legitimado pelo objetivo de:

Resolver o problema do “garoto de rua” em Campina Grande.  
Construir o “Lar do Garoto campinense” precisamos dar- lhe uma sopa quente para matar a fome, cama para dormir , roupa para vestir, trabalho e ensino para aprender a ser útil á pátria e a sociedade.  
Em Lagoa Seca, um terreno adquirido pela congregação, será construído um prédio apto a recuperação desses pequenos parias da sociedade...<sup>223</sup>

O jornal *Diário da Borborema* abordou a fundação do “Lar do Garoto Campinense,<sup>224</sup> considerando que este será o lugar “onde os menores irão encontrar abrigo e educação”<sup>225</sup> O mesmo jornal pública outra matéria sobre O Lar do Garoto

<sup>221</sup> Vítimas inocentes. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 147, p.2, 1 abr. 1958. Nessa matéria, observa-se o discurso que sedimenta a associação menor abandonado e delinquente, pois neste parágrafo o redator se refere aos menores abandonados.

<sup>222</sup> Vítimas inocentes. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n. 147, p.2, 1 abr. 1958.

<sup>223</sup> Campanha para a construção do “Lar do menino campinense- apelo ao povo da cidade para a recuperação dos menores. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n.423, 17 mar. 1959.

<sup>224</sup> Atualmente a entidade funciona na cidade de Lagoa Seca, PB, no momento de sua fundação, Lagoa Seca era um distrito de Campina Grande. O Lar do Garoto, atualmente é uma unidade da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice Almeida” (Fundac), financiado e mantido pelo governo estadual. Hoje, o Lar do Garoto Padre Otávio Santos abriga 44 adolescentes em conflito com a lei.

Campinense, em que afirma:

Repetimos que tudo o que se está fazendo na Palmeira é provisório. Mas este provisório, antes que seja construído a casa definitiva em Lagoa Seca, durará pelo menos dois anos. E, não podemos esperar dois anos para que os menores da casa da congregação dos padres do Sagrado Coração tenham camas para dormir, pequenas oficinas para aprender um ofício, cozinha e copa para sua alimentação, professoras para sua instrução<sup>226</sup>.

O discurso do *Diário da Borborema* tende a valorizar o projeto de construção do Lar do Garoto Campinense enquanto obra de assistência social capaz de solucionar o problema da infância abandonada. Na realidade, observamos os desafios enfrentados por essas entidades, que nem sempre atingem os objetivos propostos, pois são múltiplos os fatores que inviabilizam essa intenção, dentre estes: a estrutura da entidade, os desvios de verbas, a insistência dos menores em permanecer nas ruas. O cotidiano das cidades evidencia que os discursos pronunciados pela imprensa, muitas vezes, são interessados e tendem a simplificar questões sociais complexas, como se fosse possível resolver, de imediato, problemas estruturais, herdados da própria formação da sociedade brasileira.

A Casa da Criança, a Casa do Menino e O Lar do Garoto são entidades assistenciais que pretendiam combater o problema do menor abandonado e seus desvios de conduta. Para cumprir tal objetivo, a assistência material ao pobre (comida, roupa) era indispensável ao lado da instrução de valores como o trabalho e ensino, para que pudessem ser benéficos à sociedade. Independente dos resultados que obtiveram, essas entidades corroboraram para a discussão sobre a infância abandonada na imprensa local, onde predominou o discurso sobre “menor delinquente”. A utilização dessa expressão representava uma forma de qualificar os “menores abandonados” enquanto sujeitos que fogem à anormalidade da infância e da adolescência e, que, portanto, eram passíveis de correção.

Prostitutas, mendigos e “menores delinquentes” constituem o “outro” da sociedade. Representados sob o estigma da “anormalidade” e do “desvio”, foram alvos de ações e discursos que pretendiam o seu afastamento. No caso da prostituta, a sua dispersão para regiões afastadas do centro urbano; no caso dos mendigos, o seu isolamento em asilos; para os “menores delinquentes,” a “correção” era o procedimento a ser adotado. Tais ações e discursos de exclusão da “má-vizinhança” significou o desejo de higienização social da cidade, através da eliminação do “imoral”, do “sujo” e do “delinquente”.

<sup>225</sup> O Bispo abençoa a fundação do Lar do Garoto Campinense. **Diário da Borborema**. Campina Grande, n.423, 8 abr. 1959.

<sup>226</sup> Assistência a menores abandonados. **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 1, 16 abr. 1959.



## Considerações finais

A discussão sobre as maneiras pelas quais se tentou modernizar a cidade, através da adoção de medidas de higiene e de estética urbana, tornou-se pertinente na medida em que possibilitou problematizar as formas pelas quais os habitantes da cidade receberam e resignificaram tais discursos e ações, que tendiam a higienizar e embelezar o espaço urbano. Nesse sentido, perceber as resistências da população a um sistema de poder disciplinador significa problematizar a distância entre a cidade planejada e a cidade real. Nesta última, os dramas vivenciados pela população local, as táticas de negação à ordem, constituíam exemplos do caráter “utópico” de muitos discursos e imagens que se caracterizaram pela insistência em mostrar uma imagem idealizada de Campina Grande.

Nessa cidade citada, observamos a estreita relação entre higiene, estética e modernidade. Fundamentada por esses discursos, a construção da adutora Vaca Brava, em 1939, significou a redenção da cidade, este era o discurso vinculado pelo jornal *Voz da Borborema*, no qual foi publicado que essa obra significou a *grande aspiração de um povo, a maior realização de um Governo*. Ao destacar a obra como realização de um governo, observamos a intenção do discurso que se ampara na vontade do povo, ou seja, a construção da obra seria uma aspiração da população, para fazer propaganda política do governo estadual, que teria financiado a adutora. A mitificação do governo e, principalmente, do governador Argemiro de Figueiredo, é compreensível pelo fato de o dono do jornal ser o irmão do governador, Acácio Figueiredo. Questionar as intencionalidades dos discursos, que circularam na imprensa local, legitimou a produção desta narrativa, uma vez que contribui para a desconstrução de “paradigmas” e “modelos” que são colocados como a verdade absoluta. A partir dos diálogos estabelecidos com Foucault (1996), percebemos a estreita relação entre o discurso e o desejo de poder, o que nos faz pensar sobre os interesses e subjetividades de quem produz os discursos, em que, sob a encenação das palavras, se escondem uma vontade de verdade e de poder. Nessa perspectiva, o trabalho de crítica das fontes torna-se relevante para a academia, pelo debate sobre o uso da fonte no âmbito da pesquisa histórica.

Em nome da saúde do povo, a adutora Vaca Brava foi construída, sob os auspícios da teoria microbiana, que pregava a existência de micróbios, inimigos invisíveis da saúde humana. O sistema de saneamento e abastecimento d'água Vaca Brava foi construído como meio para higienizar e impedir surtos epidêmicos em Campina Grande. Além da questão de saúde pública, o referido sistema sinalizou para possibilidade de acesso à água, algo que era

conseguido com muitas dificuldades, quando se podia pagar, eram servidos pelos aguadeiros, se não, havia a necessidade de se abastecer nos açudes. Então, o simbolismo da sede foi uma das questões que envolveram o sistema Vaca Brava.

Em poucos anos de funcionamento, tornou-se evidente a fragilidade do sistema Vaca Brava. Distante da concretização de um sonho, a população campinense convivia com o pesadelo da falta d'água. Nesse ambiente de calamidade pública, havia a necessidade de um novo herói, este surgiu do cenário nacional, Juscelino Kubitschek, o presidente da nação que se apoiando em seu plano de metas, conseguiu a liberação de verbas federais para a construção da adutora Boqueirão.

No século XIX, a História dita positivista teve um papel preponderante no processo de construção de “heróis”. A nossa proposta, ao contrário, procurou problematizar a construção de Argemiro de Figueiredo e de Juscelino Kubitschek enquanto “heróis” na questão do saneamento de Campina Grande. Assim, ao invés de confirmar o *status* de “herói” desses sujeitos, questionamos os interesses econômicos e políticos daqueles que insistiam em mitificar a figura desses políticos.

O desejo de construção de uma cidade higiênica e bela perpassou o cuidado com o espaço dos mortos. Como estudamos nesse ambiente passou por uma série de reformas com objetivo de torná-lo higiênico e belo. Além disso, a sua localização fora modificada, de acordo com as teorias científicas da época, que pregavam a edificação desses em lugares altos e distantes dos centros urbanos. O próprio cortejo fúnebre passou a ser legislado, um conjunto de normas foi criado com o objetivo de organizá-lo e higienizá-lo, evidenciando-se a influência das teorias médicas da época, que prescreviam certas normas, para evitar surtos epidêmicos, advindos da contaminação cadavérica.

Como estudamos, no primeiro capítulo, a feira constituiu outro espaço a ser legislado, com vistas à sua higienização. Essa legislação, que se apoiava em preceitos e normas de higiene divulgadas na época, repercutiu nas maneiras de usar o espaço da feira e simbolizou uma tentativa disciplinar à atividade dos feirantes. No que se refere ao conceito de disciplina, travamos um diálogo com Foucault (1978), que analisa as estratégias de disciplinarização da sociedade pelo Estado moderno.

A recorrência a certos discursos de modernidade, progresso, civilização serviu de justificativa para a remodelação urbana de Campina Grande iniciada na administração do prefeito Vergniaud Wanderley e continuada nas administrações posteriores. O estudo das práticas de higienização e estética urbana torna-se relevante na medida em que permite discutir os pressupostos científicos que legitimaram essas ações na época. Nesse contexto,

discutimos os fundamentos científicos utilizados por certos administradores da cidade para a adoção de medidas de higiene e estética urbana. Essas teorias científicas representavam a visão de mundo e o suporte científico sob o qual se apoiavam certos sujeitos, com o objetivo de remodelar a cidade. No entanto, percebemos que, ofuscados pelo saber científico, se escondiam interesses econômicos, resultantes do desvio de verbas destinadas às obras públicas ou até mesmo, um bom emprego advindos destas obras. Além disso, a remodelação da cidade proporcionava a valorização dos imóveis.

Problematizar o processo de construção da higiene e da estética campinense significou um crescimento em nossa trajetória acadêmica, pois, as leituras referentes à temática urbana e, em especial, à história de Campina Grande permitiram mergulhar no universo das tramas, tensões e conflitos que permearam o projeto de remodelação urbana, que tinha como suporte o discurso de modernização. Nesse intuito, procuramos desmitificar a ideia de que reformar o espaço campinense fora um processo tranquilo e natural, ao contrário, questões de ordem política, econômica e cultural serviram de justificativa para este empreendimento. Além disso, o enfoque da resistência é posto em discussão com o intuito de produzir uma narrativa histórica, empenhada em problematizar as maneiras pelas quais a população recebeu e atribuiu significados aos projetos de higiene e estética. Isso porque, a partir dos diálogos travados com Certeau (1994), compreendemos a existência de uma rede de procedimentos sutis de resistência, que, como formigas, realizam na surdina, o trabalho de desfazer o jogo do outro.

Em nosso estudo, visualizamos que a reforma realizada nas áreas centrais de Campina Grande modificou as maneiras de usar e ver a cidade. O alargamento, a retificação e a pavimentação das ruas combinado à construção de grandes edifícios possibilitaram o tráfego mais intenso e veloz dos automóveis. Além disso, o passeio pelas ruas para observar as vitrinas das lojas concorreu para a construção da imagem cosmopolita da cidade, associada ao *visu* moderno. Com ares de cidade moderna e progressista, houve a necessidade de reformular o código de posturas do município, para adequá-lo às novas exigências da cidade moderna. A reformulação do código teve como meta eliminar certos hábitos, considerados arcaicos e anti-higiênicos, e, portanto, não compatíveis com a vida na cidade grande. Civilizar os costumes significava não jogar lixo nas ruas, não criar porcos no perímetro urbano, não urinar nas ruas, entre outras. Contudo, nem sempre a população cumpria as normas, sendo visíveis muitos casos de burla ao código. Nesse sentido, compreendemos a dinâmica da sociedade e o caráter não passivo da população, que, em muitas situações, age de acordo com suas conveniências e não simplesmente pelo que lhe é imposto.

No terceiro capítulo, discutimos as propostas de higiene social da cidade, ou seja, problematizamos os discursos que pregavam a “eliminação” de certos sujeitos das áreas centrais. No espaço reformado, a presença de mendigos, de meninos de rua e de prostitutas de *baixo calão* não era aceita, pelo contrário, não raros, eram os discursos publicados pela imprensa local, que pediam a sua exclusão do centro urbano. Sendo, uma forma de eliminar do palco central os indivíduos considerados desviantes e não compatíveis com os princípios da beleza, moralidade, higiene.

Camuflados sob o discurso cristão de caridade, comerciantes, políticos, cronistas e jornalistas defendiam a ideia de que fossem retirados das ruas todos os mendigos, e, fossem levados para o asilo “Deus e Caridade.” Alegava-se que o referido era o local ideal para o acolhimento desses sujeitos que perambulavam pelas ruas, pois, neste ambiente, teriam assistência alimentar, médica e religiosa. Percebemos, na leitura das fontes, outras questões que davam suporte ao discurso de exclusão dos mendigos, como exemplo, o desejo que os comerciantes tinham de afastar das portas de suas lojas os intrusos que, com suas feridas afastavam os clientes refinados. Os políticos disponibilizavam a ajuda as instituições de caridade, para se promover. Para a elite política campinense, era imprescindível eliminar a presença do *espetáculo horrível* que a mendicância proporcionava. A influência da ciência eugênica parece ter dado suporte ao discurso de exclusão do mendigo, não em relação à questão da cor, mas no que refere à negação e ao desejo de distanciamento em relação àqueles que se apresentavam de maneira não compatível com os princípios eugênicos de beleza, higiene, moralidade, saúde. Segundo o discurso da época, os mendigos eram o oposto do modelo de homem pregado pela ciência eugênica, pois andavam sujos, fedorentos e doentes. Nesse contexto, observamos que questões culturais, políticas e econômicas serviram para legitimar a exclusão dos mendigos do centro.

As prostitutas de *baixo calão* e seu espaço (no caso o bordel, cabaré) também foram alvo do discurso de exclusão dos considerados “anormais.” Estudamos as questões que envolviam o desejo de distanciamento em relação a essas personagens que habitavam Campina Grande, no período de 1930 a 1960. Movidos pelo desejo de moralidade e higiene, políticos e jornalistas pronunciaram discursos que insistiam na transferência dos *cabarés* de baixo nível para os subúrbios da cidade, sob a alegação de que não era admissível a presença destes em uma *urbs* como Campina Grande. No entanto, era permitido e aplausível a presença das dançarinas do Cassino Eldorado, porque, esse ambiente elitizado, representava o cosmopolitismo da cidade.

No final da década de 50, observamos a reformulação da assistência social do município. Segundo o gestor municipal, essa era uma medida de modernização desse setor. De acordo com a legislação, era necessário *recuperar elementos desajustados, encaminhando-os ao exercício de ocupações úteis à comunidade e reprimir a mendicância na cidade de Campina Grande*. Nessa legislação, observamos o desejo de recuperar os elementos desajustados, que seriam os menores abandonados, através da implantação de programas sociais voltados para a educação e trabalho dos adolescentes. Neste texto, problematizamos os discursos que qualificavam os *menores de rua* como degenerados, que precisavam de recuperação.

Mendigos, “meninos de rua” e prostitutas de *baixo calão* foram alvos de práticas e discursos de exclusão. Problematicamos em nosso estudo as maneiras pelas quais esses sujeitos recepcionaram as estratégias de disciplinarização e elaboraram táticas de resistência para sobreviver no ambiente onde não eram bem vistos pela elite. As fontes nos forneceram indícios desta resistência: os mendigos e os “menores de ruas” insistiam em permanecer nas ruas centrais, desafiando o desejo de higiene social proposto pelas elites locais.

A construção da higiene e da estética com vistas à modernização da cidade entre os anos de 1930 a 1960 foi o objetivo de políticos, comerciantes, jornalistas, cronistas. Todavia, devemos considerar a existência de conflitos, tensões e resistências a este projeto, idealizado sob as prerrogativas de questões políticas, econômicas, sociais e culturais. É possível, destacar que o projeto de construção da higiene estética em Campina Grande ainda está em fase de elaboração, pois é visível a existência de bairros e ruas que não têm saneamento básico, pavimentação de ruas, arborização, entre outros. Assim, a idealização de um espaço belo e higiênico mostra-se distante da cidade que conhecemos.

## Referências bibliográficas

AGRA, G. F. **A urbs doente medicada**: A higiene na construção de Campina Grande (1877-1935). Campina Grande: Editora Marcone, 2006.

ALMEIDA, Elpídio Josué de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Câmara Municipal**, enviada no dia 1º de Julho de 1956.

ARANHA, Gervácio Batista. Campina Grande na primeira metade do século XX: sob a ótica das “maquinarias do conforto”. In: **Anais do IX Encontro Estadual dos Professores de História da Paraíba**. João Pessoa: ANPUH-PB, 2000.

\_\_\_\_\_. Seduções do moderno na Parayhba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de história social e cultural. João Pessoa: Ideia, 2003.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. A ciranda da política campinense: 1945/1964. In: GURJÃO, Eliete Queiroz. (org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: SEDUC, 2000.

ARIÉS, Phillipe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução Jorge Hajime Osiki. **Revista Espaços e Debates**: Revista de estudos regionais e urbanos. Ano IX, n. 34. (p.10-15), Publicações NERU, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. 2º ed., São Paulo: Brasiliense, Vol. 3, 1991.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana L. Ioriatti – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BITTENCOURT, Cirne Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 8º ed.,- São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História).

\_\_\_\_\_. História e historiografia das cidades: um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar(org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRITTO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **Projetos e relatórios**: saneamento do Rio Grande. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo**: traçado sanitário das cidades, estudos diversos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande. (1930-1950). Tese de Doutorado, João Pessoa: UFPB, 2007.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Editora Carabela, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. O mundo fragmentado. **As entrecruzilhadas do labirinto II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**, Morar, Cozinhar. 3º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.

CLEOBO, João Marcelo Gomes. **De Vergniaud à Cássio Cunha Lima**. Campina Grande e seus surtos de remodelação urbana. Campina Grande: UEPB-CEDUC (Especialização em História do Brasil), 2005.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente-1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias campinenses**. Vol. 1. Campina Grande: Editoração Eletrônica, 1993.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 1994, v. I e II.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. V. I, Tradução de Álvaro Cabral, Bauru, EDUSC, 2007.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque Paulista**. São Paulo: Unesp, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977

\_\_\_\_\_. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula inaugural. No Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970, Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

GINZBURG, Carlo. . Prefácio/Sinais: raízes de um paradigma indiciário/ Ticiano, Ovídio e os códigos da figuração erótica no século XVI. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LEMOS Plínio. **Mensagem à Câmara Municipal**, referente ao exercício de 1952 e enviada no dia 1º de Julho de 1953.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**, 2º ed. Campinas-SP: Papyrus, 1986.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Uberlândia: há serpentes no paraíso. In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). **A cidade em debate**. Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Uberlândia, Curitiba, Porto Alegre. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MENEZES, Lená Medeiros. Rio de Janeiro nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais. In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). **A cidade em debate**. Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Uberlândia, Curitiba, Porto Alegre. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.

MONDENARD, Anne de. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. ( p.107-113). In: **Projeto História**. n.18, São Paulo: EDUC, 1999.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e espaços**: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX.. Recife: UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado).



OLIVEIRA, Iranilson Buriti. **“Brasil Eugênico, Brasil Novo”**: Imagens e leituras da infância higienizada nos Anais do I Congresso Brasileiro de proteção à Infância (Rio de Janeiro, 1922). s/d. (Mimeo).

\_\_\_\_\_. **Façamos a família à nossa imagem**: A Construção de Conceitos de Família no Recife Moderno (Décadas de 20 e 30). Tese de Doutorado em história, Recife: UFPE-CFCH, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Uma outra cidade**: O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). **A cidade em debate**. Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Uberlândia, Curitiba, Porto Alegre. São Paulo: Editora Olho d’água, 1999.

PIMENTEL, Cristino. **Abrindo o livro do passado**. Campina Grande: Editora Teone, 1957.

\_\_\_\_\_. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

\_\_\_\_\_. Caminho do Açude Novo, **Revista Ariús**, Campina Grande, 10 de Outubro de 1952, p.32.

PINSKY, Carla Bessazi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. 91º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

RAGO, Margareth Luiza. **Do lar ao cabaré**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890-1930). 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo.(orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Antônio de Paulo. **(Dês) Encantos Modernos**: História da cidade do Recife na década de Vinte. São Paulo: USP, 1992. (tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. **(Des) Encantos Modernos**: Histórias da Cidade do Recife Na Década de Vinte. 1. Ed. Recife: FUNDARPE/CEPE, 1997.

RIQUE, Newton. **Revolução da Prosperidade**: programa de governo. Campina Grande, 1959.

ROBERTS, Geoffrey. **Modernização**. Goiânia, 1973.

RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura de Paris Haussmanianna. In: **Projeto História**. n.18, São Paulo: EDUC, 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. A conquista da água. In: **Projeto História**. n.18, São Paulo: EDUC, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas á Castelo Branco(1930-1954)**. Apresentação Francisco de Assis Barbosa; tradução Ismênia Tunes Dantas. – 7º ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Mozart Linhares da. Direito e medicina no processo de invenção do anormal no Brasil. In: \_\_\_\_\_ **História, medicina e sociedade no Brasil**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 13-63.

SILVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 á queda do Estado Novo**: Fatos e personalidade da História de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)- Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

SOUZA, F.G.R.B. Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em crônicas. **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de história social e cultural. João Pessoa: Ideia, 2003.

\_\_\_\_\_. Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, n. 46, (p.61/92), 2003.

\_\_\_\_\_. **Territórios de confrontos**: Campina Grande (1920-1945). Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

STÉPA, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária**: A árvore da liberdade. 2º ed. Tradução Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas de corpos de crianças no ensino público de Belo Horizonte-Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Bacharelado em História. Campina Grande: UFPB Campus II, 1988.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. Tradução Mônica Stahel- São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de George Simmel**. 2º. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia; Editora 34, 2006.

## Fontes

- Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Período de 1932 a 1963. Disponível na sede da entidade localizada na Avenida Floriano Peixoto, esquina com a Maciel Pinheiro, Centro, Campina Grande- PB.
- Leis, Projetos de Lei e Decretos, Ofícios e Requerimentos de 1947 á 1963. Estas fontes estão disponíveis no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande e na Procuradoria Geral do Município.
- Jornais pesquisados no Museu Histórico de Campina Grande e na Faculdade de jornalismo da UEPB.
  - O SÉCULO, 1929.
  - BRASIL NOVO, 1931.
  - A VOZ DA BORBOREMA, 1937, 1938, 1939.
  - A IMPRENSA, 1949.
  - O REBATE, 1932, 1949,1951.
  - O MOMENTO, 1950; 1953.
  - JORNAL DE CAMPINA 1952, 1953,
  - EVOLUÇÃO 1958; 1959.
  - CORREIO DA PARAÍBA
  - DIÁRIO DA BORBOREMA, 1957, 1958, 1959.
- Anuário de Campina Grande de 1925. Gráfica do Jornal do Comércio-Recife-1925.
- Mensagem à Câmara Municipal referente ao exercício de 1952 e enviada no dia 1º de Julho de 1953, pelo Prefeito Dr. Plínio Lemos.
- Mensagem à Câmara Municipal enviada no dia 1º de Julho de 1956, pelo Prefeito Elpídio Josué de Almeida.
- Lei n. lei n. 362, de 24 de Março de 1953. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Imprensa Industrial, Recife, 1955.
- Instituto São Vicente de Paulo: breve relato histórico. S/D.
- Relatório oficial apresentado à Câmara Municipal referente ao período da administração Vergniaud Wanderley de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1936. Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande.
- Revolução da Prosperidade: Programa de governo – Newton Rique. Campina Grande, 1959.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)